

METODOLOGIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

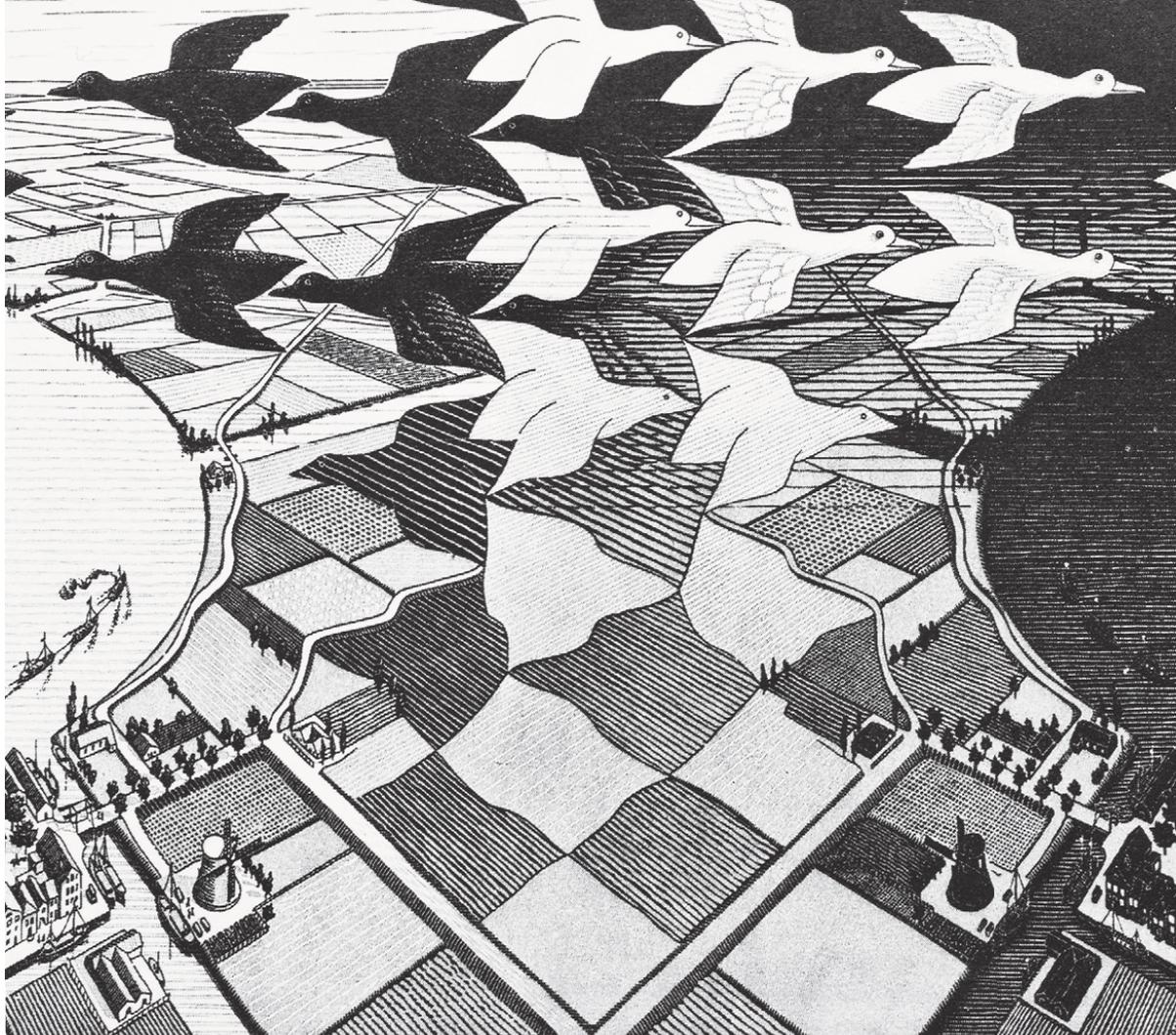
VOLUME 4

Isabel Rocha de Siqueira
Vítor de Souza Costa
Organizadores

 LABORATÓRIO
DE METODOLOGIA

 Instituto
de Relações
Internacionais

INTER
SEÇÕES EDITORA
PUC
RIO



METODOLOGIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

VOLUME 4

Isabel Rocha de Siqueira
Vítor de Souza Costa
Organizadores



LABORATÓRIO
DE METODOLOGIA



Instituto
de Relações
Internacionais

INTER
SEÇÕES

EDITORA
PUC
RIO

© **Editora PUC-Rio**

Rua Marquês de S. Vicente, 225 – Casa da Editora PUC-Rio
22451-900 – Gávea – Rio de Janeiro, RJ
Telefax: (21)3527-1760/1838
edpucrio@puc-rio.br
www.editora.puc-rio.br

Revisão de texto

Beatriz Ostwald Luz Vilaro

Editoração do miolo

SBNigri Artes e Textos Ltda.

Editoração de capa

Flávia da Matta Design

Imagem de capa:

Banco de imagens iStock

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão escrita da editora.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Metodologia e relações internacionais [recurso eletrônico]: debates contemporâneos: vol. IV / Isabel Rocha de Siqueira, Vítor de Souza Costa (orgs.). – Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2023.

1 recurso eletrônico (168 p.) – (Coleção Interseções)

Descrição baseada na consulta ao recurso eletrônico em 3 de julho de 2023.

Inclui bibliografia

Exigências do sistema: conexão com a Internet, World Wide Web browser e Adobe Acrobat Reader

ISBN (e-book): 978-65-88831-86-1

1. Relações internacionais – Metodologia. I. Siqueira, Isabel Rocha de. II. Costa, Vítor de Souza. III. Série.

CDD: 327.101

Elaborado por Marcelo Cristovão da Cunha – CRB-7/6080
Divisão de Bibliotecas e Documentação – PUC-Rio

Sumário

Prefácio 7
Isabel Rocha de Siqueira e Vítor de Souza Costa

Introdução – Sobre metodologias, métodos e tempos difíceis 9
Isabel Rocha de Siqueira

PARTE I METODOLOGIAS

Capítulo 1 – Etnografia na ou da internet? Desafios epistemológicos e éticos do método etnográfico na era da plataformização 17
Letícia Cesarino, Silvia Walz e Tatiana Balistieri

Capítulo 2 – Algumas contribuições da metodologia quantitativa para a construção de questões de pesquisa: complexificando o debate 47
Moema de Castro Guedes

Capítulo 3 – Uma introdução contemporânea à tectologia 61
Gabriel Tupinambá

PARTE II MÉTODOS

Capítulo 4 – A pesquisa etnográfica com documentos: escavando os contextos, as escalas e a materialidade do mundo social 105
Lucas Freire e Barbara Pires

PARTE III
ENSAIOS

Capítulo 5 – Não se nasce, torna-se militar: o processo de entrada nas academias militares brasileiras através da teoria da prática..... 123
Tatiane Moura Amaral

Capítulo 6 – Em busca do desorientar das narrativas: uma genealogia do “Congo” (re)imaginado 143
Victoria Motta de Lamare França

Sobre os autores e organizadores 165

Prefácio

Isabel Rocha de Siqueira
Vítor de Souza Costa

Entende-se que a discussão crítica sobre metodologia ainda tem papel secundário na produção científica e que o pensamento produzido sobre o tema advém quase que exclusivamente da Europa e dos Estados Unidos. Nesse contexto, a produção deste quarto volume da série *Metodologia e Relações Internacionais: Debates Contemporâneos*, cobrindo uma agenda plural e de relevância local, escrito em português, visa contribuir não só para a discussão metateórica a respeito do tema, mas também para a consolidação da academia brasileira como um polo de produção de conhecimento crítico sobre metodologia. A proposta é que o livro ofereça uma visão transdisciplinar de metodologias/abordagens com o propósito de oferecer portas de entrada para debates atuais e, conseqüentemente, para contribuições originais de pesquisadoras/es de diferentes instituições de pesquisa brasileiras. Este volume conta, ainda, com contribuições específicas não só em metodologia, mas também em métodos, além de incluir dois ensaios de produção discente no campo das RI como exemplares do trabalho que o LabMet vem fomentando e dos diálogos que visa construir.

Dado o caráter transdisciplinar das RI, procura-se também estabelecer e aprimorar os diálogos com outros campos de estudo como a comunicação, a antropologia, a filosofia, a sociologia, letras, entre outros. Em específico, os capítulos a seguir apresentam:

- a) material para que as/os leitoras/es possam ter uma compreensão dos principais dilemas e compromissos filosóficos das metodologias/abordagens em questão, inclusive quanto às práticas mais centrais da academia – leitura e escrita;
- b) um exemplo de aplicação das variadas metodologias; e
- c) uma lista de leituras recomendadas para quem quiser se aprofundar em cada abordagem.

Mais informações, incluindo materiais dos cursos oferecidos, em <http://www.iri.puc-rio.br/pesquisa/laboratorio-de-metodologia/>.

Introdução

Sobre metodologias, métodos e tempos difíceis

Isabel Rocha de Siqueira

Este livro dá seguimento à série *Metodologia e Relações Internacionais: Debates Contemporâneos*, iniciada em 2018, a partir de discussões empreendidas no contexto das atividades do Laboratório de Metodologia (LabMet) do Instituto de Relações Internacionais (IRI), PUC-Rio. Os livros buscam fomentar um debate cada vez mais inclusivo sobre desafios compartilhados pelas humanidades e ciências sociais. Nosso objetivo é encorajar transdisciplinaridade como proposta metodológica e política. Compreender os próprios atos – de pesquisar e estudar – como intervenções políticas é nos afirmar responsáveis pela relação de nosso texto com o mundo.

Vivemos anos difíceis desde o início desta série, em 2018. Este volume, em específico, podemos considerar uma vitória, por ter sido viabilizado com recursos públicos, via edital da Faperj para editoração. Houve atrasos significativos, por conta da natureza desse tipo de financiamento, mas somos acima de tudo gratos pela oportunidade de ver esta publicação como reafirmação do papel do Estado no fortalecimento da pesquisa. O livro traz contribuições produzidas ao longo de 2021 e 2022 e reflete, também, os esforços do LabMet, do IRI e da PUC-Rio de retomar nossos trabalhos no campus, ao mesmo tempo em que experimentamos com formatos híbridos que nos permitam fazer justiça à realidade desigual e desafiadora dos últimos anos. Entendendo que muitas/os bolsistas estavam trabalhando com bolsas defasadas e que muitas/os alunas/os estavam mesmo sem bolsa, se em 2021 realizamos cursos remotos por necessidade de cuidados com a saúde, mantivemos um sistema híbrido em 2022, com o objetivo de facilitar a participação de todas/os.

Assim, independentemente das teorias mobilizadas, este livro procura discutir o que significa construir conhecimento no mundo atual, um mundo abalado pela pandemia e, no caso do Brasil, por debates políticos extremamente polarizados e por um cenário em que a educação virou palco de diversas disputas. Aqui nos solidarizamos com as universidades públicas, duramente afetadas pelos

cortes empreendidos na área da educação superior, mas também com todas/os as/os estudantes e professoras/es cuja paixão por pesquisa e ensino foi posta à prova pela desvalorização desses trabalhos.

Este cenário, porém, apenas reforçou nosso ânimo, no LabMet, para democratizar o acesso a tudo que organizamos e produzimos, para travar nosso diálogo dentro e fora da PUC-Rio e da universidade de modo geral e para buscar sempre novas formas de incidir sobre as questões prementes em nossa sociedade.

No volume I desta série (2018), apresentamos nossa proposta como um debate acerca de inter/trans/indisciplinaridade nas relações internacionais (RI). No volume II (2019), nosso desejo foi o de enfatizar a pesquisa como prática e essa prática como inescapavelmente política. No volume III (2020), fizemos coro à criatividade de pesquisadoras/es que têm buscado um olhar mais generoso, mais plural e inclusivo não somente para suas pesquisas, mas para as próprias práticas de pesquisar, escrever e comunicar. Neste volume IV da série, trazemos propostas metodológicas muito diversas entre si, mas que têm em comum o objetivo de buscar caminhos para tornar possível a pesquisa fazendo uso de métodos e técnicas historicamente bem conhecidos, mas aplicados aqui a objetos de pesquisa mais contemporâneos.

Seguimos incluindo discussões sobre métodos, além de metodologias, algo que esperamos manter para os demais volumes. Aqui, vale repetir o que dissemos no último volume.

Há muita confusão no uso desses dois termos, por isso é importante esclarecer: entendemos *metodologia* como uma preocupação epistemológica e ontologicamente fundamentada com a lógica da pesquisa, seus processos e sua estrutura. É através da metodologia que garantimos que os *métodos*, como técnicas instrumentais de coleta e análise de dados, estejam alinhados com nossas visões de mundo, isto é, nossa ontologia e nossa epistemologia. Alguns métodos se prestam a conversar e se alinhar com diversas visões de mundo – entrevistas, por exemplo, podem acompanhar quase qualquer abordagem, no sentido de que, em geral, se adequam a distintas ontologias e epistemologias. É importante notar, também, que diversos métodos podem ser tratados como metodologia e vice-versa, a nosso ver, dependendo do conteúdo filosófico que carregam. Exemplos são a análise de discurso e a etnografia, que são ora chamadas de método, ora de metodologia. Crucial, pode-se entender, é que a pesquisa/dora faça o trabalho completo de esclarecer como entende seu papel no mundo (ontologia); sua forma de acessar esse mundo (epistemologia) e, portanto, de produzir conhecimento; sua maneira de

organizar a estratégia para esse “acesso” de forma a não contradizer sua ontologia e epistemologia (metodologia); e o “acesso” em si (método). Por isso, quando falamos em método, de maneira geral, trata-se de ferramentas de coleta e análise, ou seja, instrumentos que por si só, carecem da reflexão filosófica aportada pela metodologia para encontrar seu melhor uso, inclusive em termos éticos – dimensão não menos importante da pesquisa (ver Jackson, 2011; Ackerly, Stern e True, 2006). Note-se que uso aqui “acesso” com aspas, porque o termo pode ser ele mesmo contraditório a depender da abordagem filosófica de quem fala (de como ou em que grau a pesquisadora se relaciona com a elaboração de conhecimento como *construção*) (ver Hacking, 2000).

Além disso, é com muita alegria que neste volume voltamos a trazer contribuições discentes como exemplos muito ricos de todos esses aspectos que procuramos mobilizar na forma como pensamos metodologia e pesquisa.

Quadro 1: Parada obrigatória – a proposta dos livros

O cerne da proposta

O Laboratório de Metodologia, vinculado ao IRI/PUC-Rio, surgiu em 2015 com o intuito de contribuir com o debate metodológico na disciplina de RI dentro e fora do Instituto, alimentando e estudando a fundo a transdisciplinaridade. O objetivo maior do LabMet é contribuir para o esforço corrente nas RI em favor do desenvolvimento de uma *compreensão não disciplinante de método*. Isto passa por avançar na reflexão crítica sobre o que podemos chamar de formas instrumentais (centradas exclusivamente na operacionalização de pesquisa) e apolíticas (desatentas ao impacto sociopolítico de escolhas metodológicas) de discutir método e metodologia nas ciências sociais e nas RI. Ademais, em caráter mais propositivo, a série de livros busca incentivar a abertura de um espaço para o desenvolvimento de pesquisas pautadas pela busca por inovação, experimentação e criatividade, em contraste ao desenvolvimento de pesquisas informadas por critérios rígidos e predefinidos de qualidade acadêmica.

Entende-se que a discussão crítica sobre metodologia ainda tem papel secundário na produção científica em RI no Brasil e que o pensamento produzido sobre o tema advém quase que exclusivamente da Europa e dos Estados Unidos. Nesse contexto, a produção de uma série de livros sobre metodologia, cobrindo uma agenda plural e de relevância local, escrito em português, visa contribuir não só para a discussão metateórica do tema, mas também para a consolidação da academia brasileira como um polo de produção de conhecimento crítico sobre metodologia. Assim, a proposta é que os livros ofereçam uma visão transdisciplinar de metodologias/abordagens com o propósito de oferecer portas de entrada para debates atuais e, conseqüentemente, para contribuições originais de pesquisadoras/es de diferentes instituições de pesquisa brasileiras e colaboradoras do Sul Global.

Organização do livro

Na primeira parte do livro, podemos ler sobre três metodologias: a etnografia digital; a metodologia quantitativa, amplamente falando; e a tectologia.

No primeiro capítulo, Letícia Cesarino, Silvia Walz e Tatiana Balistieri discutem a pesquisa etnográfica em ambientes digitais, a partir de desafios epistemológicos e éticos. O capítulo recupera as características usuais da pesquisa etnográfica antes de percorrer algumas propostas para pensar como essa pesquisa pode ser realizada em ambientes digitais, fazendo questão de frisar que a etnografia online não é mais, nem menos que a etnografia offline. As autoras apontam para modelos, conceitos e manuais que podem apoiar a pesquisa, propondo que cada pesquisa adapte seus procedimentos, retendo, porém, certos princípios caros à etnografia, tais como o cuidado e o consentimento informado.

O segundo capítulo, de Moema Guedes, trata da metodologia quantitativa e seu lugar nas ciências sociais do Brasil, partindo justamente do pressuposto que essa metodologia deve ser entendida como plural, uma vez que é composta por diversas técnicas possíveis de pesquisa. A autora oferece alguns conjuntos de exemplos de pesquisa que mobilizam essa diversidade, olhando para estudos populacionais, indicadores sociais e *surveys*. Guedes também mostra alguns pontos de convergência entre as análises quali e quanti, para, por fim, indicar que a teoria deve ser sempre o fio condutor da pesquisa e que o fundamental é promover o diálogo entre a perspectiva teórica e sua implementação na pesquisa.

O terceiro capítulo, na primeira parte do livro, é de autoria de Gabriel Tupinambá e trata da tectologia, partindo das contribuições de Alexander Bogdanov, do começo do século XX. Entendida a princípio como uma “ciência universal das organizações”, o capítulo quer justamente elaborar uma proposta metodológica que faça justiça ao que o autor entende ser a importância contemporânea da tectologia. Tupinambá está preocupado com a prática política em um “ecossistema heterogêneo”, pelo que o político se situa na “correlação entre os modos de composição de um dado sistema organizado, as suas formas de interação com o mundo e aquilo que se torna inteligível da realidade a partir dessa dinâmica”. O capítulo promove um diálogo entre diversas correntes materialistas, do materialismo histórico das contribuições marxistas às ontologias relacionais mais contemporâneas na filosofia.

Na segunda parte do livro, temos discussões acerca da pesquisa etnográfica com documentos, como um método ou uma estratégia de pesquisa.

No quarto capítulo, Lucas Freire e Barbara Pires iniciam um importante debate sobre como é possível fazer pesquisa de caráter etnográfico *dos e com* os documentos e em que contextos essa prática faz sentido. Os autores analisam o que pode ser tratado como *documento* e abordam os desafios colocados por esse tipo de pesquisa, a começar pela confiabilidade dos dados, questões de acessibilidade e mediação. Tratam também das potencialidades dessa estratégia, principalmente no sentido de que pode “produzir a realidade por meio do próprio ato de documentação” e na riqueza de tratar desses registros não como meros intermediários, mas como mediadores, isto é, objetivos performativos. Como foco, os autores olham para “como a pesquisa etnográfica com documentos pode ser mobilizada para discutir simultaneamente questões de regulação internacional e de reconhecimento social por meio do entrelaçamento do fazer científico com os marcadores sociais da diferença”.

Na terceira e última parte do livro, contamos com dois capítulos produzidos por discentes da pós-graduação do IRI, com aplicações de diferentes metodologias a assuntos de relevância no cenário internacional. Ainda, as contribuições experimentam com debates caros ao LabMet, sobre a relação entre as políticas públicas nacionais e políticas internacionais, ou entre o “local” e o “global”, por exemplo, tensionando as fronteiras do internacional.

Em “*Não se nasce, torna-se militar: o processo de entrada nas academias militares brasileiras através da teoria da prática*”, Tatiane Amaral vai analisar o processo de socialização que ocorre nas três Academias brasileiras, Academia da Força Aérea (AFA), Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e Escola Naval (EN), como parte de uma pesquisa mais ampla no departamento sobre o fenômeno da militarização em diversas frentes no mundo. A autora o faz a partir da perspectiva da Teoria da Prática, com forte inspiração nos trabalhos de Pierre Bourdieu.

Por último, em “Em busca do desorientar das narrativas: uma genealogia do ‘Congo’ (re)imaginado”, Victoria Motta emprega a genealogia foucaultiana para compreender como determinadas narrativas se formam em torno do que vem a ser considerado um “não Estado” ou um Estado problema. Para isso, mobiliza fontes acadêmicas e literárias, apoiando-se em discussão teórica sobre o que são narrativas e a maneira como podem invisibilizar certos grupos, constituindo “o imaginário de possibilidades da ação política”. Com isso, Motta quer contribuir para o debate maior sobre as relações saber/poder nos estudos de relações internacionais.

Com mais este livro, o LabMet segue na busca por contribuir para uma prática acadêmica criativa, teoricamente robusta e, ao mesmo tempo, com profundo cuidado ético, todos princípios sem os quais nenhuma pesquisa pode ser considerada eficaz. Esperamos seguir dialogando com as diferentes áreas e os mais diversos espaços, dentro e fora da universidade.

Referências bibliográficas

- ACKERLY, B.A., STERN, M.; TRUE, J. (Eds.). *Feminist Methodologies for International Relations*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- JACKSON, P.T. *The Conduct of Inquiry in International Relations*. New York: Routledge, 2011.
- HACKING, I. *Social Construction of What?* Massachusetts: Harvard University Press, 2000.

PARTE I

METODOLOGIAS

Capítulo 1

Etnografia na ou da internet? Desafios epistemológicos e éticos do método etnográfico na era da plataformização*

Letícia Cesarino

Silvia Walz

Tatiana Balistieri

Este capítulo traz uma visão contemporânea sobre o método da etnografia online, à luz dos desafios teórico-epistemológicos e éticos que emergiram ao longo da última década, na esteira do processo de palataformização da internet¹. Os primeiros estudos da então chamada “cibercultura” foram realizados na hoje defunta *Web 1.0*, onde parecia ser possível demarcar, com mais facilidade que hoje, o ambiente online do mundo offline, a ação humana da agência dos sistemas técnicos. A internet era um “ciberespaço” no qual as pessoas “entravam” ao se sentarem defronte seus computadores desktop, ou se deslocavam para espaços especializados como lan-houses e cibercafés (Miller e Slater, 2004). Esse ambiente era habitado por *geeks*, *hackers*, blogueiros e outros “nativos” dotados de “ciberculturas” diferentes do cotidiano da maioria, que ali frequentava de forma esporádica enquanto “internautas”.

Hoje, a situação se transformou substancialmente. Ao invés de um desktop para vários indivíduos de uma mesma família, temos vários dispositivos para um mesmo indivíduo (aqueles que, é claro, podem pagar). A capacidade de processamento, armazenagem e velocidade da “navegação” aumentou exponencialmente, e smartphones, tablets, notebooks, assistentes virtuais e outros *gadgets* acompanham muitas pessoas desde o despertar até a última olhadinha nas mensagens e notícias do dia antes de dormir. A infraestrutura cibernética se desenvolveu num enorme aparato, cada vez mais extensivo no espaço, intensivo no tempo

* Este capítulo é resultado do trabalho colaborativo da professora Letícia Cesarino e das bolsistas PIBIC Silvia Walz e Tatiana Balistieri, financiadas pelo CNPq no período de 2020-2021.

e capilarizado. Sua lógica foi gradualmente contaminando as demais esferas da vida, da infraestrutura mais global de mercados e logística ao cotidiano mais íntimo dos indivíduos. Diferentes nomes têm sido propostos para descrever dimensões desse processo: capitalismo de vigilância (Zuboff, 2021), capitalismo de plataforma (Srnicek, 2016), economia da atenção (Wu, 2017) ou, simplesmente, “a pilha” (Bratton, 2015), para citar apenas alguns. De um ambiente relativamente inerte na *Web 1.0*, passou-se aos ambientes altamente dinâmicos, algoritmizados e personalizados da *Web 2.0*, num horizonte de desenvolvimento técnico progressivo que parece não ter um fim à vista.

Como outras disciplinas, a antropologia e sua metodologia – a etnografia – têm buscado se adaptar a realidades cada vez mais digitalizadas. Algumas dessas adaptações, como a “netnografia” vendida por Robert Kozinets (2014), transformam a etnografia em uma técnica pensada para certos fins práticos, como pesquisas de mercado. Essas propostas são legítimas e têm o seu lugar num mercado de trabalho também profundamente modificado pela digitalização. Porém, não podem ser confundidas com a etnografia propriamente dita, que não se reduz a uma técnica de pesquisa específica. Ela abrange, pelo contrário, todo um conjunto de proposições e compromissos não apenas metodológicos como também epistemológicos, éticos, reflexivos, políticos e até subjetivos por parte da etnógrafa.

Christine Hine (2015) destacou que a etnografia digital deve levar em conta o que é a internet hoje, que ela definiu em termos dos três “Es”: *embedded*, ou seja, enraizada de forma capilar nas práticas cotidianas e íntimas dos sujeitos; *embodied*, ou seja, não um espaço virtual separado, mas mediações incorporadas em sujeitos e corpos concretos; e *everyday*, ou seja, parte constitutiva de infraestruturas às quais nos habituamos, mas que, acrescentaríamos, precisamos desnaturalizar e colocar em perspectiva em nossos estudos. Parfraseando, e de certo modo invertendo, a conhecida formulação de Clifford Geertz (1989) sobre o antropólogo estudar *em* aldeias e não *as* aldeias, poderíamos dizer que hoje é difícil fazer etnografia *na* internet sem estudar também *a* internet – em outras palavras, sem se preocupar com o que se passa por trás da tela, e com como isso influencia os comportamentos, as subjetividades e os afetos dos nossos sujeitos de pesquisa.

Este capítulo tem por objetivo ressaltar e discutir alguns dos desafios epistemológicos e éticos que a web plataformizada de hoje coloca para a pesquisa etnográfica em ambientes digitais. Por um lado, diante de tantas mudanças e complexidades emergentes, o cenário parece desafiador e mesmo vertiginoso. Cada esforço de pesquisa enfrentará desafios próprios e diferentes uns dos outros. Se

antes já não era fácil, hoje parece impossível construir *um* modelo de etnografia online. Ao longo deste capítulo, citamos alguns modelos, conceitos e manuais aos quais as/os leitoras/es podem recorrer para pensarem o melhor desenho de pesquisa para seus projetos etnográficos específicos.

Por outro lado, como sugeriu o filósofo da ciência Thomas Kuhn (2017), momentos de crise epistêmica pedem um retorno aos fundamentos. Neste sentido, sugerimos a fertilidade de revisitarmos princípios básicos do método etnográfico e das práticas de conhecimento da antropologia para que cada pesquisadora possa, a partir deles, desenvolver as devidas adaptações a seu projeto específico. Assim, a primeira seção recupera princípios metodológicos e epistemológicos históricos da etnografia para ilustrar alguns dos desafios e formas de adaptação a contextos de pesquisa digitais. A segunda abre aspectos centrais da “caixa-preta” da *Web 2.0* para evidenciar o caráter ciberneticamente ativo do ambiente no qual se faz etnografia digital hoje e sugere a importância de ter como horizonte da pesquisa um aprendizado reflexivo que chamaremos aqui de *apercepção cibernética*. A terceira seção conclui apontando alguns dos desafios (e oportunidades) de novas articulações entre etnografia e outras metodologias, qualitativas e computacionais; formas digitalizadas de coleta e organização de dados; e implementação de princípios éticos na pesquisa e escrita etnográfica.

Etnografia digital é etnografia

O contexto da internet plataformizada coloca novos desafios para pressupostos básicos do método e da ética etnográfica: como identificar e delimitar ambientes e sujeitos de pesquisa? Como acessar o campo, conseguir permissões, estabelecer relações duradouras e de confiança com os sujeitos? Como realizar o tipo de imersão contínua preconizada na observação participante? Como coletar, registrar e analisar dados de campo digitais? Como aplicar princípios éticos à prática e escrita etnográfica nesse contexto? Nessas condições, um retorno aos fundamentos permite que nos reposicionemos diante deste novo cenário, vislumbrando inclusive inovações metodológicas, éticas e oportunidades de novas parcerias transdisciplinares, por exemplo, com métodos computacionais.

Começamos, portanto, pontuando que a etnografia digital não é mais, nem menos, que etnografia. Com isso queremos dizer, por um lado, que ela não é *menos* que a etnografia offline: ou seja, não é um trabalho etnográfico de “segunda classe”, um retorno à “antropologia de gabinete”, apenas por estar privilegiando relações e realidades digitalmente mediadas. Como apontaram Horst e Miller

(2012), toda realidade é igualmente mediada, ainda que possamos ter naturalizado muitas dessas mediações. Por outro lado, a etnografia digital tampouco é *mais* que etnografia: ela se desenvolve, em última instância, de acordo com os mesmos princípios básicos do método, ética e epistemologia antropológicos. Esses princípios são gerais e compatíveis com qualquer estudo, sobre praticamente qualquer tema, sendo, portanto, adaptáveis a novos contextos sociotécnicos como os que vêm emergindo hoje, por mais nebulosos que possam parecer. Esta seção recupera alguns desses fundamentos, a partir do histórico de sistematização do método a partir da Primeira Guerra, para pensarmos sua adaptação a ambientes e sujeitos digitalmente mediados.

Imersão e observação participante

As primeiras experiências de trabalho de campo etnográfico foram realizadas em expedições científicas em fins do século XIX, inspiradas em procedimentos de outras ciências como a biologia de campo, a geografia ou a linguística. Elas foram propriamente revolucionárias, pois reorganizaram completamente a antropologia que era feita até então, baseada na sistematização, por acadêmicos “de gabinete”, de dados de segunda mão coletados por missionários, administradores coloniais e outros viajantes amadores nas frentes de expansão colonial inglesa, estadunidense e outras. Após um período transitório no qual os pesquisadores iam até as colônias, porém traziam os nativos para serem questionados nas “varandas” dos prédios coloniais, os antropólogos finalmente passaram à imersão solitária no cotidiano das “aldeias” (Feldman-Bianco, 1987). Considera-se que a consolidação do método etnográfico em sua versão canônica – do gabinete à varanda, e finalmente à aldeia – só se deu durante os anos 1920, pelas mãos do antropólogo polonês radicado na Inglaterra, Bronislaw Malinowski (2018).

Essa passagem aparentemente simples na realidade muda tudo, pois no modelo ideal de etnografia, é a antropóloga que observa diretamente e participa das experiências do cotidiano dos sujeitos de pesquisa. Via de regra, a etnografia se baseia numa imersão direta na comunidade estudada, ainda que esta possa ser complementada, como veremos, por técnicas de “varanda”, como entrevistas ou questionários. O objetivo final não é encaixar os dados empíricos em questões previamente fixadas pela pesquisadora, mas acessar, em última instância, o próprio modo como os seus sujeitos de pesquisa veem e habitam seu mundo. Assim, a antropóloga coloca em suspensão, e até em risco, a sua própria visão de mundo, visando alcançar uma tradução do mundo conforme visto pelos seus interlocutores.

Esse procedimento metodológico e epistemológico, que Malinowski chamou de *observação participante*, pode ser, e tem sido, transposto para ambientes online e relações digitalmente mediadas. Cada desenho particular de pesquisa demandará, contudo, suas próprias adaptações. No ambiente altamente datafocado da internet contemporânea, onde nosso comportamento é transformado em dados rastreáveis pelas plataformas, muitos espaços só são acessíveis mediante o login com perfis. A pesquisadora precisa, nesses casos, definir se a melhor estratégia é utilizar seu perfil pessoal ou criar um perfil novo, exclusivo para a pesquisa – tendo em mente que o histórico progresso e atual de navegação será levado em conta pelos algoritmos para compor a paisagem que ela observará. A depender do objeto da pesquisa, pode ser que se opte pela observação não participante, ou silenciosa, o que tem sido chamado da posição do *lurker* (Amaral, 2010). Embora não seja o ideal, esta pode ser a única forma de realizar certos tipos de pesquisa. É o caso de ecossistemas que abrigam atividades potencialmente perigosas ou ilegais, ou grupos radicais que poderiam colocar em risco a segurança da pesquisadora. Um exemplo é o trabalho de longa data de Adriana Dias (2018) sobre grupos neonazistas na internet brasileira. Uma de nós (Cesarino) também utilizou esse expediente em pesquisa sobre grupos de direita no WhatsApp em 2018. Nesses casos, como elaboraremos na seção final, é importante que a impossibilidade de coletar consentimento seja bem justificada, e equilibrada com outros princípios de proteção aos sujeitos como o anonimato e/ou a restrição a ambientes onde se pode presumir publicidade (por exemplo, grupos com links de convite abertos, mas não grupos privados).

No outro extremo, teríamos a observação participante feita pela pesquisadora com seu perfil real, junto aos mesmos sujeitos tanto no ambiente online, como no seu cotidiano offline. Este seria, por assim dizer, o “padrão ouro” da etnografia digital, pois é capaz de observar e cotejar os padrões de comportamento e visões de mundo dos mesmos sujeitos em suas versões digital e não digital e assim refletir de forma empiricamente embasada sobre a relação entre essas duas camadas de mediações. Trabalhos nessa linha podem pensar práticas específicas da cultura digital como *selfies*, influenciadores ou games, ou relações mais gerais entre mídias sociais e esferas diversas da vida, desde as mais públicas, como a política e o trabalho, às mais íntimas, como relacionamentos amorosos e subjetividades². Assim seria possível, por exemplo, buscar aferir o peso relativo da dimensão técnica na reorganização de processos sociais e subjetivos, reduzindo o risco de recair nos dois extremos do determinismo tecnológico e do determinismo sociológico (Segata e Rifiotis, 2016).

O ponto de vista do “nativo”

Malinowski (2018) estabeleceu como objetivo último da etnografia a apreensão do ponto de vista do “nativo”. Ele descreveu esse processo em termos de três camadas analíticas, com base numa analogia com o organismo humano. A/O antropóloga/o deve tentar acessar, por um lado, o *esqueleto* da sociedade estudada: instituições, costumes normativos, códigos culturais convencionais. Além disso, pretende acessar, por meio da observação da prática, a *carne e o sangue* da vida social: as sociabilidades e os comportamentos concretos, a atmosfera da vida cotidiana com seus pequenos incidentes – o que ele chamou de “imponderáveis da vida real”. Finalmente, é preciso entender o seu *espírito*: sentimentos, opiniões, narrativas, sonhos, desejos – compreender, em suma, o que seria para o “nativo”, o “seu relacionamento com a vida, a sua visão do seu mundo”, “a essência da sua felicidade” (Malinowski, 2018, p. 33-34).

Por isso, às vezes se diz que a empatia e o relativismo são disposições importantes que a etnógrafa deve desenvolver enquanto pesquisadora. Isso não significa concordar em tudo com seus interlocutores, mas tentar acessar o mundo através do ponto de vista deles, ainda que este seja muito diferente do seu. Outro antropólogo importante, Claude Lévi-Strauss (1952), explicou esse movimento por meio da teoria da relatividade: é como se a antropóloga estivesse em um trem em alta velocidade, cujo interior é a sua própria cultura. Ali dentro ela já está familiarizada, consegue decodificar corretamente o ambiente: é como um peixe dentro da água. O exterior imediato do trem é a cultura que ela quer estudar: em um primeiro momento, ela olha para fora e não consegue apreender informação, apenas manchas confusas, ou, nos termos da teoria da informação, “ruído”. Na imersão etnográfica, é como se, através da convivência com o diferente, a antropóloga reduzisse a velocidade do trem e conseguisse ver aquela outra realidade com maior clareza. Ela não se torna o outro, mas, a partir da sua própria visão de mundo, busca compreender melhor aquele outro mundo, numa dialética entre distanciamento e proximidade que também pode ser transposta para as interações digitais.

No caso dos ambientes digitais contemporâneos, a linha dessa diferença – ou, em casos extremos, de “choque cultural” – é, com frequência, algoritmicamente demarcada. Podem ser inclusive realidades offline próximas, mas digitalmente segmentadas, como nos casos recentes de polarização afetiva na política que atravessam contextos offline como famílias, amigos e outras relações pessoais outrora mais apartadas da política. Neste caso, o “choque cultural” se deu menos através de diferenças de língua ou cultura do que da incomensurabilidade entre

posicionamentos políticos segmentados em “bolhas digitais” separadas (Cesari-
no, 2020). Mas mesmo em casos nos quais as diferenças não são tão demarcadas,
adentrar outro segmento do ambiente digital implica quase sempre cruzar alguma
linha algorítmica – que é, como veremos, resultado não apenas da ação dos usuá-
rios humanos, mas de sistemas cibernéticos invisíveis.

Recursividade e contingência

Karen O’Reilly definiu o método etnográfico como um tipo de pesquisa
“iterativa-indutiva”, ou seja, “cujo design evolui ao longo do estudo”. Seus proce-
dimentos incluem

contato direto e contínuo com agentes humanos, no contexto de suas
vidas (e culturas) cotidianas (...)observando o que acontece, ouvindo o
que é dito, fazendo perguntas (...)produzindo uma descrição rica que
respeite a irredutibilidade da experiência humana (apud Pink et al.,
2015, p. 21).

Isso significa que a pesquisa etnográfica é *reflexiva*, ou seja, “reconhece o
papel da teoria e da própria pesquisadora, e vê humanos como parte objeto/part-
te sujeito” (idem). Ela é, além disso, *recursiva*: com base no que vai aprendendo
em campo, a etnógrafa realiza reavaliações constantes do ajuste entre questão de
pesquisa inicial e o material empírico encontrado. Essas adaptações podem ser
menores ou incrementais, mas também podem ser mais substanciais. Em mé-
todos como entrevistas ou *surveys*, as questões são mais fechadas, e os sujeitos
são instados a respondê-las com base nessa expectativa inicial da pesquisadora.
Já na etnografia, as questões e até mesmo o próprio objeto da pesquisa estão su-
jeitos à reavaliação a partir das observações de campo ou das possibilidades que
se abrem (ou se fecham) durante a etnografia. Em muitos casos, a intuição da
pesquisadora é central, uma vez que o enquadramento analítico adequado nem
sempre se faz conhecer de imediato. Por isso, recomenda-se que a pesquisadora,
durante a incursão etnográfica, registre tudo o que lhe parecer importante, mes-
mo que as razões para tal não sejam imediatamente aparentes. Como veremos
abaixo, a coleta e registro de dados em ambientes digitais coloca desafios extras
para a pesquisa etnográfica.

O que a etnógrafa irá selecionar como mais importante depende da ques-
tão de pesquisa e do desenvolvimento do trabalho de campo. O recorte empírico

mais relevante pode ser, por exemplo, os padrões de comportamento e discurso mais gerais e recorrentes na realidade estudada, mas, outras vezes, são eventos ou interações inesperadas e discrepantes que oferecem as chaves interpretativas mais interessantes. Por isso, a pesquisa etnográfica deve estar sempre aberta à contingência e isso se dá pela imersão contínua em campo. Malinowski chamou de “imponderáveis da vida cotidiana” aqueles eventos e práticas aos quais a antropóloga só tem acesso porque “estava lá”, mesmo quando não parecia que algo relevante iria acontecer. Alguns estudiosos do digital chamam de etnografia “ao vivo” (*live ethnography*) (Maly, 2019) essa observação de interações virtuais em tempo real, ao invés de, como ocorre muitas vezes, retrospectivamente, através dos conteúdos armazenados nas plataformas. No caso das eleições de 2018, por exemplo, foi possível acompanhar em tempo real como a enxurrada de conteúdos antifeministas nos grupos públicos de WhatsApp visando neutralizar o #EleNão coincidiu com a mudança para posicionamentos pró-Bolsonaro por parte de mulheres na rede da pesquisadora em outra plataforma, o Facebook.

A recursividade acaba sendo um fator importante na pesquisa em ambientes digitais, em vista do caráter altamente dinâmico e ao mesmo tempo ambíguo desta última. Danah Boyd (2011) cunhou o termo “colapso de contexto” (*context collapse*) para indicar o modo como as plataformas desintermediam – e acrescentaríamos, reintermediam de novas formas – contextos que organizavam as relações no mundo offline, como vida pessoal, familiar, de trabalho, lazer, vida cívica e política etc. Isso faz com que nem sempre o enquadramento contextual de uma interação online esteja imediatamente claro para a pesquisadora: se tal situação é privada ou pública, se tal prática ou discurso é de ordem política, moral, religiosa, mercadológica, de entretenimento; se o agente que ela observa é humano ou automatizado; se um enunciado é de ordem individual ou coletiva, original ou cópia. Durante a pesquisa sobre as eleições, por exemplo, a observação deixou claro que, nos ecossistemas da direita, a própria noção do que significava pensar e fazer política estava mudando profundamente diante do colapso de contextos com outras esferas sociais (Cesarino, 2020).

Nesses casos, o retorno à teoria ou a discussões bibliográficas em campos similares ao do estudo pode ajudar a delimitar e recalibrar as questões de pesquisa ainda durante a sua execução. No estudo do populismo digital, por exemplo, a comparação com outros casos nos Estados Unidos, Índia e países europeus ofereceu pistas importantes para diferenciar dimensões particulares ao contexto brasileiro de padrões mais gerais e repetitivos que, possivelmente, se ligavam a

propriedades da infraestrutura digital. Ou, ainda, contrapor nossos resultados com a pesquisa de colegas sobre o mesmo tema realizada por metodologias offline, como observação participante e entrevistas, foi bastante produtivo não apenas para corroborar algumas das tendências observadas, como para ajudar a pensar o modo como ruas e redes se articulavam – no caso, em termos de identidades segmentadas (Cesarino, 2019).

Também se torna relevante, nesse tipo de situação, buscar compreender o modo como os próprios interlocutores de campo entendem determinada situação ou *enquadramento*, pois ele pode não coincidir com os pressupostos inicialmente abraçados pela pesquisadora. Esses “mal-entendidos” podem ser bastante produtivos para a etnógrafa, pois é através da diferença que a antropologia produz conhecimento. Em nossa pesquisa sobre o impacto das novas mídias sobre compreensões de verdade e causalidade, por exemplo, percebemos como noções de fato vêm se desvinculando de uma ancoragem no modelo epistêmico mediado pela ciência e sendo transpostas para um campo semântico mais ambíguo e aberto, envolvendo noções de informação, narrativa e ficção.

Holismo e os “quatro campos”

Na virada do século XX, o antropólogo alemão radicado nos EUA, Franz Boas, propôs o termo *four fields* (quatro campos) para designar o caráter holístico da antropologia, abrangendo todas as dimensões relevantes para a compreensão do fenômeno humano: socioculturais, linguísticas, técnico-materiais e biológico-cognitivas. Ao longo do desenvolvimento da disciplina, estas duas últimas se atrofiaram diante da ênfase nas primeiras. Porém, na antropologia digital de hoje, é essencial que elas sejam retomadas, visto que os fenômenos digitalmente mediados rearticulam de novas formas todas as dimensões do humano (Horst e Miller, 2012). É notadamente o caso da materialidade técnica e da cognição incorporada, dimensões que se tornam centrais para a compreensão da coemergência entre agência humana e algorítmica na era da plataforma (Cesarino, 2021).

Embora a antropologia seja, literalmente, a ciência do humano, e no Brasil tenha se desenvolvido como parte das ciências sociais, seu objeto de estudo sempre incluiu outros tipos de agência. Artefatos técnicos, animais, espíritos e outros nãohumanos constam de forma importante nas etnografias clássicas realizadas entre povos nãoeuropeus. Na monografia sobre o ritual do *kula* trobriandês em que Malinowski sistematizou os princípios do método etnográfico, por exemplo, os protagonistas do relato incluíam os objetos trocados: braceletes e colares de

conchas. Hoje, formulações como a teoria do ator-rede de Bruno Latour e o *cyborgue* de Donna Haraway inspiram propostas para simetrizar etnograficamente agências humanas e nãohumanas e têm sido incorporadas por antropólogas e outras estudiosas das novas mídias no Brasil (Bruno, 2013; Segata e Rifiotis, 2016).

O holismo também está presente na formulação do método de Malinowski, que propôs que a etnografia deve observar a vida social e cultural na sua integralidade, de forma articulada, pois é assim que, de modo geral, os sujeitos agem e pensam no seu cotidiano. As análises – ou seja, as classificações e recortes – podem e devem ser feitas, porém sempre com a consciência de que são intervenções introduzidas pela pesquisadora. O ideal é que esses recortes levem em conta não apenas as teorias acadêmicas, mas o modo como os próprios agentes os realizam (as chamadas “teorias nativas”). No caso da etnografia digital, devem levar em conta, também, o modo como os sistemas algorítmicos realizam seleções e montagens na paisagem digital que é personalizada para cada usuário.

Finalmente, cabe notar que o holismo do conhecimento etnográfico não deriva de uma posição epistêmica fixa a partir de “fora” da situação estudada, como no “truque de Deus” da ciência ocidental (Haraway, 2009). Ele advém, antes, de uma oscilação constante entre polos dialéticos: particular e universal, etnografia e teoria, indivíduo e coletivo, distância e proximidade. No caso da etnografia digital, esse caráter dialético do conhecimento (Horst e Miller, 2012) se recoloca de novas formas, como na relação entre sujeitos humanos e sistemas algorítmicos. Na internet plataformizada, os “sistemas” que coemergem com os agentes humanos não são sistemas sociais abstratos, mas sistemas algorítmicos bastante concretos, ainda que invisíveis por detrás das telas.

A “escrita da cultura” digital

O termo “etnografia” significa, literalmente, escrita (*grapho*) sobre um povo ou nação (*ethnos*). Em seus usos corriqueiros na antropologia, costuma ter dois sentidos: designa ao mesmo tempo uma *metodologia* e também o seu produto, que é a descrição ou o relato etnográfico. Em sua forma original, a etnografia é, portanto, o relato escrito sobre um grupo cultural específico. A escrita etnográfica não é, contudo, um mero relato de dados objetivos, mas é ela mesma parte de um processo “iterativo-indutivo” de análise que não apenas relata mas, de certa forma, constrói seu objeto (Oliveira, 1996). Ao longo da história da disciplina, as formas de representar textualmente a experiência cultural estudada variaram bastante (Geertz, 2018), e a partir dos anos 1980, passou-se a pensar de forma mais

aberta e reflexiva sobre as formas de poder e privilégio envolvidos no modo como os etnógrafos vinham representando seus “nativos” – que eram, em boa parte das vezes, sujeitos coloniais de impérios sediados na Inglaterra, França ou Estados Unidos (Clifford e Marcus, 2017).

A etnografia digital já emerge na década de 1990, portanto, num campo antropológico bem mais diverso e reflexivo. Nas primeiras etnografias em contextos de *Web 1.0*, a internet era um espaço – o ciberespaço (Escobar, 2016) – no qual indivíduos entravam e saíam para viver vidas majoritariamente offline. Nos anos 1990, antropólogos começaram a estudar espaços da web, como websites e blogs, e personagens, como *hackers*, blogueiros e nerds, mais habituados à “cibercultura” do que a maior parte de nós. Entrando no século XXI, aparecem, no Brasil, estudos sobre as primeiras redes sociais como o Orkut (Segata, 2008) e mundos virtuais como o *Second Life* (Leitão e Gomes, 2011).

Já a segunda metade da década de 2000 testemunhou uma explosão vertiginosa dos modos de ser e estar online, com o advento e popularização dos smartphones e a hegemonia, após a crise financeira de 2008, do modelo corporativo da plataformização (D’Andrea, 2020). As etnografias digitais acompanharam essa diversificação e, hoje, incluem um espectro amplo de possibilidades: etnografias em e sobre mídias sociais; sobre usuários comuns ou influenciadores e outros “profissionais da atenção”; indivíduos ou grupos e multidões; mundos virtuais, games e outras plataformas imersivas; abordagens híbridas seguindo os usuários on e offline; etnografias de profissionais da indústria tech, entre muitos outros (Boellstroff et al., 2012; Pink et al., 2015). A forma de apresentar o relato etnográfico também vai se diversificando: embora a escrita textual ainda siga o padrão, imagens, vídeos, hipertextos e outras combinações multimídia vão ganhando espaço (Miller et al., 2019).

Possibilidades etnográficas

Como na etnografia pré-digital, hoje cada projeto de pesquisa deve montar sua própria composição de possibilidades etnográficas, de acordo com interesses, questões, relações com os interlocutores e condições concretas para realização da pesquisa. Leitão e Gomes (2017) delinearam algumas dessas possibilidades com base em uma analogia útil entre ambientes digitais e cidades.

Uma primeira seria o que as autoras chamam de *perambulação*. Assim como o *flâneur* que percorre de forma errante as ruas movimentadas e barulhentas das grandes cidades, a etnógrafa pode perambular por multidões virtuais. Aqui, as

relações são mais impessoais e efêmeras e a etnógrafa pode se deixar levar por interações e postagens de usuários desconhecidos e/ou anônimos, fluxos de *hashtags*, eventos virais, ou orientar-se de forma mais ativa por mecanismos de busca.

Plataformas com uma expectativa maior de publicidade e impessoalidade como o Twitter, Instagram ou YouTube costumam ser mais propensas a esse tipo de incursão etnográfica. Mas tudo depende do contexto – mesmo aplicativos de mensagens como o WhatsApp oferecem recursos para formação de grandes grupos públicos ou, no caso do Telegram, canais abertos com número ilimitado de participantes. Não raro, esse tipo de pesquisa pode levar a um trânsito por múltiplos ambientes, visto que o atual modelo da plataformização produz ecossistemas digitais já pré-conectados de modo a permitir o fluxo de dados entre eles (Zuboff, 2021). Assim, padrões observados em uma plataforma como o WhatsApp, que é experimentada pelos usuários como sendo um ambiente fechado, podem na realidade ser influenciados pela ecologia mais ampla na qual o app se insere, pela via das APIs (ver nota 2), links e pelos encaminhamentos e demais comportamentos de postagem dos próprios usuários.

A segunda abordagem, a do *acompanhamento*, segue o padrão mais pessoalizado da “convergência identitária” (Ramos, 2015), segundo o qual o perfil online do indivíduo deve corresponder à sua identidade civil no mundo offline. Aqui, a “etnógrafa-stalker” (Leitão e Gomes, 2017) segue as interações sociais de conjuntos de sujeitos específicos que podem inclusive transbordar para encontros offline, como no caso do Tinder ou de encontros de grupo e eventos agendados via Facebook. Nesses casos, a diferença entre o que é público e o que é privado vai ficando mais nebulosa, inclusive na mesma plataforma – por exemplo, na diferença entre grupos abertos e fechados no Facebook. Nesses casos, a etnógrafa deve avaliar, por exemplo, se é apropriado que o perfil utilizado durante a pesquisa se apresente de forma aberta enquanto tal e que os sujeitos sejam informados das suas intenções. Essa abordagem converge com a proposta de Daniel Miller et al. (2019) de uma antropologia digital que tenha como diferencial a abordagem etnográfica de sujeitos particulares também no mundo offline, para entender não apenas como as mídias sociais mudaram o mundo, mas, nos seus termos, “como o mundo mudou as mídias sociais”.

Por fim, as autoras pontuam a etnografia por *imersão* em ambientes virtuais que têm uma densidade de sociabilidade própria mais próxima à do mundo offline. É o caso das plataformas de jogos imersivos e de mundos virtuais como o *Second Life* (Boellstroff et al., 2012). Nesses casos, a etnógrafa pode passar por

um processo de imersão e socialização no campo virtual similar ao da etnografia clássica, porém, como detalharemos a seguir, sempre atentando para as propriedades ou *affordances* da plataforma em questão. Esses contextos envolvem um afastamento da experiência offline cotidiana, por vezes entendido pelos sujeitos por meio de metáforas como o sonho ou a viagem (Gomes, 2020). O “processo de avatarização” (Leitão e Gomes, 2011) nesses ambientes pode assumir um caráter de experimentação existencial, orbitando em torno de práticas e identidades não normativas. Gomes, Leitão e outras (Parreiras, 2012) têm enfatizado, por exemplo, como esses ambientes permitem e mesmo encorajam experimentações de gênero e sexualidade. Mas podemos considerar também como eles abrigam ou encorajam outras heterodoxias, como grupos de extrema direita (Dias, 2018), comunidades conspiratórias (Almeida, 2018) ou ciências alternativas (Cesarino e Silva, no prelo). Neste caso, como detalharemos na última seção, é adequado que a etnógrafa pondere sobre a aplicação de princípios éticos para proteger não apenas os sujeitos de pesquisa, mas ela própria.

Quando o “campo” é a plataforma: a apercepção cibernética

Os ambientes e paisagens sempre tiveram lugar importante nas narrativas etnográficas clássicas. Na conhecida cena pintada por Malinowski (2018) na introdução de *Os argonautas do Pacífico Ocidental*, o grande etnógrafo narra o barco que o deixara na praia da pequena ilha melanésia desaparecendo no horizonte e ele se vendo finalmente só, entre os nativos. Naquela época, o “campo” se caracterizava por ser um lugar marcadamente diferente daquele em que o antropólogo havia vivido até então e a descrição dessas paisagens exóticas tinha papel importante para produzir, no leitor, um efeito literário de “estar lá” (Geertz, 2018). No caso da etnografia digital, por outro lado, não apenas a etnógrafa oscila constantemente entre o “estar lá” (conectada) e “estar aqui” (desconectada) (Leitão e Gomes, 2011), como é preciso atentar para o perigo da naturalização do ambiente online. Uma usuária desavisada pode agir como se as paisagens digitais pelas quais ela transita fossem apenas um pano de fundo inerte e neutro: uma atitude de alienação técnica da qual advém boa parte dos problemas com desinformação e manipulação política que vivemos hoje (Cesarino, 2021).

Já a etnógrafa que atua em paisagens digitais precisa abordar essas infraestruturas de forma reflexiva e crítica, buscando o que poderíamos chamar aqui de *apercepção cibernética*. O antropólogo Louis Dumont (1997) propôs o termo “apercepção sociológica” para indicar a mudança de Gestalt pela qual passam os

cientistas sociais no processo de desnaturalização da ideologia individualista ocidental, passando a ver os indivíduos primariamente em termos de suas relações sociais. No mesmo sentido, a apercepção cibernética implicaria uma consciência sobre os processos técnicos que produzem não apenas as paisagens online nas quais os sujeitos transitam, mas também *os próprios sujeitos* (Ramos, 2015; Chun, 2016). O aparato do capitalismo de vigilância se construiu com base não na ideologia liberal do indivíduo humano autônomo e reflexivo, mas sobre fundamentos propriamente cibernéticos por meio dos quais a cognição humana dos usuários não apenas é alinhada à cognição maquínica, como se torna *ambiente* para a agência recursiva dos sistemas algorítmicos, que dela extraem “mais-valia comportamental” (Zuboff, 2021). Trata-se, portanto, de uma outra perspectiva sobre o humano, onde este é interpelado em camadas cognitivas compartilhadas com outros animais e máquinas, e agência e processo decisório se dão menos na escala das mentes individuais do que na ecologia da mente (Bateson, 1972) mais ampla na qual estas se inserem nos ambientes digitais.

Um dos resultados é uma paisagem altamente fragmentada, onde cada usuário é coproduzido com a “sua” internet personalizada. Ao invés de encontrar e observar seus sujeitos num mesmo ambiente compartilhado de relações faceaface, como faziam os antigos antropólogos nas aldeias, a etnógrafa digital de hoje transita por mundos fragmentados que se conectam parcialmente (Strathern, 2005). Esses mundos só são integrados no e pelo processo cognitivo de cada usuário individual, que Van Zoonen (2012) chamou de “eu-pistemologia” [*i-pistemology*]. Diferente de outros ambientes, nas plataformas os múltiplos fragmentos de realidade são distribuídos de forma ativa, segmentada e em tempo real pelos algoritmos, encorajando os usuários a desenvolverem formas não-lineares de conectar causalidade e identificar padrões no “ruído” cujo caso extremo são as teorias da conspiração (Rushkoff, 2014).

Assim, buscar abrir a “caixa-preta” desses ambientes permite perceber como, transpostos em usuários, os sujeitos (e a própria etnógrafa) estão tanto performando suas ações e identidades, quanto *sendo performados* pelas agências maquínicas. As plataformas e aplicativos nos quais são realizadas as etnografias digitais não são ambientes inertes, mas interfaces ativas, que realizam uma mediação entre o que está *além* da tela (os sujeitos na sua vida offline) e o que está *aquém* da tela (os sistemas algorítmicos e suas infraestruturas materiais e energéticas, os modelos de negócios e jogos de poder corporativos e regulatórios das *Big Tech* etc.). Como lembram Horst e Miller (2012), ambos os ambientes de ação, o online e o offline, são igualmente reais – e igualmente mediados. Contudo, suas formas

concretas de mediação e produção de realidades são diferentes, ainda que convirjam numa camada cibernética comum.

Deste modo, propostas para superar dicotomizações demasiado rígidas entre humanos e máquinas, como na conhecida figura do ciborgue de Donna Haraway (2009), não significam confundir ou apagar as diferenças entre o on e o offline, mas atentar para o modo como as relações entre ambos vêm sendo reintermediadas na era da plataformização – um contexto, inclusive, bastante diverso daquele no qual Haraway escreveu seu manifesto. Idealmente, a antropóloga deve ter um olho em cada lado da interface. Uma atenção exclusiva às caixas-pretas da indústria tech poderá resvalar num esvaziamento da dimensão da experiência subjetiva e numa aceitação rápida demais das alegações de controle e influência da própria indústria – para não falar do risco do determinismo tecnológico. Por outro lado, uma ênfase etnográfica ingênua apenas na agência do usuário obscurecerá as enormes assimetrias que existem hoje entre estes e as plataformas (Bruno, Bentes e Faltay, 2019; Zuboff, 2021). Assim, abordagens analíticas que reconhecem o caráter *coemergente* da relação entre agente e ambiente, como aquelas baseadas no conceito de *affordance*³, vêm ganhando importância tanto na antropologia digital como no campo mais amplo de estudos das novas mídias (Cesarino, 2021).

Sair do pensamento linear para o pensamento cibernético não é, todavia, tarefa fácil. Devido ao caráter deliberadamente opaco das caixas-pretas das *Big Tech*, as agências algorítmicas só podem ser acessadas de forma indireta. Neste sentido, existe uma complementaridade necessária entre a antropologia digital e a literatura interdisciplinar no campo das novas mídias. Esta literatura indica, por exemplo, que a “convergência identitária” de que falamos acima é menos resultado da escolha do usuário individual do que propriedades das arquiteturas digitais contemporâneas (Ramos, 2015). É o modelo de negócios que requer que os perfis online sejam os mesmos entre as diferentes plataformas e que eles representem os sujeitos “reais” no mundo offline, para que seus dados possam ser extraídos e fluir adequadamente entre as empresas (Zuboff, 2021). Outras propriedades *défault* de aplicativos e dispositivos, como geolocalização ou marcação automatizada de rostos em fotos (Leitão e Gomes, 2017), também seguem essa lógica, influenciando as subjetividades e sociabilidades no mundo offline de formas sutis e mesmo imperceptíveis. São essas agências automatizadas que decidem o que é visibilizado ou não, o que ganha alcance ou não, conformando uma topologia performativa e emergente de públicos-em-rede (*networked publics*) (Boyd, 2011) bastante diferente do modelo da esfera pública pré-digital.

É possível, ainda, ir além de reconhecer o papel da agência algorítmica e de suas *affordances* técnicas na composição das paisagens digitais pelas quais a etnógrafa transita. Pois do ponto de vista da antropologia como ciência do humano, torna-se relevante o modo como essas agências, em *loops* cibernéticos cada vez mais intensivos e capilarizados com a cognição dos usuários, “extraí” desta certas potencialidades e não outras (Chun, 2016). As novas mídias de hoje se fundamentam em tecnologias cibernéticas que não são triviais, pois foram originalmente construídas à imagem e semelhança da nossa cognição – mais precisamente, daquela camada cognitiva que compartilhamos com outros animais (Wiener, 2017)⁴. Seus efeitos vão muito além, portanto, de selecionar e compor as paisagens virtuais nas quais os usuários atuam. Ao entrarem em ciclos cibernéticos imersivos e capilarizados com a cognição humana, os sistemas algorítmicos podem introduzir nela vieses de confirmação, adicção, polarização afetiva ou colapso entre fato e ficção (Rushkoff, 2014).

O aspecto mais evidente disso é a exteriorização do fluxo de consciência dos usuários para mídias sociais, aplicativos e outras plataformas. Isso se dá pela interpelação algorítmica de camadas cognitivas responsáveis pela produção de afetos e hábitos incorporados (*embodied*) – o chamado “cérebro reptiliano” (Chun, 2016). A atual economia da atenção requer a maximização do tempo de tela dos usuários para que estes alimentem de forma regular o fluxo de dados necessário à operacionalização dos algoritmos e do aprendizado de máquina. Por isso, o que Chun (2016) chamou da “temporalidade de crise permanente” da internet platformizada privilegia o comportamento mimético e irrefletido em detrimento do pensamento reflexivo e analítico.

A produção de sujeitos influenciáveis é um objetivo explícito da economia comportamental, da psicologia behaviorista, da inteligência de enxame e de outros saberes, como aqueles ligados ao marketing, que embasam a construção dessas arquiteturas digitais (Zuboff, 2021). O grande paradoxo está em que esse fluxo de influência é produzido pelas plataformas justamente por meio da oferta de uma experiência de liberdade e soberania individual quase irrestrita aos usuários (Chun, 2016). Daí a importância da apercepção cibernética: um foco etnográfico exclusivo na experiência subjetiva dos usuários individuais pode deixar de fora suas dimensões propriamente técnicas e cibernéticas, pois estas são desenhadas para influenciar essa experiência, justamente, de formas subliminares e pré-conscientes⁵.

Assim, na *Web 2.0*, cabe sempre à etnógrafa refletir de forma crítica: em que tipo de ambiente estou? O que ocorre por trás da tela? Quem decide o que

aparece para mim e para os meus interlocutores, e como? Quem são meus interlocutores? Em que medida sua agência é humana ou algorítmica, individual ou coletiva? Suas ideias e comportamentos são espontâneos ou fabricados, originais ou imitações? Não necessariamente essas respostas serão sempre possíveis, pois, em ambientes cibernéticos, prevalecem causalidades não-lineares – coemergentes, circulares, recursivas, recíprocas – que confundem essas próprias categorias. Assim, a etnógrafa nem sempre deve buscar *resolver* as contradições e ambiguidades geradas pelos processos de desintermediação, mas trabalhar *através* delas, observando como esse aparato vem reintermediando as visões de mundo e sociabilidades das pessoas de novas formas.

No que resta deste capítulo, concluímos apontando brevemente três outros conjuntos de desafios que a plataformização coloca para a etnografia digital contemporânea: a articulação com outros métodos; formas de coleta e organização de dados; e procedimentos e implicações éticas.

Interfaces emergentes

Articulações multimetodológicas

Os primeiros antropólogos a irem a campo – os etnógrafos “de varanda” – se valiam tanto de métodos qualitativos, como entrevistas com informantes privilegiados, quanto de métodos quantitativos, como *surveys* e genealogias⁶. Mesmo após Malinowski consolidar o cânone etnográfico em torno da observação participante, essas outras técnicas, como a análise de redes sociais (pré-digitais), continuaram sendo acionadas de forma complementar durante o trabalho de campo (Feldman-Bianco, 1987). Essa vocação multimetodológica da antropologia se renova no contexto da etnografia digital contemporânea, em que se abrem novas possibilidades de articulação com métodos e técnicas de outras áreas do conhecimento dentro e fora das ciências humanas, inclusive de ordem computacional (Nascimento, 2020).

No campo das metodologias qualitativas (Poupart et al., 2014), a *entrevista* e suas variações, como os *grupos focais*⁷, provavelmente permanecem sendo a complementação mais comum à observação participante. Há muitas discussões aprofundadas sobre as nuances e possibilidades desse método nas ciências sociais (Bourdieu, 2007). No contexto da pesquisa etnográfica, entrevistas servem principalmente para aprofundar a coleta de informações ou estreitar relações com interlocutores de campo selecionados. Podem também cumprir funções adicionais,

como oferecer um contexto para que a etnógrafa se apresente e se familiarize com os membros da comunidade estudada (e vice-versa) ou para que colete o consentimento informado junto a eles.

O espectro possível de estilos de entrevista também acompanha a polaridade generalidade-particularidade pela qual oscila a etnografia de modo geral. Em um polo, há as entrevistas mais longas e em profundidade com sujeitos específicos, que podem inclusive ser realizadas várias vezes ao longo do trabalho de campo. É o caso da coleta de histórias de vida, ou quando se pretende alcançar dimensões íntimas e afetivas que dependem do estabelecimento de laços de confiança mais fortes entre etnógrafa e interlocutor. No outro polo, há entrevistas mais superficiais, realizadas com um número maior de sujeitos, voltadas para a aferição de generalidades e coleta de informações em extensão. Novamente, cada desenho de pesquisa deve compor seu próprio equilíbrio metodológico apropriado entre profundidade e extensão. Entrevistas podem ser mais ou menos estruturadas por roteiros predefinidos, mas, via de regra, a entrevista de caráter etnográfico tende a ser mais aberta (ver Zamora, 2021). Ao mesmo tempo em que a etnógrafa deve manter certo foco no conjunto de temas que são centrais à sua questão de pesquisa, é preciso também haver abertura e flexibilidade suficientes para que o entrevistado elabore respostas e levante questões e temas que são relevantes para ele, mas que a pesquisadora não havia antecipado num primeiro momento. Em consonância com o caráter indutivo-recursivo da etnografia apontado acima, a etnógrafa aposta na habilidade da escuta, encorajando o interlocutor a construir associações e traçar caminhos narrativos por conta própria (Oliveira, 1996). No caso de pesquisas em equipe, o roteiro pode ser mais estruturado, para garantir a comparabilidade entre as entrevistadoras. No caso de roteiros mais fechados, pode ser útil fazer algumas rodadas piloto iniciais para ajustar o rol de perguntas.

É possível, ainda, incluir outros tipos de metodologia na entrevista. Em um de nossos projetos, por exemplo, combinamos o roteiro de perguntas semiestruturado com um bloco experimental de teste de associação, em que mostrávamos imagens e solicitávamos aos entrevistados que nos dissessem as primeiras palavras ou ideias que lhes vinham à mente. O objetivo era aferir ideias que podem estar influenciando a visão de mundo dos sujeitos em planos subliminares, que as perguntas do modelo convencional de entrevista podem não ser capazes de acessar. Essa estratégia pode se mostrar produtiva para a antropologia digital, pois, como vimos, é justamente pela via dessas camadas pré-conscientes que os ambientes das plataformas interpelam os usuários.

Em termos práticos, é importante, nas modalidades online de entrevista, que a pesquisadora se adapte o máximo possível ao interlocutor, deixando abertura, por exemplo, para que ele escolha o formato em que se sente mais confortável ou disponível. A forma mais direta de transpor para o digital o modelo offline de entrevista – a conversa por videoconferência – nem sempre será possível ou desejável para os sujeitos, seja devido a fatores subjetivos ou objetivos, como disponibilidade de conexão e equipamento. Assim, outras opções podem ser sugeridas, como e-mail, troca de áudios em aplicativos de mensagens ou mesmo ligações telefônicas. É possível também, no caso de interlocutores com pouco ou nenhum acesso, “terceirizar” entrevistas e outros tipos de coleta de dados para interlocutores ou voluntários que possam atuar como assistentes de pesquisa *in loco*. Os próprios sujeitos podem aceitar registrar e enviar à pesquisadora “diários” do seu cotidiano ou outras informações em formato de vídeo, áudio ou texto ou mesmo permitir o rastreamento do seu uso de aplicativos e dispositivos móveis (Pink et al., 2016).

Por fim, sendo o campo online uma mídia, pode-se articular a etnografia com formas de *análise de discurso*. Na antropologia, muitas vezes essas análises são feitas de forma intuitiva e pouco sistemática, mas podem ainda assim funcionar bem enquanto complemento à observação participante. Porém, dependendo do projeto, pode-se buscar o apoio de técnicas específicas nos campos da linguística e comunicação (Magalhães, Martins e Rezende, 2017). Estas podem auxiliar, por exemplo, na identificação da frequência, classificação e associação de termos e padrões narrativos e interativos encontrados em ambientes online específicos. Análises de discurso de ordem metalinguística também podem ser importantes para a etnografia digital, como aquelas que observam os efeitos performativos da linguagem online – por exemplo, na demarcação de fronteiras de grupo ou na produção de afetos e comportamentos miméticos (Cesarino, 2020). Há, ainda, abordagens linguísticas multimodais, que articulam análise de discurso textual com outros tipos de formato comuns na internet contemporânea, como imagens, áudios ou vídeos (Fonte e Caiado, 2014). Finalmente, as abordagens etnográficas de documentos e arquivos (Cunha, 2004) também podem ser transpostas, com as devidas adaptações, para versões digitais⁸.

Por fim, também há, na antropologia, um histórico de uso de métodos de ordem quantitativa (Feldman-Bianco, 1987). Desde o início, censos, cartografias ou genealogias foram usados por etnógrafos para extrair generalidades da estrutura social como sistemas linguísticos ou de parentesco, permitir comparabilidade

entre casos etnográficos diferentes, e mesmo como uma estratégia de introdução ao campo, para que a etnógrafa conheça e se faça conhecer pelos membros da comunidade. No campo da etnografia digital, as possibilidades de articulação quanti-quali são vastas e vão desde adaptações de métodos tradicionais como os *surveys* até propostas novas em campos interdisciplinares emergentes como o das humanidades digitais ou ciências sociais computacionais (Nascimento, 2020).

Uma das formas de articulação quanti-quali mais utilizadas nas ciências sociais envolve a aplicação de *surveys*. A não-linearidade dos ambientes online coloca grandes desafios para o tipo de amostragem randomizada e controlada preconizada por essa metodologia. Métodos que aproximam, porém *não* substituem o *survey*, envolvem a aplicação de questionários ou enquetes com usuários que frequentam ambientes online. Muitas plataformas, tanto proprietárias quanto de acesso aberto, gratuitas ou pagas, se encontram disponíveis para esses fins, como o *Google Forms* ou *Survey Monkey*. A forma de distribuição e aplicação desses instrumentos pode variar bastante: pode-se distribuir chamadas em mídias sociais ou aplicativos de mensagem de forma mais ou menos aleatória; fazê-lo de forma mais direcionada para uma base de sujeitos predefinida, via e-mail ou número de telefone; ou mesmo utilizar o método da “bola de neve”, onde um respondente vai indicando outros. Em todos os casos, é importante ter em mente que, embora possam demonstrar generalidades na população estudada, questionários ou enquetes online não serão estatisticamente significativos, a não ser que sejam aplicados seguindo a mesma estrutura de randomização e amostragem dos *surveys* tradicionais (Torini, 2016).

Outro tipo de complemento de ordem mais quantitativa à etnografia online tem sido a *análise de rede*, em especial as de redes sociais, também por meio de softwares específicos para este fim (Recuero, 2016). Em ambientes altamente dinâmicos e personalizados do ponto de vista do usuário individual, essas análises de base computacional permitem a visibilização de escalas temporais e espaciais mais amplas da rede na qual se insere a etnógrafa e seus sujeitos. Por meio dessas ferramentas, a etnógrafa pode realizar um mapeamento inicial do seu “campo” etnográfico, produzir visualizações da sua forma global e dos padrões de conexão entre seus elementos ou identificar transformações e tendências ao longo do tempo.

Novamente, cada projeto acionará ferramentas específicas de análise de rede para seus fins. Em plataformas com APIs mais abertas⁹ como o Twitter, é possível produzir grafos e outros tipos de visualização de redes por meio de softwares

como *Gephy*, *Netlytic* e outros. Arquiteturas mais fechadas como as do Facebook ou de aplicativos de mensagens como WhatsApp e Telegram podem envolver procedimentos mais complexos que exigem conhecimento em programação, por exemplo, para raspagem e outras formas de extração automatizada de dados. Em todos os casos, é sempre importante atentar para quais procedimentos são permitidos ou proibidos segundo os termos de uso de cada plataforma. Dependendo do projeto, pode-se ir além para construir metodologias híbridas que articulem análises de base qualitativa com análises computacionais – uma tendência crescente nas ciências sociais e humanas de modo mais amplo (Nascimento, 2020).

Coleta, registro e organização de dados

Na etnografia tradicional, a principal ferramenta da antropóloga para o registro de dados da observação participante é o diário de campo. O icônico caderninho atua como um “arquivo” de termos linguísticos, eventos ocorridos ao longo do dia, falas dos interlocutores e o que mais a etnógrafa considerar como sendo dados potencialmente relevantes para seus interesses de pesquisa. Nesses registros, recomenda-se “pecar pelo excesso”, pois muitas vezes a relevância de um acontecimento ou declaração só se mostrará retrospectivamente, na medida em que os padrões gerais forem ficando mais claros com o avanço do trabalho de campo. O diário pode ser também um espaço para já ir organizando esses dados em tempo real, bem como para refletir sobre sua relevância contextual, relações com outros dados coletados e mesmo sobre a relação da etnógrafa com seus interlocutores. Pode-se optar, inclusive, por manter diários múltiplos, como um de ordem mais objetiva e analítica, e um de ordem mais subjetiva e reflexiva (Weber, 2009).

Em ambientes digitais, esses procedimentos de registro contínuos são igualmente necessários. Caso o caderno de campo tradicional não seja suficiente, ele pode ser complementado ou até mesmo substituído por softwares e aplicativos. Devido à topologia não-linear e à copiabilidade do digital, há, no caso da etnografia online, uma tendência à expansão exponencial do universo de dados potencialmente relevantes: textos, *prints* de tela, vídeos, áudios, imagens, links, *chat logs*, metadados etc. Assim, é essencial que os procedimentos de coleta e registro sejam simultaneamente acompanhados de protocolos para a organização e gestão de um volume crescente de dados. Embora seja possível fazê-lo de forma manual, por exemplo organizando o material coletado em pastas e *tags*, muitos têm recorrido ao uso de softwares do tipo CAQDAS (*Computer-Assisted Qualitative Data*

Analysis Software), que existem em versões tanto proprietárias, quanto gratuitas (Schlosser, Frasson e Cantorani, 2019).

Os CAQDASs apoiam o armazenamento, a organização e a análise de dados qualitativos por meio de ferramentas de codificação, busca, linkagem, *query*, anotações, mapas de relações, nuvens de palavras, e tratamentos estatísticos simples. Eles pretendem oferecer um suplemento e ganho de escala ao trabalho cognitivo de memória, manejo e análise dos dados. Em um projeto sobre propaganda computacional, por exemplo, utilizamos o Atlas.ti para arquivar, classificar e analisar conteúdos políticos circulados num aplicativo de mensagem. Criamos uma grade específica de categorias temáticas, atores e funções linguísticas que foi utilizada por codificadores humanos na classificação de imagens (o software permite fazer o mesmo com texto, áudio e vídeo). Foi possível, ainda, tratar e analisar o material através de ferramentas básicas como mapas de relações, nuvens de palavras ou tabelas de frequência.

Além disso, muitos desses programas podem ser utilizados para armazenar e organizar também as referências bibliográficas e demais apoios teórico-analíticos a serem utilizados na análise do material coletado, como cadernos de notas ou memorandos. Estes programas não pretendem substituir, mas apenas complementar, o trabalho organizativo e analítico da pesquisadora humana (Nascimento, 2020). Porém, o que foi discutido na segunda seção também vale aqui: quando usados de forma rotineira e intensiva, esses softwares podem se tornar parte importante do fluxo de consciência externalizado da própria pesquisadora, que passaria a “pensar” como e com eles.

Novos desafios éticos

A questão ética é provavelmente uma das dimensões da pesquisa etnográfica mais afetadas na transposição desta prática para ambientes digitais. Isto porque muitas das categorias nas quais se fundamentam os princípios éticos vigentes estão sendo elas próprias problematizadas pela lógica “invertida” da plataformização, onde os sujeitos humanos tornam-se ambiente para a agência de sistemas maquínicos (Chun, 2016; Zuboff, 2021). As plataformas constantemente se valem de dados de comportamento dos usuários para experimentações em larga escala, transformando a atual infraestrutura de mídia em ambientes de testagem em tempo real (Bruno, Bentes e Faltay, 2019). Empresas como Facebook, Microsoft ou Google têm seus próprios setores de pesquisa, que costumam passar ao largo de boa parte das exigências éticas formais que orientam o trabalho acadêmico.

É bem conhecida a estória de como os princípios éticos atualmente vigentes foram construídos na esteira de projetos de pesquisa na área biomédica que colocaram deliberadamente em risco populações vulneráveis, como no famigerado experimento sobre sífilis com cidadãos afro-americanos em Tuskegee, nos Estados Unidos. Na antropologia, há a conhecida polêmica envolvendo o Napoleon Chagnon entre os yanomami ou, mais recentemente, a atuação de antropólogos na ocupação do Afeganistão, Iraque e outros empreendimentos militares estadunidenses (Almeida, 2018). Os meandros deste e de outros casos, bem como da problemática de transpor procedimentos da área biomédica para as ciências humanas, já foram exaustivamente discutidos (Diniz, 2009), não sendo necessário retomá-los aqui. O que queremos destacar é o fato de que muitas das características estruturantes dessas situações paradigmáticas *não* se reproduzem no contexto das etnografias digitais contemporâneas.

Os princípios éticos canônicos pressupõem, por exemplo, uma delimitação e hierarquia claras entre pesquisador e pesquisado, sendo que a este último não era facultada informação suficiente, escolha ou mesmo formas de escape e contestação. Ora, essa situação dificilmente se reproduz em ambientes digitais, onde qualquer usuário tem, ao menos do seu ponto de vista, grande controle sobre suas interações online. Algumas vezes, a situação pode até se inverter: é a etnógrafa que pode se ver em situação de assimetria e potencial vulnerabilidade com relação tanto a outros usuários, quanto às próprias plataformas. Em ecossistemas conspiracionistas e de extremismo político, por exemplo, é comum que pesquisadoras, quando “descobertas”, se tornem alvo de convocações para ataques em enxame (*swarming*) em seus perfis de rede social, como já aconteceu com uma das autoras, felizmente sem grandes consequências. Como nos contextos de etnografia “para cima” (Nader, 2020), seguir princípios éticos nesses casos pode ter uma função de proteção não apenas do pesquisado, mas também à pesquisadora, oferecendo inclusive resguardo legal a esta última contra eventuais retaliações dos primeiros (Mosse, 2006).

No Brasil, a Resolução 510/2016 do CONEP adaptou os parâmetros éticos da área biomédica para a pesquisa em ciências humanas, o que já constituiu um avanço. Porém, mesmo as categorias e os pressupostos embutidos nela vêm sendo profundamente desestabilizados pela digitalização não apenas do campo etnográfico, mas das sociedades como um todo. Como, por exemplo, estabelecer a presunção de “publicidade” das interações e discursos observados online em ambientes que têm, justamente, como principal característica o colapso de contexto entre público e privado (Boyd, 2011)? Como garantir que o sujeito esteja

adequadamente “informado” num ambiente de desinformação endêmica? Como presumir quem é “sujeito” em contextos de automatização de comportamentos que mimetizam o humano e onde a linearidade da relação sujeito-objeto, causa-efeito dá lugar a dinâmicas não-lineares, circulares e coemergentes (Cesarino, 2021)? O que pode significar “ação consciente e livre” num ambiente desenhado para ver a agência humana não enquanto individualidades autônomas, mas enquanto coletivos miméticos e influenciáveis (Zuboff, 2021)?

O inciso VII do Artigo 10 da Resolução de 2016 prevê dispensa da formalização da pesquisa no sistema CEP/CONEP para aqueles projetos que objetivem “o aprofundamento teórico de situações que emergem espontânea e contingencialmente na prática profissional, desde que não revelem dados que possam identificar o sujeito” (Brasil, 2016). Este inciso visa atender, entre outras, demandas metodológicas do trabalho de campo etnográfico, visto que no processo de observação participante nem sempre é possível coletar o consentimento livre e esclarecido segundo os procedimentos-padrão da pesquisa biomédica. Essa falta é “compensada” por outros procedimentos éticos, como atenção à anonimização dos sujeitos, supondo que sujeitos não identificados não poderão ser prejudicados pela publicação da pesquisa. Nem sempre basta, todavia, omitir o nome dos sujeitos. Procedimentos de anonimização podem envolver ocultar ou trocar outras informações que possam identificá-los, ou, no processo de escrita etnográfica, estratégias como ficcionalização parcial dos relatos ou mistura ou recombinação de sujeitos em personagens novos (Fonseca, 2008).

Na comunidade antropológica, há um consenso em torno da ideia de que procedimentos éticos não se resumem à assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido, mas devem ser uma preocupação constante tanto durante o trabalho de campo, quanto na etapa da escrita etnográfica (Diniz, 2009). Afinal, os sujeitos podem, por exemplo, mudar de ideia, como no caso do imbróglio ético contado por Segata em que um interlocutor da sua pesquisa sobre o Orkut, que havia dado o consentimento, veio, anos depois, exigir a retirada da dissertação do domínio público e a revisão do texto para que as referências a ele fossem excluídas (Segata e Costa, 2017). Esse tipo de revés pode se tornar especialmente crítico diante da resiliência e nãocontrolabilidade dos conteúdos digitais (Boyd, 2011). É possível que os procedimentos éticos padrão, formatados num contexto histórico particular ao século XX, sigam um modelo “fordista” que precisa ser não abandonado, mas melhor ajustado às situações de pesquisa na atual configuração neoliberal (Chun, 2016).

Diante do caráter não-linear dos ambientes digitalmente mediados contemporâneos, o melhor é que a aplicação de princípios éticos na pesquisa e escrita etnográficas também siga a dinâmica iterativa-indutiva apontada acima. Os procedimentos éticos se desdobrariam, assim, de forma adaptável a cada desenho de pesquisa antropológico, ao mesmo tempo mantendo constantes diretrizes básicas como o princípio do cuidado, do não prejuízo aos interlocutores de campo e do consentimento informado (Boellstroff et al., 2012). Essa forma mais flexível e reflexiva de aplicar princípios éticos preconizada pela antropologia se mostra, na nossa experiência, mais bem adaptada a contextos de pesquisa online do que os protocolos rígidos derivados do campo biomédico e seguidos pelas ciências sociais “duras”. Ela poderia, inclusive, ser tomada como base para pensar a renovação dos protocolos e procedimentos éticos na pesquisa qualitativa em ambientes digitais de modo mais amplo.

-
- 1 Este termo é utilizado pelo próprio setor tech para designar uma internet cada vez mais integrada por meio das *Application Programming Interfaces* (APIs), que permitem a interoperabilidade e fluxo de dados entre diferentes sistemas. Mais detalhes sobre o processo de plataformação, que ganhou força com a crise fiscal de 2008, podem ser encontrados em D’Andrea (2020).
 - 2 No contexto brasileiro, cf. por exemplo os trabalhos reunidos ou revisados em Ramos e Freitas (2017), Batista e Souza (2020), Segata e Rifiotis (2021).
 - 3 O conceito de *affordance*, que pode ser traduzido por “propiciação” (Velho, 2001), foi desenvolvido na psicologia ecológica para identificar propriedades do ambiente que não são fixas, mas que emergem na interação com um agente específico. Um ambiente como a água, por exemplo, tem a *affordance* de andabilidade para certos insetos e répteis, mas não para um organismo humano. Boyd (2011) e outros transpuseram o conceito para o campo das novas mídias (Bucher e Helmond, 2017). Exemplos de *affordances* digitais incluem desde as mais gerais como binarismo, fractalidade e copiabilidade, até as mais específicas a dispositivos e interfaces como portabilidade, editabilidade, multimedialidade, escalabilidade, buscabilidade etc.
 - 4 Com efeito, boa parte dos saberes que embasam o design das plataformas e suas arquiteturas de escolha deriva de modelos animais: do behaviorismo skinneriano dos “ratinhos” ao comportamento de enxame ou bando (*swarming*) de insetos, pássaros e peixes (Zuboff, 2021).
 - 5 A influência difere do comando explícito pois busca atuar indiretamente e de forma sutil, no controle do ambiente no qual o sujeito toma suas decisões. Um exemplo comum no marketing é a arquitetura de escolha: o design ou distribuição de palavras

- ou imagens numa peça publicitária, o posicionamento de certos produtos em prateleiras mais altas ou mais baixas. Dados sobre os sujeitos são centrais para embasar previsões sobre seu comportamento, e tentar assim influenciar sua conduta (Zuboff, 2021).
- 6 O método genealógico envolve recensear os indivíduos em uma comunidade (por exemplo, uma aldeia ou conjunto de aldeias indígenas) e mapear suas relações de parentesco, visto que era em torno delas que boa parte das sociedades etnografadas pela antropologia clássica se organizava. Hoje, há inclusive ferramentas computacionais para a realização desse tipo de estudo (Franco, Ferreira e Silva, 2017).
 - 7 Grupos focais são técnicas originadas no marketing para pesquisa de produtos, sendo comuns na netnografia. Mas podem ser de interesse para alguns projetos etnográficos, onde se pretende detalhar interações, convergências ou diferenças em torno de um tema específico entre sujeitos de pesquisa, por exemplo, membros de uma família ou pessoas de diferentes gêneros ou gerações.
 - 8 Sobre análise de discurso, ver Rodrigues e Kalil Filho, 2021; sobre análise crítica de discurso, ver Sangue e Borba, 2021; e sobre etnografia de documentos, ver neste volume Freire e Pires: “A pesquisa etnográfica com documentos: escavando os contextos, as escalas e a materialidade do mundo social”.
 - 9 Tradicionalmente, o Twitter tem mais abertura para a captação de seus metadados por terceiros, como pesquisadores e jornalistas, do que as plataformas dos “cinco grandes” da indústria tech – também conhecidos como GAFAM (Google, Amazon, Facebook, Apple e Microsoft). Sobre APIs, ver nota 1.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, A.W. “Cowboy anthropology”: nos limites da autoridade etnográfica. *EntreRios*[Online], Teresina, n. 1, p. 8-35, 2018.
- ALMEIDA, R. Notas para uma reflexão sobre as “teorias da conspiração”. *Ponto Urbe*[Online], 23, dez. 2018. Disponível em: <http://journals.openedition.org/pontourbe/5615>. Acesso em: 02 set. 2021.
- AMARAL, A. Etnografia e pesquisa em cibercultura: limites e insuficiências metodológicas. *Revista USP*, São Paulo, n. 86, p. 122-135, 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13818>. Acesso em: 02 set. 2021.
- BATISTA, J.; SOUZA, E. Gênero, ciência e etnografia digital: Aproximações e potencialidades. *Cadernos de Campo*, v. 29, n. 2, p. 1-27, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/175199>. Acesso em: 02 set. 2021.
- BATESON, G. *Steps to an Ecology of Mind: Collected Essays in Anthropology, Psychiatry, Evolution, and Epistemology*. Chicago: University of Chicago Press, 1972.

- BOELLSTORFF, T.; NARDI, B.; PEARCE, C.; TAYLOR, T.L. *Ethnography and Virtual Worlds: A Handbook of Method*. Princeton: Princeton University Press, 2012.
- BOURDIEU, P. *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 2007.
- BOYD, D. Social Network Sites as Networked Publics: Affordances, Dynamics, and Implications. In: PAPACHARISSI, Z. (Ed.). *A Networked Self: Identity, Community, and Culture on Social Network Sites*. New York: Routledge, 2011. p. 39-58.
- BRASIL. *Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016*. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 24 maio 2016.
- BRATTON, B. *The Stack: On Software and Sovereignty*. Cambridge, MA: The MIT Press, 2015.
- BRUNO, F. Rastros digitais sob a perspectiva da teoria ator-rede. *Revista Famecos*, Porto Alegre, v. 19, n. 3, p. 681, 2 jan. 2013.
- BRUNO, F.; BENTES, A.C.; FALTAY, P. Economia psíquica dos algoritmos e laboratório de plataforma: mercado, ciência e modulação do comportamento. *Revista Famecos*, Porto Alegre, v. 26, n. 3, p. 1-21, dez. 2019.
- BUCHER, T.; HELMOND, A. The Affordances of Social Media Platforms. In: BURGESS, J.; POELL, T.; MARWICK, A. (Eds.). *The SAGE Handbook of Social Media*. Amsterdam: Sage Publications, 2017, p. 233-253.
- CESARINO, L. Identidade e representação no bolsonarismo: corpo digital do rei, bivalência conservadorismo-neoliberalismo e pessoa fractal. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 62, n. 3, p. 530-557, dez. 2019.
- _____. Como vencer uma eleição sem sair de casa: a ascensão do populismo digital no Brasil. *Internet & Sociedade*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 91-120, 2020.
- _____. Antropologia digital não é etnografia. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 304-315, 24 ago. 2021.
- CESARINO, L.; SILVA, V.H. Pandemic States of Exception and the Alt-Science of 'Early Treatment' for COVID-19 in Brazil. *Latin American Perspectives*, Riverside, CA. [no prelo].
- CHUN, W. *Updating to Remain the Same: Habitual New Media*. Cambridge, MA: The MIT Press, 2016.
- CLIFFORD, J.; MARCUS, G. (Eds.). *A escrita da cultura: poética e política da etnografia*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2017.
- CUNHA, O. Tempo imperfeito: Uma etnografia do arquivo. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 10, p. 287-322, 2004.
- D'ANDREA, C. *Pesquisando plataformas online: Conceitos e métodos*. Salvador: EDUFBA, 2020.
- DIAS, A. *Observando o ódio: entre uma etnografia do neonazismo e a biografia de David Lane*. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, São Paulo, 2018.

- DINIZ, D. Avaliação ética em pesquisa social: O caso do sangue Yanomami. *Revista Bioética*, v. 15, n. 2, p. 284-297, 2009.
- DUMONT, L. *Homo Hierarchicus. O sistema de castas e suas implicações*. São Paulo: EDUSP, 1997.
- ESCOBAR, A. Bem-vindos à Cyberia. In: SEGATA, J.; RIFIOTIS, T. (Eds.). *Políticas etnográficas no campo da cibercultura*. Brasília: ABA Publicações; Joinville: Editora Letradágua, 2016. p. 21-66.
- FELDMAN-BIANCO, B. (Ed.). *Antropologia das sociedades contemporâneas: Método*. São Paulo: Global, 1987.
- FONSECA, C. O anonimato e o texto antropológico: dilemas éticos e políticos da etnografia “em casa”. *Teoria e Cultura*, v. 2, n. 1 e 2, p. 39-53, 2008.
- FONTE, R.; CAIADO, R. Práticas discursivas multimodais no WhatsApp: uma análise verbo-visual. *Revista Desenredo*, v. 10, n. 2, p. 457-489, 2014.
- FRANCO, A.; FERREIRA, C.; SILVA, M. O parentesco como questão computacional. *Anais da VI Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia (VI ReACT)*, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 16 a 19 de maio, 2017.
- GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- _____. *Obras e vidas: O antropólogo como autor*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2018.
- GOMES, L. G. Avatares: o maravilhoso e o estranho no Second Life. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 69, p. 173-195, jan-abr. 2020.
- HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 5, p. 7-41, 2009.
- HINE, C. *Ethnography for the Internet: Embedded, Embodied and Everyday*. London; New York: Bloomsbury, 2015.
- HORST, H.; MILLER, D. (Eds.). *Digital Anthropology*. London: Berg, 2012.
- KOZINETS, R. *Netnografia: realizando pesquisa etnográfica online*. Porto Alegre: Penso, 2014.
- KUHN, T. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2017.
- LEITÃO, D.K.; GOMES, L.G. Etnografia em ambientes digitais: perambulações, acompanhamentos e imersões. *Antropolítica - Revista Contemporânea de Antropologia*, v. 1, n. 42, 2017.
- LÉVI-STRAUSS, C. Raça e história. In: *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1978 [1952].
- MAGALHÃES, I; MARTINS, A. R.; RESENDE, V. M. *Análise de Discurso Crítica: um método de pesquisa qualitativa*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2017.
- MALINOWSKI, B. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Ubu Editora, 2018.
- MALY, I. New Right Metapolitics and the Algorithmic Activism of Schild & Vrienden. *Social Media + Society*, v. 5, n. 2, p. 1-15, 2019.
- MILLER, D.; SLATER, D. Etnografia on e off-line: Cibercafés em Trinidad. *Horizontes Antropológicos*, v. 10, n. 21, p. 41-65, 2004.

- MILLER, D. et al. *Como o mundo mudou as mídias sociais*. London: UCL Press, 2019.
- MOSSE, D. Anti-Social Anthropology? Objectivity, Objection, and the Ethnography of Public Policy and Professional Communities. *Journal of the Royal Anthropological Institute*, n. 12, p. 935-956, 2006.
- NADER, L. Para cima, antropólogos: Perspectivas ganhas em estudar os de cima. *Antropolítica*, n.49, p. 328-356, 2020.
- NASCIMENTO, L. *Sociologia digital: uma breve introdução*. Salvador: EDUFBA, 2020.
- OLIVEIRA, R. C. de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 13-37, 1996.
- PARREIRAS, C. Altporn, corpos, categorias e cliques: notas etnográficas sobre pornografia online. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 38, p. 197-222, 2012.
- PINK, S.; HORST, H.; POSTILL, J.; HJORTH, L.; LEWIS, T.; TACCHI, J. *Digital Ethnography: Principles and Practice*. London: SAGE, 2015.
- POUPART, J. et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- RAMOS, Jair. Subjetivação e poder no ciberespaço: da experimentação à convergência identitária na era das redes sociais. *Revista Vivência*, n. 45, p. 57-76, jan./jun. 2015.
- RAMOS, J.; FREITAS, E. (Eds.). Dossiê temático: etnografia digital. *Antropolítica*, n. 42, p. 8-163, 2017.
- RUSHKOFF, D. *Present Shock: When Everything Happens Now*. New York: Current, 2014.
- SEGATA, J. *Lontras e a construção de laços no Orkut: uma antropologia no ciberespaço*. Rio do Sul: Nova Era, 2008.
- _____; COSTA, L. Entrevista: Cibercultura, imagem e ética na pesquisa. *Revista Visagem*, v. 3, n. 2, p. 314-331, 2017.
- _____; RIFIOTIS, T. (Eds.). *Políticas etnográficas no campo da cibercultura*. Brasília: ABA Publicações; Joinville: Editora Letradágua, 2016.
- _____; _____. (Eds.). Dossiê temático: Digitalização e dataficação da vida. *Revista Civitas*, Porto Alegre, v. 21, n. 2, 2021.
- RECUERO, R. Métodos mistos: combinando etnografia e análise de redes sociais em estudos de mídia social. In: CAMPANELLA, B.; BARROS, C. (Eds.). *Etnografia e consumo midiático: novas tendências e desafios metodológicos*. Rio de Janeiro: E-papers, 2016.
- RODRIGUES, T.; KALIL FILHO, M. Discursos, verdade e linguagem: indicações metodológicas para as RI. In: ROCHA DE SIQUEIRA, Isabel et al. (Orgs.). *Metodologia e relações internacionais: debates contemporâneos*, vol. I. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2021 (ebook).
- SANGUE, D.R.K.; BORBA, R. Análise do discurso crítico e relações internacionais: Apropriações e provocações Interdisciplinares. In: SIQUEIRA, Isabel Rocha de; LACERDA, Ana Carolina Costa (Orgs.). *Metodologia e relações internacionais: debates contemporâneos*, vol. III. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2021 (ebook).

- SCHLOSSER, D.; FRASSON, A.; CANTORANI, J.R. Softwares livres para análise de dados qualitativos. *Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia*, v. 12, n. 1, p. 539-550, 2019.
- SRNICEK, N. *Platform Capitalism*. Cambridge: Polity, 2016.
- STRATHERN, M. *Partial Connections*. Walnut Creek: AltaMira Press, 2005.
- TORINI, D. Questionários online. In: ABDAL, A. et al. (Eds.). *Métodos de pesquisa em ciências sociais: bloco quantitativo*. São Paulo: SESC/CEBRAP, 2016.
- VAN ZOONEN, L. I-Pistemology: Changing Truth Claims in Popular and Political Culture. *European Journal of Communication*, v. 27, n. 1, p. 56-67, 2012.
- VELHO, O. De Bateson a Ingold: Passos na constituição de um paradigma ecológico. *Mana*, v. 7, n. 2, p. 133-140, 2001.
- WEBER, F. A entrevista, a pesquisa e o íntimo, ou por que censurar seu diário de campo? *Horizontes Antropológicos*, v. 15, n. 32, p. 157-170, 2009.
- WIENER, N. *Cibernética ou controle de comunicação animal e na máquina*. São Paulo: Perspectiva, 2017.
- WU, T. *The Attention Merchants: The Epic Scramble to Get Inside Our Heads*. New York: Vintage, 2017.
- ZAMORA, M. H. Apurando a escuta: uma introdução à técnica de entrevistas. In: SIQUEIRA, Isabel Rocha de; LACERDA, Ana Carolina Costa (Orgs.). *Metodologia e relações internacionais: debates contemporâneos*, vol. III. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio (ebook).
- ZUBOFF, S. *A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira de poder*. Trad. G. Schlesinger. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.

Capítulo 2

Algumas contribuições da metodologia quantitativa para a construção de questões de pesquisa: complexificando o debate

Moema de Castro Guedes

Este capítulo tem como objetivo traçar um breve panorama de algumas contribuições dos estudos quantitativos na construção de problemas de pesquisa no campo das ciências sociais. No contexto brasileiro, estas abordagens não gozam do mesmo prestígio de outros países, o que torna esta mirada particularmente relevante. Para tanto, o texto se divide em três partes: uma primeira na qual discutimos o método em ciências sociais; na segunda, traçamos eixos a partir dos quais podem ser pensadas as diversas contribuições da metodologia quantitativa a alguns debates das ciências sociais; na terceira e última seção, destacamos questões comuns às abordagens quantitativas e qualitativas que apontam convergência e complementariedade.

As questões aqui expostas se articulam à minha trajetória como pesquisadora no campo dos estudos de gênero, que privilegiou algumas técnicas de pesquisa quantitativas nas abordagens com as quais trabalho. Além do trânsito entre as ciências sociais, em particular a sociologia, e a demografia ao longo de minha formação entre a graduação e o pós-doutorado, as reflexões propostas têm relação direta com diálogos e inquietações expressas por orientandos e alunos nas disciplinas de metodologia de pesquisa que ofereci nos últimos anos em diversas universidades.

Entraves de uma socialização acadêmica que desvaloriza a metodologia quantitativa

Cano (2012) destaca um problema comum à maior parte das grades curriculares de ciências sociais no Brasil: uma ênfase excessiva nos clássicos e na

erudição em detrimento da pesquisa empírica. Na perspectiva do autor, este recorte reforçaria uma visão idealizada da pesquisa mais como arte do que como um empreendimento submetido a critérios de validação objetivos. Mais do que nunca, nesta direção, faz sentido nos indagarmos acerca do papel da metodologia enquanto caminho a ser percorrido na construção do conhecimento científico e das técnicas de pesquisa, aqui entendidas como instrumentos através dos quais os dados são organizados e analisados.

O papel do método em qualquer disciplina seria oferecer procedimentos e protocolos de pesquisa comuns que forneçam caminhos através dos quais construímos nossas evidências de pesquisa, sempre em articulação com a teoria que norteia o estudo. As ciências sociais, contudo, não acreditam em resultados idênticos uma vez estabelecidas as mesmas condições entre distintos estudos. Como a subjetividade do pesquisador é decisiva na construção do objeto, nunca temos pesquisas iguais, ainda que os resultados devam ser dialogados e convergentes com o que já foi ou vem sendo produzido no campo.

Mas o fato de pesquisarmos temas do senso comum, sobre os quais a sociedade pensa e elabora, traz um desafio: nos legitimarmos enquanto ciência. A metodologia da pesquisa é central nesta empreitada, na qual muitas vezes o modo de se perguntar e os achados contraintuitivos podem ser mais relevantes do que as descrições exaustivas de determinada realidade social, ainda que estas tenham importância dentro da construção da parte empírica da pesquisa. Nesse sentido, para os cientistas sociais, ter uma sólida formação metodológica é, antes de mais nada, aprender a perguntar.

Voltando à provocação de Cano, investir nas experiências de pesquisa através de trabalhos contemporâneos seria uma boa porta de entrada ao conhecimento dos modos de se fazer pesquisa na atualidade, bastante distintos dos consagrados pelos autores clássicos. Contudo, pouco muda nas grades curriculares e os estudantes seguem sendo convidados a pensar a disciplina de modo excessivamente centrado nos cânones em sua formação. Mesmo quando lemos estes pais fundadores, é raro uma mirada metodológica sobre as formas através das quais eles próprios foram, ao longo do tempo e de suas trajetórias, construindo as suas questões de pesquisa.

Esse diagnóstico inicial aponta para uma realidade onde a discussão de conceitos, eixos teóricos e genealogias históricas do pensamento social são vencidas como a expressão última (e quase única!) do campo. Neste cenário, os estudantes seriam mal instrumentalizados a pensar seus próprios problemas de pesquisa e pouco estimulados a problematizar o papel das técnicas de pesquisa

que elegem na construção da parte empírica de seus trabalhos. Isso inclusive cria um fosso entre os textos inspiradores lidos na formação e o processo inicial de escrita, onde a teoria instrumentaliza pouco a parte empírica e muitos trabalhos apenas reforçam o que a literatura consagrada já apontava anteriormente.

Este não é um questionamento trivial, uma vez que a escolha de determinada técnica de pesquisa, ao mesmo tempo que abre possibilidades analíticas, implica, também, em invisibilizações que devem ser sinalizadas. Teoria e metodologia não poderiam ser apartadas e a segunda tratada como dimensão menos relevante¹. A natureza da relação entre ambas nunca se caracteriza por um encaixe perfeito em ciências sociais. Para quê ir a campo ou se debruçar sobre um arsenal documental apenas para reforçar o que o autor consagrado já havia destacado? No “chão da fábrica” dos processos de pesquisa, a natureza da pergunta demanda determinada técnica de pesquisa e, como bem salienta Becker (1997), convém construir um inventário das conclusões, levando o leitor pela mão nos sucessivos estágios de conceituação de um problema e mostrando as escolhas metodológicas que se fizeram ao longo do percurso.

Esta seria uma parte da questão. A outra se relaciona ao fato de que as ciências sociais brasileiras foram marcadas historicamente pela aposta na dicotomia entre metodologias de pesquisa quantitativas e qualitativas. Esta perspectiva que insiste na oposição e afastamento entre estas abordagens perde de vista a natureza complementar destes estudos. Exemplos de pesquisas que realizaram este diálogo, exercício ainda escasso em nossa literatura, refletem o quão fecundos podem ser os dados e achados destas empreitadas. Algumas referências se destacam nesta direção.

Pager (2006) destaca, em seu trabalho sobre a discriminação racial, a necessidade de uma abordagem complementar entre técnicas de pesquisa quantitativas e qualitativas e o quanto este campo de estudos se nutriu de um investimento tanto nos métodos, quanto no conteúdo. Configurado como um tema central por ser um mecanismo poderoso, subjacente a muitos padrões históricos e contemporâneos de desigualdade, o avanço na compreensão dos mecanismos discriminatórios teria se apresentado bastante desafiador por ser evasivo e de difícil mensuração. Um dos principais achados sugeridos pelo estudo foi que a ampla maioria das pessoas reconhece viver em uma sociedade racista. Contudo, poucos se reconhecem como racistas. Neste cenário complexo, a autora demonstra o quanto as lacunas deixadas por determinada técnica de pesquisa puderam ser cobertas por outras, quando se privilegiou um olhar conjugado entre distintas metodologias. O

diálogo entre os achados de *surveys*, entrevistas em profundidade, métodos experimentais, experiências de campo, entre outras técnicas, mostrou que a fraqueza de um era a potencialidade do outro. Apenas deste modo puderam ser costuradas diferentes construções acerca do mesmo problema de pesquisa. Essa estratégia evidencia a complementariedade de abordagens, a necessidade de triangulação das técnicas de pesquisa e a riqueza deste diálogo.

Neuma Aguiar (1978) também foi nesta direção em artigo da célebre coletânea *A aventura sociológica*. Em sua pesquisa com trabalhadores no sertão do Cariri sobre estratificação social e distintos modos de produção, a autora ressalta a complementariedade entre observação participante e aplicação de questionários de um *survey* realizado por ela em diferentes tipos de fábricas na região. Muitas das questões construídas na elaboração do questionário foram buriladas e utilizaram-se de linguagem mais próxima a dos entrevistados porque houve o trabalho de campo progressivo. Este teria cumprido um papel de pré-teste, no qual os termos utilizados, a ordem das perguntas e os elementos a serem mensurados foram pensados de forma conjunta com a abordagem qualitativa da pesquisa. Esta estratégia assegurou, por um lado, melhor inserção e proximidade nas fábricas através da percepção dos próprios trabalhadores entrevistados, e por outro lado, o trabalho com questionário possibilitou ampliação do universo empírico, com boa generalização dos dados coletados.

Dentro do campo de técnicas de pesquisa qualitativas das ciências sociais, o estudante acaba sendo apresentado, através dos próprios textos clássicos, a um amplo repertório de possibilidades, mas pouco é mencionado sobre o que não é visto, ou sobre como o diálogo com outras abordagens seria alvissareiro. Configurou-se com isso, ao longo do tempo, uma dimensão apartada das metodologias quantitativas no seio das ciências sociais.

A contribuição de alguns tipos de mensuração

De certo modo, é raro que pesquisadores se autodefinam como metodólogos, mas é interessante perceber que no interior de nossos departamentos os poucos professores que trabalham com técnicas de pesquisa quantitativas já são “naturalmente” designados para as disciplinas de metodologia. Estes teriam como difícil tarefa apresentar as possibilidades e contribuições de uma perspectiva que praticamente não é tocada ou articulada nas demais disciplinas do curso. A “metodologia quantitativa” quase sempre aparece no singular e sob uma amálgama de desconhecimento em relação ao modo como é praticada. As diversas técnicas de

pesquisa que a conformam e o que permitem ver são registradas como “apêndice” dentro de um corpo mais amplo das ciências sociais com o qual praticamente não dialogam². Vejamos alguns exemplos.

Estudos populacionais

Os estudos populacionais, que partem de estatísticas oficiais como Censos Demográficos ou Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), se configuraram historicamente como fonte importante de diversas análises. Nestas, destaca-se o mapeamento de diversos processos de mudança social em termos de tendência, temporalidade e magnitude nos diferentes segmentos de nossa sociedade. O conhecimento de séries históricas e tendências de determinada variável permite contextualizar fenômenos, bem como comparar magnitudes entre distintas esferas geográficas. Com isso, é possível estabelecer uma sociologia comparativa que pensa a articulação entre fenômenos, atenta não apenas à descrição de dados, padrões e tendências, mas aos processos históricos que os explicam ao longo do tempo. Não há como ler a taxa de homicídio de Seropédica, no estado do Rio de Janeiro, por exemplo, sem conhecer qual foi seu patamar histórico ou como são as taxas de municípios com características semelhantes. Nesse sentido, trabalhar com os dados desta fonte privilegiada (secretarias de segurança pública em diferentes níveis) se configura como conhecimento imprescindível.

Como discutir a categoria “trabalho” e novas formas de empregabilidade na sociedade brasileira sem conhecer minimamente as taxas de desemprego ou a distribuição da mão-de-obra em diferentes segmentos do mercado de trabalho? O modo como estes dados são captados também varia dependendo do instituto de pesquisa, o que frequentemente resulta em patamares distintos. O desemprego mapeado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), por exemplo, é constantemente mais alto que o do IBGE, porque aquele capta o chamado desemprego por desalento, quando o indivíduo não se encontra em condições de procurar na semana de referência ou desistiu de tentar, mas efetivamente gostaria de estar empregado. Conhecer estas diferenças conceituais é importante no processo da análise que se pretende construir.

Dialogar com este panorama que os dados fornecem a nível macro pode ser relevante a título de contextualização de determinada questão de pesquisa, ainda que a abordagem escolhida seja a qualitativa. Para tanto, não se faz necessário debruçar-se sobre as estatísticas, mas utilizar-se dos autores que realizaram

pesquisas nesta direção. Uma simples citação pode ajudar, sem que seja necessário se tornar um exímio usuário dos dados estatísticos. O tipo de informação que é coletado e o modo como se constroem estes dados já são em si dimensão importante de análise da relação do Estado com diferentes grupos e segmentos sociais.

Como destaca Bourdieu (1996), mais do que descrever a realidade social, os institutos de estatística nacionais prescrevem modelos através de categorias que não apenas classificam certa população, mas hierarquizam valores e práticas de determinada sociedade. A sociologia das estatísticas revela uma história importante, como por exemplo, as demandas do movimento LGBTQIA+ para que as famílias homoafetivas sejam contabilizadas nas pesquisas. No caso do IBGE, este importante avanço passa a vigorar a partir do Censo Demográfico de 2010. Nesse sentido, o conceito de família historicamente utilizado silenciou e invisibilizou modelos não heteronormativos ou consanguíneos, reforçando o sentido do que seja família em sua acepção mais tradicional (Fonseca, 1995). Nesse sentido, estas instituições constroem a própria realidade social.

Em razão disso, há disputas políticas em torno do modo como determinado conceito capta a realidade social. O acesso a estas informações e os embates que a envolvem são centrais na construção de qualquer cenário que se queira analisar. A situação atualmente atravessada por nosso instituto de estatística, o IBGE, reflete estes tensionamentos. Temos em curso no Brasil um processo de apagão estatístico que nos impede de visualizar com clareza os efeitos da crise prolongada que se agudiza ao longo da pandemia de Covid-19. A não realização do Censo Demográfico que deveria ter ido a campo em 2020, e segue sem perspectivas, é o exemplo mais dramático de uma realidade que não se quer visibilizada. A inexistência de estatísticas confiáveis e atualizadas atrapalha o mapeamento dos retrocessos em curso.

Indicadores sociais

Os indicadores sociais, por outro lado, assumem papel importante no delineamento de políticas públicas. Estas seriam geralmente analisadas por estatísticos e economistas, que têm uma visão frequentemente pouco crítica do processo de construção do dado ou dos embates políticos que resultam em recortes por vezes arbitrários na interpretação da sociedade. Outra questão desafiadora é que não há como um gestor minimamente sério construir determinada política sem que seja feito um diagnóstico inicial através de uma primeira mensuração. A caracterização da realidade no momento anterior à política é condição para a estruturação de indicadores a partir dos quais se desenham as metas, as populações-alvo e as

unidades de análise privilegiadas para que os próprios efeitos da política sejam mensurados no momento da avaliação. Nisto reside um dos maiores desafios analíticos, já que a mudança de cenário entre os dois momentos do tempo nos quais os dados são captados (anterior e posterior à aplicação da política pública) nem sempre são explicados apenas pelos programas implementados, mas por outras variáveis externas que não são plenamente controladas.

Em linhas gerais, ainda que tenhamos críticas a um indicador e seu recorte arbitrário da realidade social, a efetividade das políticas públicas está comprometida sem a utilização de dados estatísticos que sirvam de baliza à incidência que se busca com a ação governamental em determinada localidade ou população³. São evidentes, por exemplo, os limites de um indicador como a linha de pobreza no sentido de mapear quem são e onde estão efetivamente os pobres (Bartholo et al., 2017). Mas não podemos simplesmente deixar de utilizá-lo sem colocar outro no lugar, de modo que não há planejamento nem ação sem esse processo de quantificação que caracteriza a população-alvo e os resultados esperados da intervenção.

Indicador seria uma categoria que designa qualquer medida contada ou calculada capaz de “revelar” uma situação que não é aparente por si só (Januzzi, 2017). Nesse sentido, poderiam ser resultados de observações quantitativas ou qualitativas, embora tenha-se privilegiado a primeira na maior parte dos estudos publicados. Januzzi (2017) conceitua indicador social como medidas em geral quantitativas, com significado social substantivo, usado para substituir, quantificar, operacionalizar conceito social abstrato. Destacamos o desafio de pensar a validade⁴ destas medidas quando estudamos temas complexos e de difícil mensuração como são os das ciências sociais. Além de multicausais, nossos fenômenos frequentemente envolvem processos que se apresentam em dimensões que nem sempre são traduzíveis em um número.

O autor destaca diferentes tipologias e diversos atributos desejáveis dos indicadores, mas para fins do presente texto destacamos a *historicidade* das medidas enquanto mensuração de uma dimensão complexa que se busca captar. Pensemos como exemplo a desigualdade de gênero no mercado de trabalho. No início dos estudos deste campo, nos anos 1970, havia muito interesse sobre os fatores que explicavam a inserção e manutenção das mulheres no mercado de trabalho. Nada mais natural que a taxa de participação laboral feminina e seus diferenciais entre grupos etários, estratos educacionais e, claro, em relação às masculinas ser uma medida de interesse dos pesquisadores, considerada um indicador de desigualdade. Passadas quatro décadas desta primeira mirada, os indicadores que marcam as

análises do campo foram se sofisticando e o próprio processo de mudança social fez com que novas abordagens aparecessem como mais alvissareiras. Atualmente, a desigualdade de gênero é pensada a partir de outro conjunto de indicadores, dentre os quais podemos destacar os diferenciais de salário por hora, por sexo, as jornadas totais de trabalho de homens e mulheres, bem como outras medidas que traduzem melhor, no atual momento histórico, este conceito que é abstrato e por vezes subjetivo. Nesse sentido, ainda que haja um esforço de mensuração e quantificação, segue havendo dimensões do fenômeno encobertas pelo número.

Surveys

Nas seções anteriores falamos de dados produzidos pelos órgãos específicos, particularmente institutos de estatística. Mas o próprio pesquisador pode produzir seus dados quantitativos indo a campo e aplicando questionários pensados conceitualmente a partir de suas demandas através dos chamados *surveys*. Pouco comuns no Brasil em função de seu alto custo operacional, eles tiveram importância fundamental para alguns campos de pesquisa. Caracterizam-se pela pesquisa com uso de questionários, estruturados por perguntas majoritariamente fechadas, mas também podendo ser compostos de algumas abertas⁵. Em termos de grupo ao qual o questionário é aplicado, duas estratégias distintas são utilizadas. Podem ser aplicados a toda a população que se deseja estudar, de forma censitária (estratégia mais utilizada quando se trata de grupo pequeno) ou aplicada a um grupo ou amostra (probabilística ou não). Esta segunda estratégia representa diminuição de tempo de realização e de custo da pesquisa e é utilizada para populações maiores⁶. O censo demográfico brasileiro, por exemplo, tem dois questionários. Um primeiro, menor, aplicado a toda a população com perguntas básicas; um segundo, mais amplo, com perguntas mais específicas, aplicado de modo amostral.

Neste segundo caso, é desejável que a amostra seja representativa da população para a qual se deseja expandir os resultados encontrados (Utts, 1999). Este mecanismo envolve abordagens complexas e todo um campo de análise, que discutem os diversos tipos de amostra e suas aplicabilidades, algo que extrapola os objetivos do presente texto. Podemos apontar em linhas gerais que as estratégias que asseguram a representatividade de uma amostra quase sempre se relacionam a princípios de aleatoriedade ou sorteio dos indivíduos que a compõem e a forma como são selecionados. Dependendo do que se pesquisa e da heterogeneidade do que será mensurado, diferentes estratégias amostrais podem ser utilizadas.

Conhecer a diversidade de práticas, valores e percepções em uma população em larga escala permite comparar grupos e avançar na relação entre variáveis que se associam de modo diferenciado em cada segmento social. O caráter representativo e generalizável deste tipo de pesquisa também são atributos importantes que as tornam um campo central de contribuição dos estudos quantitativos.

Araújo e Scalón (2005) realizaram importante estudo sobre práticas, valores e representações no campo das relações de gênero e da divisão sexual do trabalho no Brasil. Este *survey* pioneiro, aplicado de forma amostral probabilística, permitiu a compilação de um amplo conjunto de dados através da comparação entre segmentos heterogêneos de homens e mulheres em distintos arranjos familiares da sociedade brasileira. Dentre os diversos achados da pesquisa, destacam-se algumas características que se associavam a comportamentos mais igualitários e menos conservadores na divisão do trabalho produtivo e reprodutivo em nossa sociedade: gênero feminino, ser jovem, alta escolaridade, ter tido mãe que trabalhou fora, entre outros.

Araújo et al. (2018) realizaram outra rodada da pesquisa em 2017 e muitas das questões se repetiram no novo questionário. A comparação com a pesquisa anterior revelou importantes avanços e continuidades nas relações de gênero. Por um lado, destacou-se a expansão do ideário feminista na percepção de jovens mulheres, particularmente as mais escolarizadas. Do ponto de vista das continuidades chama atenção a manutenção de um padrão bastante desigual no interior das famílias com as mulheres seguindo sobrecarregadas no cuidado com os filhos e afazeres domésticos. Isso as segue prejudicando no mundo público, como competidoras em desvantagem em relação aos trabalhadores homens. Nesse sentido, chama atenção a distância entre percepções e práticas.

Nestes três exemplos de técnicas de pesquisa quantitativas vemos a potencialidade de todo um arsenal de pesquisas que por vezes é mais consagrado em outras disciplinas. O olhar mais crítico das ciências sociais em relação a estas ferramentas poderia resultar em usos menos normativos e mais criativos, como demonstram algumas pesquisas que se aventuraram nesta direção.

Elementos convergentes entre as abordagens quantitativa e qualitativa

Utts (1999) salienta que a estatística é uma ferramenta utilizada para nos auxiliar a tomar decisões em contextos de incerteza. Essa significação amplia seus possíveis usos e traz uma perspectiva cotidiana na qual usamos procedimentos

estatísticos sem nos darmos conta. Em uma ampla gama de escolhas usamos variáveis que julgamos relevantes para maximizar as chances de sucesso. Isso vale desde onde investir o dinheiro ao trajeto escolhido até o trabalho. Também nas pesquisas acadêmicas elegemos dimensões que privilegiamos por achar que elas sintetizam bem o objeto estudado. A descrição exaustiva frequentemente evidencia uma falta de foco.

Um princípio constante nas pesquisas é como os indivíduos ou grupos pesquisados nos ajudam a pensar o todo do qual fazem parte. Ou, dito de outra forma: o que deles representa dinâmicas mais amplas e o que neles é particular? Ainda que não parta de uma ideia de amostragem probabilística, esta relação entre grupo pesquisado e universo mais amplo para o qual os dados pretendem ser expandidos é crucial em qualquer análise.

Independente de falarmos em uma abordagem quantitativa ou qualitativa, algumas questões se colocam. A primeira é como os indivíduos foram selecionados. Escolher apenas aqueles que estão disponíveis ou os que desejam falar não é indicado em nenhuma das estratégias. A ideia de sorteio ou de uma escolha aleatória, presente na abordagem probabilística, é interessante. O todo tende a ser melhor representado quando a seleção capta também os não disponíveis ou quem escolheu não falar. Por esta razão, o recenseador do censo demográfico, por exemplo, deve voltar ao domicílio das pessoas que não foram encontradas em casa por diversas vezes, se necessário for. Este grupo não pode ser substituído por seus vizinhos disponíveis no momento. Por outro lado, quanto mais heterogêneo é um grupo, mais aspectos têm que ser levados em conta nos indivíduos que comporão o grupo de análise ou amostra.

No cenário de pandemia por Covid-19, muitas estratégias de pesquisa estiveram inviabilizadas e se disseminou de modo banalizado e sem critérios metodológicos o uso de questionários enviados em diversas plataformas para fins de pesquisa acadêmica. Para além do escasso conhecimento do processo de estruturação das perguntas, conceitos utilizados e tipo de dado que pode ser extraído desta técnica de pesquisa, nos deparamos com um problema mais sério: o viés de autoseleção.

Ao compor o grupo de análise partindo apenas dos indivíduos que responderam e devolveram o questionário, criamos um perigoso critério invisível e comum: o desejo de participar da pesquisa. Isto sugere que havia uma forte opinião favorável ou contrária aos temas abordados e/ou interesse em relação ao que era investigado que fez os entrevistados quererem compor a amostra. Mas um grupo

efetivamente heterogêneo deveria incluir indivíduos não tão disponíveis ou propensos ao tema de interesse. O padrão de resposta pode ser um bom indicativo desta tendência (quanto mais baixo ele for, mais temerário). Ainda que a pesquisa não se pretenda probabilística, indagarmos o perfil dos respondentes é relevante a fim de minorarmos o problema de um grupo completamente diferente do mais amplo para o qual se anunciam os resultados.

Tanto em um grupo pequeno de entrevistas em profundidade quanto em um *survey*, com questionário aplicado a uma grande população, entrevistas apenas com os voluntários fazem com que não conheçamos o ponto de vista e a percepção dos indivíduos que não estão disponíveis ou interessados e que, justamente por esta razão, podem ser bastante diferentes do grupo homogêneo que compôs a amostra estudada.

Becker (2007) destaca os desafios da amostragem apostando na similitude entre abordagens quantitativa e qualitativa. O autor usa como metáfora do pesquisador diante do conjunto de dados de sua pesquisa empírica a figura de linguagem da sinédoque. Como eleger uma parte do todo que o representa bem? Nesta construção, o papel da teoria é absolutamente central, pois é deste domínio conceitual que se lançam as chaves de leitura que sintetizarão o mais relevante dentro do enfoque proposto.

A abordagem proposta procurou evidenciar alguns elementos presentes no debate metodológico das ciências sociais. Para além das singularidades que marcam este campo, reiteramos a leitura de que parece haver nos currículos que formam os estudantes uma ênfase maior na teoria e nos autores clássicos da disciplina. Isso acaba por produzir lacunas nos possíveis tipos de construção dos objetos de pesquisa, ainda mais marcantes quando se demandam leituras que envolvem mensurações ou dados estatísticos.

Em diálogo com esta constatação, procuramos trazer alguns exemplos de técnicas de pesquisa centrais no debate contemporâneo do que se convencionou chamar de metodologia quantitativa. Para tanto, foram caracterizadas experiências de estudos populacionais, indicadores sociais e *surveys*. Evidentemente o conjunto de técnicas de pesquisa é bem mais amplo e abarca outras possibilidades, como a modelagem estatística, que sequer foram aqui tratadas.

Finalmente, apontamos algumas questões comuns às abordagens quantitativas e qualitativas, reiterando o papel da teoria como fio condutor de onde se parte

para a construção de questões de pesquisa mais alvissareiras. O mais desafiador, nesse sentido, seria o permanente diálogo e a implementação da complementariedade entre ambas nas estratégias de pesquisa.

- 1 A importante coletânea de artigos compilados no livro *A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social*, organizado por Edson de Oliveira Nunes e publicado em 1978 se tornou um clássico e foi alvissareira nesta direção de tentar suprir uma lacuna do debate metodológico nas ciências sociais.
- 2 É interessante perceber, como salienta Cano (2012), que nos próprios autores clássicos como Marx, Weber e Durkheim, as abordagens quantitativas sobre as quais se debruçaram não recebem a mesma atenção.
- 3 Com a enorme difusão de conjuntos de indicadores que mensuram e comparam distintas realidades, passamos inclusive a assistir a uma dinâmica em que muitos gestores implementam políticas que visam principalmente modificar a própria estatística, a fim de maquiá-la realidade.
- 4 Aqui entendida como atributo estatístico, se o dado mede de fato o que ele se propõe a medir. O IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), por exemplo, de fato é uma boa medida do desenvolvimento em termos históricos e comparativos? Ao trabalhar apenas com esperança de vida ao nascer, taxa de analfabetismo, taxa de escolarização dos alunos de primeiro grau, matrículas em escolas e PIB per capita, muitas dimensões importantes deixam de ser captadas.
- 5 Perguntas fechadas são aquelas cujas opções de resposta são dadas pelo pesquisador. Por outro lado, as perguntas abertas são aquelas com resposta livre, não sugerida por opções previamente estabelecidas.
- 6 No caso das amostras probabilísticas, geralmente se calcula a margem de erro da pesquisa, dentro da qual os resultados encontrados podem se afastar da população mais ampla para a qual os dados serão expandidos.

Referências bibliográficas

- AGUIAR, Neuma. Observação participante e survey: uma experiência de conjugação. In: NUNES, E. (Org.). *A aventura sociológica*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- ARAÚJO, C; PICANÇO, F; CANO, I. *Gênero, família e trabalho no Brasil do século XXI: mudanças e permanências*. Rio de Janeiro: Gramma Editora, 2018.
- ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi. Percepções e atitudes de mulheres e homens sobre a conciliação entre família e trabalho pago no Brasil. In: _____; _____. (Orgs.). *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. p.15-78.

- ARAUJO, Clara; SCALON, Celi.(Orgs.). *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- BARTHOLO, Letícia; PASSOS, Luana; PASSOS, Fontoura. Bolsa família, autonomia feminina e equidade de gênero: o que indicam as pesquisas nacionais? *Textos para discussão IPEA*, 2017.
- BECKER, Howard. Sobre metodologia. In: *Metodologia da pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997. p.9-46.
- _____. Amostragem. O que incluir? In: *Segredos e truques da pesquisa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007. p.96-144.
- BOURDIEU, Pierre. Apêndice: O espírito da família. In: *Razões práticas: Sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996.
- CANO, Ignacio. Nas trincheiras do método: o ensino da metodologia das ciências sociais no Brasil. *Revista Sociologias*, Porto Alegre, ano 14, n. 31, p. 94-119, set./dez. 2012.
- FONSECA, Cláudia. Amor e família: vacas sagradas da nossa época. In: RIBEIRO, Ivete; RIBEIRO, Ana Clara T. (Orgs.). *Família em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira*. São Paulo: Loyola, 1995.
- JANNUZZI, Paulo M. *Indicadores sociais no Brasil. Conceitos, Fontes de Dados e Aplicações*. Campinas: Ed. Alínea, 2017.
- PAGER, Devah. Medir a discriminação. *Tempo social*, USP, 2006.
- UTTS, Jéssica. M. *Seeing Through Statistics*. 2.ed. Califórnia: Cole Publishing Company, 1999.

Leituras recomendadas

- BELTRÃO, Kaizo; CAMARANO, Ana A.; KANZO, Solange. Dinâmica populacional brasileira na virada do século XX. *Texto de discussão IPEA*, 1034, ago. 2004.
- DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo; MADEIRO, Alberto. Pesquisa Nacional de Aborto 2016. *Ciência e Saúde Coletiva*, n. 22, 2017.
- CANO, Ignacio. *Introdução à avaliação de programas sociais*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.
- IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, Secretaria de Políticas para Mulheres\SPM, ONU Mulheres e Secretaria de Políticas para a Igualdade Racial\SEPPPIR. *Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça*. 4.ed. Brasília, 2011.
- MELO, Hildete Pereira de; CASTILHO, Marta. Trabalho reprodutivo no Brasil: Quem faz? In: XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais ABEP, Caxambu, MG. *Anais XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. ABEP, 2008.
- OLIVEIRA, R.G.; CUNHA, A.P.; GADELHA A.G.S.; CARPIO, C.G. et al. Desigualdades raciais e a morte como horizonte: considerações sobre a Covid-19 e o racismo estrutural. In: *Cadernos de Saúde Pública*. n. 36, 2020.
- THERBORN, Gorah. *Sexo e poder: a família no mundo 1900-2000*. Trad. Elisabete Doria Bilac. São Paulo: Contexto, 2006.

Capítulo 3

Uma introdução contemporânea à tectologia

Gabriel Tupinambá

Neste capítulo iremos explorar uma corrente de pensamento materialista, ligada ao marxismo, e que, por muito tempo, permaneceu invisível – apesar de nos oferecer um fio condutor capaz de conectar uma série de teorias e posições filosóficas aparentemente muito distintas entre si. A *tectologia*, o ambicioso projeto de uma “ciência universal das organizações”, invenção do pensador soviético Alexander Bogdanov no começo do século XX, permaneceu até muito recentemente soterrada sob a história e os conflitos políticos da Revolução de Outubro: reduzida a uma caricatura por Lenin em seu *Materialismo e empiriocriticismo* (1946), a abordagem filosófica de Bogdanov foi progressivamente empurrada para as margens após a revolução, à medida que o próprio filósofo também perdia o significativo papel político e teórico que tivera anteriormente (White, 2018). Quando seu nome e suas ideias foram finalmente recuperados, nos anos 1970, Bogdanov foi celebrado como um dos precursores da cibernética e da teoria dos sistemas complexos (Gorelik, 1987; Gare, 2000) – uma vez que a tectologia antecipara as ideias de sistema e ambiente, de circuitos de feedback e de estabilidade dinâmica –, mas a valência política de seu projeto, bem como a conexão intrínseca entre seu engajamento político e suas ideias, continuou obscurecida por muito tempo.

Nas últimas décadas, no entanto, um novo interesse pela tectologia tem surgido, dessa vez animado por questões que tocam diretamente no cerne do projeto de Bogdanov. A emergência da crise climática como um tema central na agenda política atual, por exemplo, nos obriga a formular um novo trânsito entre ciência e política, colocando em relevo a interpenetração entre o social e o natural e nos obrigando a expandir o campo de consideração política tanto sincronicamente, para incluir todo o planeta e suas espécies, quanto diacronicamente, levando em conta as consequências de decisões políticas para as gerações futuras. Foi em busca de “teorias para o Antropoceno” que McKenzie Wark retomou Bogdanov e seu projeto, sugerindo em *Molecular Red* (2015) um diálogo inovador entre suas

ideias e a filosofia de Donna Haraway e, com isso, uma nova maneira de atualizar o marxismo sob condições contemporâneas. Por um outro caminho, os desafios de pensar a composição estratégica de frentes políticas heterogêneas entre si, questões que a fragmentação do mundo social coloca para a política de esquerda (Tupinambá e Paraná, 2021) – cada vez mais confrontada com o problema de não poder contar com estruturas prévias, como fábricas, sindicatos ou certas condições de vida comuns, para acumular forças –, também levaram ao reconhecimento de que há em Bogdanov as bases para uma outra visão da prática política, que considera organizações políticas individuais como parte de um ecossistema heterogêneo (Nunes, 2021).

Mas o que é a tectologia? E como o “ponto de vista organizacional” que esse projeto propõe poderia contribuir para os problemas filosóficos e políticos que enfrentamos hoje? Nas próximas seções, iremos apresentar o modo como Bogdanov definiu essa perspectiva teórica, compará-la ao materialismo histórico, considerar algumas das relações entre a abordagem tectológica e teorias posteriores que seriam supostamente contrárias ao marxismo, como as ontologias relacionais, e – por fim – propor uma reconstrução das categorias básicas da tectologia que nos permitirá expandir seu alcance, esclarecer sua pertinência geral e, em especial, sua contribuição para a metodologia de pesquisa social.

Nosso objetivo final com essa apresentação é demonstrar que a tectologia não apenas permanece um projeto atual, como pode inclusive ser retomado e continuado a partir das ferramentas filosóficas, políticas e formais elaboradas após a morte de Bogdanov. Defenderemos que o “ponto de vista organizacional”, proposto pelo pensador soviético, dialoga com a epistemologia situada feminista, que inaugurou uma metodologia de pesquisa focada nas relações de interdependência entre humanos e nãohumanos, assim como retém ideias da corrente “neorracionalista” da filosofia contemporânea, que se preocupa com as condições materiais da cognição. Mas, para além dessas ressonâncias, a tectologia é capaz de integrá-las num outro dispositivo analítico bastante inovador, que sempre parte da correlação entre os modos de *composição* de um dado sistema organizado, as suas formas de *interação* com o mundo e aquilo que se torna *inteligível* da realidade a partir dessa dinâmica. Em suma, a tectologia nos permite discernir quais “diferenças fazem diferença” sob determinadas condições organizacionais – um ponto de vista que, ainda atento às situações singulares, trata *as organizações* – e não os “organizados” – como “órgãos” sensíveis ao mundo social.

O capítulo, por vezes de leitura densa, será acompanhado, ao fim, de uma lista com os seus principais argumentos e algumas orientações que podemos extrair da tectologia para a metodologia de pesquisa em ciências sociais.

Materialismo histórico e a tectologia

Para entender o que Bogdanov quer dizer por tectologia é preciso considerar primeiro a problemática que o interessava. Em seu *Ensaio de tectologia: uma ciência universal da organização* (1980), o pensador contrasta a história dos meios de organização – o acesso à palavra, o poder mobilizador das ideias, dos comandos e das normas sociais – e a história das relações de produção de cada formação social. Seguindo o preceito marxista de que “é o ser social que determina [as formas] da consciência” (Marx, 2014, p. 4), Bogdanov reconstrói em linhas gerais como, por exemplo, em uma sociedade feudal de senhores e servos, a lógica do comando e da obediência funcionava como um esquema móvel que transitava entre diferentes áreas da vida e do conhecimento, dando forma mínima ao seu conteúdo – o que ele chama de “metáfora organizacional” (Bogdanov, 1980, p. 5): o desenvolvimento científico da época permanecia constringido pela ideia aristotélica de uma causa primeira, extramundana, capaz de colocar a natureza em movimento, na filosofia os debates em torno da onipotência de Deus ocupavam os escolásticos etc. Por sua vez, a modernidade europeia, com sua nova organização da produção e da sociedade, introduziria uma nova metáfora do sistema automovente, do maquinário e da natureza como espaço sem exterior. E, novamente, uma forma de coordenação e organização social particular, que surgira entre os séculos XV e XVI, na intersecção entre engenharia, ciência mecânica e produção, passava a servir de esquema geral do pensamento.

Acusado de desconsiderar a primazia da base econômica em uma formação social, sobrevalorizar a cultura, e com isso relativizar as balizas fundamentais do marxismo, Bogdanov buscava, na verdade, adotar um ponto de vista *anterior* à divisão entre “estrutura” e “superestrutura” social. Para ele, o ponto de vista organizacional nos permitia buscar o que havia em comum entre a produção – esfera dos conflitos entre forças produtivas e relações de produção – e as demais esferas da vida – cultura, direito e formas da consciência. E, se pensarmos bem, trata-se de um problema que o materialismo histórico precisa colocar para si mesmo: se o ser social determina a consciência é porque tanto um quanto o outro partilham de algo em comum, de um meio transitivo, que permite que mudanças no campo da reprodução material condicionem as formas de pensamento de uma dada época.

Um dos principais impedimentos para a formulação dessa questão em outras correntes marxistas está ligado ao modo como o trabalho é, muitas vezes, tomado como um conceito primitivo, indecomponível (Duarte, 2009; ver, também, Postone, 2014): usualmente, a esfera produtiva é entendida como o critério explicador de todas as outras porque é a esfera do esforço concreto, do labor, e também da subsistência humana – todas as outras áreas da vida social poderiam não existir e nós ainda existiríamos, mas não a esfera do trabalho e do consumo, do qual depende nossa sobrevivência. E como, no capitalismo, o sistema produtivo e reprodutivo da humanidade passa a ser mediado por formas econômicas complexas, segundo a lógica da troca de mercadorias, é nesse domínio que devemos buscar as causas e pontos de intervenção nodais de um sistema social. Em suma, o trabalho costuma aparecer no materialismo histórico como um fundamento material da sociabilidade, sem o qual toda a estrutura social colapsaria.

Mas o que Bogdanov propõe não é desconsiderar o papel central da esfera produtiva no capitalismo e colocá-la ao lado das demais – Bogdanov era o autor do principal manual de economia política marxista da União Soviética dos anos 1920 (Bogdanov, 1935)¹ e essa proposta seria totalmente incoerente com seus demais trabalhos. O que ele propõe, ao invés, é *decompor* o conceito de trabalho, entendê-lo como um composto de operações ainda mais fundamentais: “o conceito de organização está escondido no termo produção” (Bogdanov, 1980, p. 3). Essa pequena modificação conceitual, abrindo a “caixa-preta” do conceito de trabalho, tem consequências radicais para o materialismo.

Uma primeira consequência, como já antecipamos, é que isso nos permite buscar uma resposta para o problema do que a esfera produtiva poderia ter em comum com outras esferas sociais – um mesmo modo de organização de conteúdos totalmente heterogêneos, por exemplo – sem nos impedir de admitir que, em certas formações sociais, como no capitalismo, a organização social geral é estruturada de tal forma que a reprodução material da vida através do trabalho tem um papel especial dentro desse complexo. Outra consequência importante é que essa decomposição do conceito de trabalho dilui uma categoria sumariamente humana em uma categoria mais geral: se, por um lado, dizemos que tanto um ecossistema quanto um processo produtivo são organizados, por outro, não diríamos que plantas e animais “trabalham” no mesmo sentido que usamos para falar de seres humanos trabalhando. Em outras palavras, o ponto de vista organizacional preserva a *diferença específica* das formas de organização ao mesmo tempo que desfaz o *excepcionalismo humano* que a categoria de trabalho carrega quando é considerada o fundamento ou base da análise marxista.

Retomaremos à questão de como relacionar os conceitos de organização e de trabalho mais à frente, mas retornemos por um momento ao conceito de “metáfora organizativa” que mencionamos há pouco.

Como vimos, em sua reconstrução da história da relação entre formas sociais e formas da consciência, Bogdanov destaca o modo como as principais técnicas de coordenação social de uma dada época são exportadas como modelos gerais para outras áreas da vida. Ele chama esses modelos, muito acertadamente, de “metáforas” porque, no movimento de traslado que fazem para fora do espaço onde foram inventadas, permitindo a “transferência de métodos” entre diferentes áreas, essas formas perdem seus referentes e aparecem como esquemas gerais sem área de aplicação adequada – ou seja, adquirem um uso estritamente metafórico. Por exemplo, a metáfora da máquina, utilizada por Descartes para descrever não apenas o funcionamento de objetos, mas de pessoas e animais, não nasceu como um conceito da filosofia natural: surgiu primeiro na física, na prática matemática e na engenharia e se mostrou, em seguida, um esquema de pensamento – um método de análise e intervenção – capaz de oferecer novos meios de organizar vastas áreas da experiência humana. Há, portanto, um processo de metaforização e generalização – e, como Bogdanov enfatiza, em muitos casos esse é um processo benéfico, que nos permite aumentar nossa capacidade de reconhecer e lidar com o mundo; mas esse traslado metafórico também pode se saturar e acabar por impor uma forma limitada, insuficiente, que não é mais adequada a certos fenômenos ou conteúdos².

É através dessa reconstrução da relação entre formas sociais e suas metáforas organizacionais hegemônicas que Bogdanov chega à razão pela qual a luta proletária no século XX demandaria uma nova ciência, ou uma nova abordagem geral para as ciências. Para ele, a divisão técnica do trabalho, condição essencial da expansão da economia capitalista, implicaria um processo de especialização tão radical das práticas e trabalhos, uma heterogeneidade tão grande de métodos e materiais – necessários tanto do ponto de vista da extração de mais-valia na produção quanto para o aprofundamento do conhecimento nas mais diversas áreas – que essa especialização e complexificação se tornaria progressivamente um impedimento na luta política da classe trabalhadora. À medida que as formas de trabalho se especializam, criando formas de consciência igualmente especializadas e fragmentadas, o trabalho enquanto tal deixaria de ser capaz de oferecer uma imagem transversal daquilo que essas práticas e modos de vida têm em comum³, tornando-se uma metáfora saturada e ineficaz⁴.

O ponto de vista organizacional de Bogdanov, ao não tomar o trabalho como um termo primitivo, era capaz de anteciper a possibilidade de que as formas de trabalho se tornassem tão diferentes entre si que o esquema do processo de trabalho, descrito por Marx no começo do *Capital* (2011), eventualmente encontraria sua saturação como modelo geral de trânsito entre formas de pensamento⁵. Não é à toa, portanto, que, por mais que fosse um dos mais importantes quadros do partido bolchevique (White, 2018), Bogdanov já suspeitava que uma revolução cultural adicional seria necessária para que as formas de vida do campo e da cidade pudessem se reconciliar no momento pós-revolucionário. Sem um esforço concreto que permitisse construir um novo denominador comum entre a vida campesina e a experiência urbana da classe trabalhadora, as tensões sociais entre frações do proletariado permaneceriam ativas – como de fato permaneceram, a ponto de Lenin, e depois Stalin, concluírem que a única maneira de controlar esses conflitos era através da coletivização forçada e militarização do trabalho (Linhart, 1983).

Mas se o trabalho deixava de ser uma categoria fundacional na teoria e também na história das “metáforas organizativas” gerais, o que poderia substituí-lo? Para Bogdanov, é aqui que a tectologia ganha sua pertinência.

Os princípios da tectologia de Bogdanov

Bogdanov chama de “tectologia” – do grego “tekton”, construção – a perspectiva teórica que parte da hipótese de que o terreno da comunalidade entre natureza, sociedade e as ideias é o terreno organizacional. O universo, a vida, o mundo inorgânico, bem como o mundo social e as representações humanas, em todos esses espaços é possível se perguntar pelas suas formas de organização, explorar suas relações, diferenças e semelhanças: “não existe, e não poderia existir, outro ponto de vista sobre a vida e o universo que não a perspectiva organizacional” (Bogdanov, 1980, p.4).

É importante notar, no entanto, que, para a tectologia, não se trata de dizer que *por trás* das diferenças mundanas existe “a organização” – o que seria uma proposta metafísica –, mas antes de mostrar que a perspectiva organizacional é aquela que é capaz de abstrair das características secundárias, daquilo que não contribui para a organização específica do fenômeno analisado, e preservar as diferenças particulares que realmente definem sua forma organizacional. Por isso, a tectologia não é definida nem por uma forma ou método – dado que esses são dependentes dos objetos e práticas específicas – e nem por um objeto determinado, mas por propor um *ponto de vista* capaz de jogar nova luz sobre qualquer

objeto ou forma particular, comparando-os a partir da perspectiva de sua organização. Esse é um ponto central, e crucial também, para entender o que Bogdanov entendia por uma ciência *universal*: a universalidade aqui não diz respeito a um conteúdo positivo comum, um conceito que captura uma propriedade positiva presente em todos os casos e objetos. Para a tectologia, dizer que “tudo é organizacional” é trivial, e não significa muita coisa. A universalidade é antes a possibilidade de adotar um ponto de vista a partir do qual todas as diferenças relevantes aos fenômenos podem ser preservadas e levadas em conta – “*universal*” é *qualquer perspectiva que preserve o maior número de particularidades possíveis*, e não aquela que impõe uma particularidade sobre tudo o mais⁶.

De um ponto de vista ontológico, a teoria das organizações de Bogdanov parte de duas premissas bastante singulares. Primeiro, defende que “a completa desorganização é um conceito sem sentido – na realidade, é o mesmo que o não-ser” (ibidem, p.5)– isto é, não existe nada que seria completamente sem organização e, de certa forma, mesmo o conceito de “nada” é organizado, tem conexões e alguma estrutura, enquanto que a pura desorganização, a ausência completa de conexões, seria o mesmo que a inexistência. Em outras palavras, a distinção entre “organizado” e “desorganizado”, em sentido absoluto, teria precedência ontológica sobre a distinção filosófica entre “ser” e “não ser”: se existisse algo totalmente sem organização, totalmente sem conexões, esse algo não poderia ter realidade física, não poderia ser conhecido e nem imaginado por nós – e *por causa* da desorganização total seria considerado inexistente. E se essa distinção demarca o campo da tectologia, excluindo a possibilidade da desorganização total, é a distinção seguinte, entre *atividade* e *resistência*, que determina não apenas o tipo de organização que existe dentro desse campo, mas também o corolário essencial de que *sempre existem múltiplas organizações*⁷.

Por conta do primeiro princípio que mencionamos, sabemos que as organizações são sempre um compósito ou uma mistura: parcialmente organizadas, parcialmente desorganizadas. Bogdanov aborda essa dinâmica usando dois termos – *atividade* e *resistência* – seja no caso em que analisamos a relação entre partes e o todo de uma só organização, seja quando consideramos a interação entre organizações diferentes: “os elementos de uma organização ou de qualquer complexo estudado do ponto de vista organizacional é reduzido às atividades e resistências” (ibidem, p.42).

Aqui já podemos começar a entender por que o ponto de vista do trabalho não coincide completamente com o ponto de vista organizacional – e também

porque Bogdanov foi acusado por Lenin de abdicar de uma ancoragem real e absoluta para o conhecimento. Isto porque, na tectologia, resistência e atividade são conceitos *relativos* a uma dada situação: do ponto de vista de um dado sistema A, podemos dizer que forças externas B resistem às suas ações, atrapalham sua manutenção ou expansão – mas do ponto de vista contrário, que toma o ambiente externo B como um sistema e a organização A como uma caixa-preta alheia, é essa organização A que resiste às ações do ambiente. Claramente inspirado pelos trabalhos recém-publicados de Einstein⁸, Bogdanov tomava cuidado, assim, para que a tectologia não generalizasse leis e padrões que variam quando mudamos o sistema de coordenadas a partir do qual definimos o que é ativo e o que é passivo em uma dada interação. Ora, uma vez que o ponto de vista do trabalho – na acepção especificamente política de uma atividade humana direcionada a um fim, que toma a natureza como meio a ser transformado – já assume de saída que o componente humano é o elemento ativo e a natureza é o passivo, esse não poderia ser tomado como um conceito primitivo da tectologia, posto que, por exemplo, do ponto de vista de um ecossistema em evolução, o trabalho humano pode ser melhor compreendido como uma resistência contra a reprodução ativa das demais formas de vida.

Isso significa que o conceito de trabalho desaparece ou perde relevância na tectologia? Claro que não. Ao invés de descartar essa categoria, o ponto de vista organizacional visa recharacterizar o trabalho, que deixa de ser pensado como um tipo de processo sempre centrado sobre o esforço físico humano para emergir como *um tipo particular de interação* entre diferentes sistemas organizacionais – do corpo humano, da cooperação entre trabalhadores, dos instrumentos utilizados e da matéria a ser transformada. Uma vantagem dessa redescritção é que, uma vez adotada a perspectiva organizacional, podemos considerar a resistência do mundo à transformação humana 1) em sua dimensão *ergonômica* – qual a melhor forma de trabalhadores negociarem com as restrições que o mundo impõe às nossas atividades?; 2) *praxiológica* – de que forma concreta e real a transformação do mundo se dá, e como afeta todos os sistemas que interagem no trabalho?; e – principalmente – 3) em sua dimensão *epistemológica*. Isto é, quando a diferença entre atividade e resistência é pensada relacionalmente, ganhamos ferramentas para mudar de perspectiva e considerar o que resiste aos objetivos do trabalhador como a forma de atividade de outra organização – dos instrumentos de trabalho, do coletivo de trabalhadores ou da matéria a ser trabalhada. Em outras palavras, na medida em que a resistência do mundo ao trabalho é tratada como o indício

da ação de outro sistema, *o trabalho emerge como uma forma de conhecer o real a partir de suas resistências*⁹.

O “ponto de vista do trabalho” seria aquele que utiliza as resistências do mundo aos nossos esforços para descobrir a diferença entre a aparência e o real, expandindo assim nosso acesso às determinações intrínsecas do mundo através da negociação situada com as resistências apresentadas pela natureza, pela sociedade e pelas ideias. Apesar de preservar todas as características cruciais da categoria de trabalho para o marxismo, essa visão implica uma mudança de abordagem notável em relação ao materialismo histórico usual – não apenas por admitir que existam formas de resistência a atividades organizacionais que não podem ser caracterizadas como trabalho, como também por descrevê-lo de maneira relacional, como um tipo de interação entre pelo menos dois sistemas¹⁰.

A tectologia, portanto, trata a organização como um *ponto de vista* – e não um método geral ou um objeto particular – e enfatiza a relatividade entre a atividade e a resistência, uma vez que, dependendo de qual perspectiva adotamos, o que é ativo e o que o resiste à atividade se altera. Mas não só isso. A “ciência universal das organizações” também propõe uma teoria *mereológica* – uma compreensão das relações possíveis entre partes e todos organizacionais – que é extremamente sofisticada e até mesmo contraintuitiva, pois estende a relatividade da atividade/resistência à própria noção de parte e todo:

o conceito de “elementos” na ciência organizacional é completamente relativo e condicional: é simplesmente o [conceito] de partes nas quais, considerando um problema sob investigação, é necessário decompor um objeto; essas partes podem ser tão pequenas ou grandes quanto necessárias, podem ser subdivisíveis ou não; não há limites intrínsecos à análise aqui. (Bogdanov, 1980, p.43)

À primeira vista, pode parecer uma definição negativa e subdeterminada – “não há limites intrínsecos”... – porém, trata-se talvez do princípio mais complexo da tectologia, um que exploraremos em detalhe nas últimas seções do capítulo. Um conceito contextual, “relativo e condicional” de partes e todo implica que, dependendo do contexto em que consideramos uma dada organização – isto é, se analisamos sua interação com diferentes sistemas, ou mesmo como parte de um sistema maior – o que contará como uma parte desse sistema será diferente, e isto pode inclusive alterar o que conta como o todo do sistema também. O ponto crucial é que essa mudança do que conta como “átomo” de um sistema – sua unidade lógica

relevante, abaixo da qual duas partes são indiscerníveis entre si – não é essencialmente teórica, não diz respeito exclusivamente aos *ossos* critérios de análise, mas também às *propriedades intrínsecas da organização sendo analisada*. A interação entre teoria e um sistema aparece aqui, na verdade, como um caso particular da interação entre duas organizações quaisquer e a diferença entre partes e todo nas organizações relacionadas se define a partir dessa interação, sejam dois sistemas “materiais” ou um sistema material e o outro sua representação idealizada.

Por exemplo, no ato de cortar madeira para fazer lenha, as partes relevantes tanto do trabalhador, quanto do machado e do bloco de madeira sendo cortado são determinadas pela interação em questão. É claro que podemos falar do DNA do trabalhador, mas uma parte tão microscópica não faz diferença, enquanto tal, *para a interação* entre os sistemas, mesmo que faça diferença *para nós*. As “partes eficazes” do trabalhador, *do ponto de vista da situação*, da atividade e da resistência, seriam talvez os membros do corpo, como braços, pernas ou torso. Do mesmo modo, a estrutura atômica da madeira, e às vezes até mesmo o tipo de madeira, faz menos diferença para o lenhador preocupado em efetuar o corte do que a forma e o tamanho do bloco a ser cortado, fator que determina a quantidade de pedaços que poderá produzir ali. O que conta como parte e como todo, em cada organização em jogo, depende de sua interação e é possível que a análise teórica seja uma dessas organizações, mas o princípio de relatividade mereológica se preserva independentemente disso, sendo antes uma característica de *como as diferenças relevantes aparecem para as organizações que interagem*.

É por isso que, como afirmamos anteriormente, uma vez barrada a possibilidade da desorganização total, a tectologia não apenas pensa toda organização como uma mistura – parcialmente organizada e desorganizada –, mas também pensa toda situação como composta de múltiplas organizações: mesmo no caso de que existisse apenas um sistema, as diferentes interações possíveis entre seu todo e suas partes já seriam suficientes para sermos obrigados a considerá-lo como múltiplo¹¹.

Outra maneira de compreender esse princípio é dizer que a tectologia é uma perspectiva sensível às *escalas organizacionais*: a diferenciação das partes e todos não acontece apenas em termos temporais, como num processo de individuação que vai distinguindo o interior do exterior de um sistema, mas também reconhece lógicas diferentes de funcionamento em escalas distintas e não necessariamente compatíveis entre si, dependendo da *resolução*¹²– isto é, da escala específica que determina as partes relevantes – em jogo em uma dada interação. A ideia de

resolução será crucial ao longo deste capítulo: a relatividade “mereológica” de que fala Bogdanov nos permite tratar a variabilidade das entidades relevantes em um contexto como uma função da *distância* que adotamos do objeto, como em um “zoom”, que nos permite falar do planeta terra como um objeto irregular, como uma esfera ou mesmo um ponto azul, dependendo do ponto de vista que adotamos e dos sistemas relevantes para a análise em questão. Retornando ao exemplo do nosso lenhador, do ponto de vista da interação entre o ato de cortar lenha e o ecossistema das árvores – o que compõe um sistema com mais organizações –, já não faz tanta diferença que o homem tenha braços e pernas ou que a madeira seja grande o suficiente para ser partida em um dado número de pedaços; o que conta *para o ecossistema* é o número de homens cortando lenha, cada um sendo considerado uma unidade indecomponível, a velocidade da depredação etc.

Podemos dizer que essas diferentes resoluções variam de acordo com nosso interesse e o recorte teórico que fazemos, mas isso é secundário: há realmente algo de arbitrário na escolha entre focarmos no trabalho do lenhador ou no seu impacto no ambiente, mas qual “diferença fará diferença”¹³ em cada um desses recortes não é algo que nós decidimos; é algo que está implicado na interação real entre os diferentes sistemas sob escrutínio e que permaneceria operante para as organizações em jogo mesmo se nós não estivéssemos lá para teorizar a respeito.

A ideia de que a escala é uma propriedade intrínseca dos objetos e não pode ser reduzida apenas a uma heurística externa imposta pelo recorte teórico, ainda é uma proposta polêmica e contraintuitiva, mas é também uma das premissas mais profundas da tectologia. É ela que nos permitirá demonstrar, mais à frente, como a teoria materialista das organizações também inclui uma teoria materialista das perspectivas e da pluralidade de mundos.

Da tectologia aos novos materialismos

Iniciamos nossa apresentação da tectologia afirmando que o projeto de Bogdanov nos ajuda a reconhecer pontes interessantes entre alguns paradigmas teóricos normalmente tratados como descontínuos ou conflitantes. O trabalho de McKenzie Wark, que mencionamos algumas vezes, já aponta nessa direção, propondo uma continuidade entre a teoria bogdanoviana do trabalho – que adota um ponto de vista específico, enfatiza a vocação epistemológica de práticas heterogêneas e recupera o papel ativo da natureza – e a epistemologia feminista da “ciência situada” de Donna Haraway, a cosmopolítica de Isabelle Stengers, a

etnografia de conexões de Anna Tsing, assim como pontes importantes com teorias contemporâneas da mídia (ver Wark, 2020).

Para Wark, Bogdanov funciona como uma espécie de elo perdido que nos permite tanto perceber a porosidade do marxismo e do movimento operário às preocupações de diversas correntes da filosofia política contemporânea, quanto reconhecer a vocação revolucionária de práticas e teorias que não necessariamente se consideram parte dessa tradição. É importante frisar que contribui também para esse processo de recuperação o reconhecimento de Bogdanov, por historiadores da ciência, como um notável precursor da teoria dos sistemas de Bertalanffy e da cibernética de Norbert Wiener, Gregory Bateson e W. Ross Ashby. Trata-se de um adendo importante, pois a cibernética teve uma influência notável na filosofia de Gilles Deleuze (Shaw, 2015), filósofo que continua a informar – seja com seus conceitos ou suas próprias referências – a gramática conceitual dos ditos “novos materialismos”¹⁴, aos quais Wark visa conectar o projeto da tectologia. Dessa maneira, a continuidade entre a proposta de Bogdanov e certo campo de questões contemporâneas seria estabelecida tanto pelos temas e abordagens comuns, quanto por partilharem de uma linhagem intelectual e científica.

No entanto, essa estratégia geral de recuperação de Bogdanov como um aliado e precursor também tem seus limites. Seja do ponto de vista político, seja do ponto de vista científico, a tectologia é absorvida de forma essencialmente extrínseca e seletiva. Se, por um lado, torna-se possível desativar alguns conflitos inócuos entre o materialismo histórico e novas abordagens conceituais – o que não é pouca coisa – por outro, a tectologia só comparece como um exemplo que confirmaria a tese de uma ressonância entre o marxismo e os novos materialismos, nunca chegando a contribuir ativamente para uma nova forma de pensar ou como ponto de vista a partir do qual poderíamos reconstruir conceitos da filosofia contemporânea, como fizemos com a categoria de trabalho no materialismo histórico, por exemplo. A mesma coisa ocorre na relação entre tectologia, teoria dos sistemas e cibernética: por mais que, como aponta George Gorelik (1987), a ciência da organização de Bogdanov tivesse premissas até mais sofisticadas do que a teoria dos sistemas de Bertalanffy – por exemplo, ao partir da relação constitutiva entre sistema e meio ambiente, ou apresentar uma teoria mereológica que já fosse sensível às escalas¹⁵ – quando tratamos Bogdanov apenas como um antecedente intelectual de teorias mais recentes deixamos de lado suas contribuições singulares e a possibilidade de que a tectologia nos leve a novas questões.

Considerando mais especificamente a proposta de McKenzie Wark – certamente a pensadora contemporânea mais empenhada nessa reconsideração da tectologia – vemos, por exemplo, que a preocupação em compatibilizá-lo com referências filosóficas já constituídas acaba por produzir uma leitura extremamente seletiva de seu projeto. Um sinal importante desse recorte é que, em *Molecular Red*, Wark utiliza de forma intercambiável as expressões “ponto de vista organizacional” e “ponto de vista do trabalho”¹⁶ – perspectivas que, como já vimos, não coincidem completamente. Preocupada com compatibilizar a teoria das mídias, com seu foco na materialidade dos procedimentos técnicos, com que chama elogiosamente de “marxismo vulgar” – o marxismo que pensa o mundo desde o ponto de vista da classe trabalhadora – e a teoria do saber situado¹⁷, proposta por Sandra Harding (1986) e elaborada por Haraway em seu *Manifesto ciborgue* (2000), Wark decide focar sua reconstrução do projeto de Bogdanov principalmente no livro *Filosofia da experiência vivida* (2016), onde o soviético na verdade apresentava não as bases gerais do projeto, mas suas consequências para a teoria do conhecimento a partir das sensações, em um debate crítico com Ernst Mach e o empiriocriticismo. As categorias de experiência sensível, coprodução do trabalho e da natureza, da depuração pragmática das técnicas e sua partilha coletiva – todas *consequências* de um enquadre teórico mais geral para Bogdanov – são tratadas como a *base* da tectologia e tornam a apresentação de Wark mais condutiva à sua tese principal, explorada na segunda parte do livro, de que Donna Haraway, Karen Barad e Paul Edwards “podem ser compreendidos como vindo do mesmo saco que Bogdanov (...) nos equipando com um empiriomonismo, uma tectologia e um ponto de vista do trabalho, e mesmo uma ficção utópica, adequada ao nosso tempo” (Wark, 2015, p.142).

Não se trata, para nós, de questionar as múltiplas ligações que Wark reconhece entre a epistemologia feminista e antiespecista de Haraway e a tectologia – as conexões conceituais são claras e estão muito bem apresentadas no livro. O ponto é, antes, entender que essa conexão essencialmente *genética* – “vir do mesmo saco” – exaure os potenciais da perspectiva organizacional proposta por Bogdanov. Por exemplo, uma vez que a tectologia é reduzida à teoria do “ponto de vista do trabalho” e o trabalho, para o materialismo histórico, seria aquele definido por Marx como “trabalho concreto” no *Capital*, o projeto de Bogdanov se tornaria ultrapassado à luz da demanda atual pela teorização de formas de trabalho antes invisibilizadas ou inexistentes:

O Antropoceno demanda todos os trabalhos do nosso ser genérico. Mas o que é o trabalho hoje em dia? Pode o conceito de trabalho incluir o trabalho científico, o trabalho reprodutivo, o trabalho afetivo, o trabalho precário e mesmo o não-trabalho?. (Ibidem, p. 143)

Consolida-se, assim, certa inversão: ao invés de ser tratado como um pensador da organização *em geral* e as formas de trabalho emergirem como formas *específicas* de organização ou de relações organizacionais, Bogdanov é identificado com o “dogma” do marxismo vulgar, ainda que apresentado como seu expoente mais sofisticado, e portanto considerado como um precursor limitado dos novos materialismos, ao invés de como o proponente de um enquadre conceitual que poderia *absorver* essas novas categorias em seu bojo e compatibilizá-las com análises econômicas e políticas da tradição marxista.

Em si, essa estratégia não é necessariamente problemática – e não se trata aqui de querelas superficiais por quem irá servir de representante notável de uma dada corrente de pensamento. O ponto central em jogo nessa inversão é que, no momento em que a tectologia se torna uma região particular da epistemologia feminista e materialista de Haraway e Barad, um exemplo restrito de uma teoria contemporânea mais geral, ela perde o poder de propor soluções para os problemas em aberto que essa abordagem contemporânea traz consigo. No caso específico de Wark, ao mobilizar o “ponto de vista organizacional” apenas como meio para redescrever o trabalho como experiência relacional e sensual, ela consegue, por um lado, dar mais relevo ao papel das técnicas e dos atores não-humanos no processo de trabalho, o que enfatiza a compatibilidade com os novos materialismos, mas, por outro, abdica de uma referência *anterior* às práticas técnicas e situadas – referência necessária, para Bogdanov, se quisermos pensar não apenas como conectar situações diferentes, mas também como *reorganizá-las* a partir do que elas têm em comum. Não se trata tanto da crítica de que Wark “essencializa” o trabalho, posto que todo seu esforço é de “des-estratificar” o trabalho e pensá-lo como um tipo de interação situada entre muitos agentes distintos. Chamamos atenção, na verdade, para o tipo de estratégia em jogo nessa desestratificação, o aspecto que ganha relevo e garante a irredutibilidade dessas diferentes formas de apresentação. Talvez o principal efeito da estratégia de Wark é que, se não existe o ponto de vista organizacional enquanto tal, esse é sempre uma metáfora retirada de uma prática situada específica; é sempre um deslocamento ou recontextualização, e não um campo próprio de questões comuns a diferentes áreas. Se, para Wark, o

pensamento organizacional se torna a arte de encontrar aspectos de práticas situadas que podem ser generalizados, recontextualizados ou deslocados, então o pensamento organizacional encontra seu principal símile na *intertextualidade* – onde, na ausência de uma “linguagem abstrata geral”, sempre partimos de uma linguagem ou texto em particular e “traduzimos” ideias para outro. Os efeitos dessa redução dos conceitos tectológicos a empréstimos transversais de outras áreas aparecem, por exemplo, no modo como Wark privilegia a *informação* como campo de batalha contemporâneo¹⁸: “Informação é mais do que uma metáfora poderosa, que, através da substituição, se transforma em um princípio explicador do mundo. Ela é um meio poderoso de organizar os mundos” (Wark, 2015, p.145).

Wark cita, em seguida, o modo como Haraway descreve “a informática da dominação” contemporânea:

A ciência da comunicação e a biologia moderna são construídas por um movimento comum – a transformação dos problemas do mundo em problemas de código, na busca por uma linguagem comum, na qual toda resistência ao controle instrumental desaparece e toda heterogeneidade pode ser submetida à decomposição, recomposição, investimento e troca. (Haraway, 1991, p.164)

Essa restrição dos problemas organizacionais à esfera do “código”, da comunicação e da informação é certamente adequada às pretensões de Wark como teórica da mídia, onde a luta entre sistemas tecnológicos de dominação e redescrições materialistas e emancipatórias da técnica se travam nesses termos. Por outro lado, essa abordagem tem o efeito colateral de direcionar toda discussão sobre a transferência de métodos entre organizações, e a construção de um ponto de vista ciente dos limites metafóricos, para o potencial subversivo de práticas discursivas ou poéticas – como escritas, traduções, *détournements*, analogias. A linguagem é certamente repensada, a partir da teoria das mídias, como um conjunto de práticas e técnicas materiais, e não como uma dimensão idealizada e descorporificada, mas não deixa por isso de se tornar, através dos conceitos de código e informação, o principal meio de trânsito entre organizações¹⁹. É nessa mesma direção que Wark mobiliza o trabalho da física feminista Karen Barad e sua teoria da difração como método de pensamento:

Barad aspira a engajamentos respeitosos com diferentes práticas e disciplinas. Sua tectologia difraccional passa uma imagem ou figura de um

domínio prático através do aparato de outro, não para produzir similaridade, mas para criar um padrão de diferenças refratadas. É um procedimento experimental de linguagem, outra prática órfã – na série da tectologia de Bogdanov, do *détournement* de Platonov, o dadaísmo de Feyerabend ou a ironia de Haraway. (Ibidem, p. 155)

Apesar do valor inegável de traçar conexões entre o marxismo de Bogdanov e o pensamento de Haraway ou Barad, é importante notarmos como o “procedimento experimental de linguagem” se torna um paradigma de conexão entre “diferentes práticas e disciplinas” a partir do momento em que o ponto de vista organizacional é restrito ao tipo de informação que permite circular. Um dos problemas de equacionarmos organização e informação é que abrimos mão de ferramentas conceituais importantes que nos permitiriam perguntar, inclusive, *sob quais condições* uma forma organizacional encontra tração fora de seu meio original ou *sob quais condições* uma dada regularidade diferencial – um padrão – conta como informação relevante²⁰.

Os limites da ontologia relacional

Mencionamos anteriormente que a coerência dessa interpretação também encontra respaldo no modo como a tectologia foi tratada como uma precursora da teoria dos sistemas e, principalmente, da cibernética. A abordagem sistêmica, tal como a tectologia, pretende dar relevo e primazia à interação e à dinâmica, abstraindo da especificidade material²¹ – e seu potencial teórico, mais bem exemplificado na análise dos sistemas complexos, se comprova quando percebemos que propriedades cruciais de certos sistemas são *emergentes*, condicionadas não pela substância ou matéria das partes, mas pelos seus padrões de interação.

A cibernética também acompanha esse movimento, permitindo uma análise de sistemas que interagem entre si e que são capazes de autorregulação, partindo de uma abstração similar, que trata a informação que circula e organiza a comunicação entre as partes relevantes de um sistema a partir daquilo que *faz diferença*, independente do substrato que instancia as organizações em análise²². Nesse sentido, a tentativa de Bogdanov de decompor entidades substanciais – “trabalho”, “natureza”, “ideias” etc. – em formas organizacionais, cujas estruturas relevantes se determinam a partir de interações, realmente encontra ressonância nesses desenvolvimentos científicos posteriores. Não só isso, mas transforma Bogdanov em um precursor da filosofia da diferença e da individuação relacional²³, autorizando,

por exemplo, que Wark reduza o problema organizacional à inter-relação e comunicação analógica entre técnicas e seus padrões informacionais – um pouco ao modo como Norbert Wiener dizia que “o organismo se opõe ao caos, à desintegração, à morte, da mesma maneira que a mensagem se opõe ao ruído” (Wiener, 1985, p.94).

Mas a redução do ponto de vista organizacional à perspectiva da diferença e da informação, mesmo que autorize conexões importantes entre a tectologia e outros programas teóricos – incluindo aí o programa *ciborgue* – deixa algo essencial de fora, a saber, *a análise das condições nas quais a interação entre organizações é possível*. Em *Molecular Red* isso não fica tão claro, pois, como vimos, Wark é seletiva no modo como constrói o encaixe entre Bogdanov e Haraway a fim de sugerir que o trabalho do primeiro pode ser basicamente subsumido na abordagem da segunda. Mas tanto no campo da filosofia política, como nos desenvolvimentos mais recentes nas ciências formais, a questão de como diferenciar um espaço informacional de suas condições de possibilidade vem ganhando enorme importância.

Um dos principais méritos do projeto de Haraway – e que podemos, de forma simplificada, estender ao movimento filosófico em que está inserida – é aproveitar o privilégio da relacionalidade concreta como critério definidor das entidades e das formas de comunicação entre elas. Partindo dessa ontologia relacional, Haraway propõe uma nova consideração tanto das redes de conexão entre todo tipo de atores – humanos, técnicos, outras espécies – quanto uma revalorização das perspectivas situadas, dado que o que é uma intervenção *eficaz* varia de acordo com as diferentes redes de negociação e relação em que esses atores se encontram²⁴. Isso permite, ao mesmo tempo, uma expansão do campo de ação da política, na medida em que levamos em conta as formas de interdependência entre sistemas antes tratados separadamente – por exemplo, perseguindo as reverberações das formas de produção para toda uma rede ecológica interespecies – e uma apreciação pelo valor epistemológico das diferentes posições situadas, criadas por essas relações. Não se trata de dizer, trivialmente, que tudo está conectado a tudo o mais, mas sim que “tudo está conectado a algo”²⁵ e que, portanto, posições específicas, constituídas por essas conexões singulares, podem oferecer acessos melhores ou piores ao que está em jogo em uma dada situação.

O problema com as ontologias relacionais é que a definição das posições pela rede de conexões e pela diferença relacional, ao mesmo tempo em que nos leva a aceitar a existência de múltiplos *mundos*²⁶ – dado que a experiência situada

dentro de uma rede de relações não é a mesma do que em outra, e há desconexão o suficiente para que redes sejam consideradas relativamente autônomas entre si – restringe também, pela própria gramática da teoria, que tipo de forma e existência as “diferenças entre diferenças” ou “relações entre relações” poderão tomar: equívocos controlados (Viveiros de Castro, 2018), metalinguagens experimentais que nos ajudem a arriscar passagens entre regimes de enunciação (Latour, 2019, p.21), confabulação de narrativas e histórias multiespécies (Haraway, 2016a). No nível constitutivo da individuação, a diferenciação é criativa e expansiva, capaz de dar origem a múltiplas naturezas, enquanto no nível constituído da passagem entre mundos, ela se torna uma operação mais restrita, sempre ameaçada de apagar o heterogêneo, e que tem como foco a negociação com os perigos da linguagem e dos espaços em comum. A razão para essa transformação, de uma disseminação criativa para uma posição conservadora, pode ser derivada diretamente da “gramática” da teoria: se o processo de individuação é pensado a partir da diferenciação – contra um pano de fundo não conceitual –, então uma vez constituídas as entidades, todo processo subsequente de diferenciação e relação ameaça aplinar a singularidade dos indivíduos.

O jogo entre diferença e indiferença, que define o problema da resolução para Bogdanov, retorna como característica importante no campo das alianças e do trânsito entre mundos, uma vez que novas composições podem repartir de maneiras indesejáveis o que permanece saliente e o que é abstraído como indiferente – por exemplo, desconsiderando a especificidade de uma cosmovisão indígena em nome de sua relação com um movimento político ou científico ocidental. Restritos a pensar a diferença entre perspectivas situadas também em termos de diferenças e relações, somos levados a pensar a comunidade entre “diferenças diferentes” em termos semióticos – como Wark propõe – reduzindo o problema da composição entre organizações ao problema da “tradução”²⁷ entre mundos, uma vez que não temos como perguntar pelas condições materiais que levam *certas* diferenças a contar como informação relevante e outras não, nem temos recursos conceituais para nos referirmos ao que preexiste e condiciona essas relações diferenciais ditas fundamentais, a não ser pela contingência dos eventos de sentido e uma teoria retroativa dos “potenciais” ainda não diferenciados²⁸.

É interessante notar, ainda que de passagem, como o problema da colagem de contextos diferentes se transforma, por sua vez, em uma questão central de outra tradição na filosofia contemporânea, mais interessada em revitalizar a crítica kantiana e hegeliana das condições de possibilidade da subjetividade em

novas bases filosóficas e científicas. Na tradição dita “neorracionalista”²⁹ o problema da constituição transcendental – isto é, de como um regime consistente de relações se estabelece, contra o pano de fundo daquilo que não faz diferença, delimitando objetos e uma rede de interações possíveis – está intimamente ligado ao problema do trânsito entre posições situadas distintas. No entanto, ao invés de partir da assunção de múltiplos mundos, determinados pelas perspectivas concretas coproduzidas pelas interações de interesse, parte-se da premissa de que existe um espaço geral de inteligibilização³⁰ e o trânsito entre situações – às vezes também chamadas de “mundos”, ainda que em outra acepção (Goodman, 1978) – se dá pela expansão e enriquecimento desse regime transcendental único. Por um lado, o problema que mencionamos encontra aqui um encaminhamento, uma vez que existe um pano de fundo comum – a estrutura social da razão³¹ – que é polimorfa o suficiente para garantir a coerência e trânsito entre contextos, usos da linguagem e especificações conceituais, por outro, precisamos abdicar de alguns ganhos da epistemologia situada, que admite a existência de mundos cuja inteligibilidade não se apresenta *para nós*, mas para outras entidades formadas em uma dada rede relacional relativamente autônoma.

Nosso interesse ao fazer este aparte não é iniciar uma comparação pormenorizada das diferentes correntes da filosofia política atual³², mas apenas sugerir que um problema que foi desmembrado em dois projetos de pesquisa diferentes, e normalmente considerados incompatíveis, se apresenta de forma integrada na tectologia de Bogdanov. Poderíamos até mesmo dizer que os novos materialismos têm mais afinidade com o *marxismo* – pensam redes concretas de atores, reconhecem a disparidade irreduzível entre posições situadas, fazem análises de cadeias de dependência – enquanto o neorracionalismo tem mais afinidade com o *comunismo* – buscando um substrato comum em muitas situações diferentes, se interessam pela formação de sistemas mediadores e racionais – mas não são capazes de compatibilizar essas dimensões³³. A tectologia, por sua vez, nasce justamente para integrar ainda mais esses dois polos: preocupada em enriquecer o poder analítico do marxismo, decompõe o trabalho no ponto de vista organizacional e se aproxima da ontologia relacional dos novos materialismos, mas tendo em vista o horizonte comunista da luta proletária internacional, define seus conceitos fundamentais de modo a ser possível atrelar a análise de condições materiais e semióticas diferentes a construções propositivas que preservam pontos comuns de inteligibilidade, aproximando-se da abordagem neorracionalista. Mesmo considerando as limitações históricas da formulação original de Bogdanov, há,

portanto, razão suficiente para retornarmos a ela, não apenas como um elo que conecta o materialismo histórico a projetos mais recentes, mas como uma posição legítima – e ainda por ser propriamente compreendida – no cenário filosófico contemporâneo.

Composição, interação e inteligibilidade na tectologia

Tentaremos agora esboçar outra maneira de abordar a tectologia, menos como um protótipo soviético de outros projetos materialistas e mais como um enquadre conceitual ativo, capaz tanto de integrar intuições advindas de programas de pesquisa atualmente considerados incompatíveis quanto de apontar novos caminhos ainda impensados.

Começemos por um exemplo. Considere três tipos de organização coletiva: a primeira é um grupo de estudo d’*O Capital*, composto por universitários brancos, em sua maioria homens, que se reúnem semanalmente em uma sala da faculdade; o segundo é um coletivo composto em sua maioria por mulheres negras e que organiza atividades artísticas na periferia de uma grande cidade; o terceiro é o Banco Central do Brasil, organização federal autárquica responsável pela política monetária nacional. Perguntemo-nos agora *o que cada uma dessas organizações vê* – não o que seus membros pensam e percebem, ou mesmo quais teorias embasam suas práticas, mas quais *resistências* do ambiente e de seu próprio interior *fazem diferença* para a existência de cada uma dessas organizações.

O grupo de estudo, por exemplo, é composto de pessoas que viajam, têm acesso à internet, conhecem muitas coisas e partes do mundo, e que, enquanto “marxólogos”, teorizam dinâmicas sistêmicas do capitalismo, com seus fluxos financeiros e formas de dominação direta e indireta. Mas muito pouco faz diferença efetiva para o grupo enquanto tal: quase nenhum esforço é necessário para garantir o acesso ao espaço das reuniões, que acontecem no mesmo local onde cursam a faculdade, e – com a exceção de mudanças ao acesso à universidade – existem muito poucas ações do governo ou flutuações econômicas que poderiam levar a alterações no funcionamento do grupo. Por mais que, *no campo da teoria*, esses estudantes tenham uma visão do sistema social em que estão inseridos, quase nada desse sistema *aparece* para o grupo de estudo, isto é, quase nenhuma resistência efetiva ao seu funcionamento demanda referência a essas categorias marxistas de dominação sistêmica. Sua existência ou não depende quase exclusivamente das afinidades particulares entre seus membros – uma briga ou

desavença interna talvez tenha mais capacidade de botar tudo a perder do que um governo autoritário.

Comparemos essa situação com o caso do coletivo de artistas periféricas, onde a manutenção do tempo e de um local para reuniões, bem como a organização de atividades e intervenções estéticas, são extremamente custosas. Afinal, para se reunirem, elas precisam avaliar quanto dinheiro podem investir em alugar um espaço, balancear o tempo das reuniões com o tempo e o cansaço do trabalho, os compromissos da maternidade e pressões sociais de todos os tipos. Mesmo que esse coletivo supostamente tivesse uma teoria menos elaborada do que o pequeno grupo de estudos sobre as origens sistêmicas da dominação no capitalismo – das relações entre lutas de classe, racismo e opressão de gênero etc.–, essa organização ainda assim seria muito mais *sensível* a alguns aspectos dessa estrutura social: basta perceber que a presença de um carro de polícia em uma de suas intervenções apresentaria uma resistência ameaçadora para esse coletivo – faria diferença mesmo que nada de terrível acontecesse –, enquanto para a organização dos estudantes d’O *Capital*, talvez apenas o ruído da sirene, que atrapalha a conversa, fosse relevante.

Comparemos, agora, ambas as organizações mencionadas com o Banco Central. Tanto o grupo de estudos quanto o coletivo de artistas percebem sinais de ambientes extremamente localizados – e suas visadas globais, que situam essas organizações em sistemas mais vastos, existem quase que praticamente na “cabeça” dos participantes, como sistemas de representações. No caso do Banco Central, por outro lado, flutuações no câmbio internacional, guerras em outros países, índices de desemprego nacional e mesmo o modo como um presidente emprega mero fraseado em comentário na mídia podem fazer diferença, obrigar o Banco a reagir dessa ou daquela maneira, mesmo que nenhum dos economistas e membros da instituição tenha uma boa teoria sobre o funcionamento de seu mundo social. Isso não quer dizer que o Banco veja tudo, pelo contrário: ao mesmo tempo em que essas diferenças mais “globais” afetam a instituição, as relações pessoais, raciais e de gênero – mais presentes nas outras organizações que consideramos –, podem ser aplainadas pela estrutura hierárquica e pela presença excessiva de homens brancos de uma mesma classe social, cuja reprodução material é tão assegurada que quase nenhuma perturbação em suas vidas poderia ameaçar a existência do Banco.

Esses exemplos são simples – o que nos ajuda a navegar com mais clareza a abordagem tectológica – mas nada nos impediria de estender nossa análise para

organizações mais complexas, nos perguntando como o mundo aparece para tribos indígenas, movimentos sociais, empresas e organizações internacionais com sedes por todo o globo. Há, por exemplo, uma questão importante na epistemologia situada de inspiração antropológica: como pensar a crise climática sem, portanto, monopolizar as ações a partir da visão de mundo ocidental, intimamente ligada ao movimento de extração e destruição ambiental que nos trouxe a essa situação? Quando comparamos as diferentes *cosmologias* – os modos como o mundo se constitui para diferentes povos ou agrupamentos humanos –, esse problema se torna quase insolúvel, afinal, como poderíamos transitar entre esses diferentes mundos a não ser pela tradução e pela equivocação? No entanto, do ponto de vista tectológico, outra abordagem é possível: podemos pensar essa costura entre “mundos” a partir das *interações específicas* que estão sendo propostas. É possível que o movimento indígena e um movimento social totalmente alheio a essa cosmovisão interajam entre si, e com o sistema político-econômico que insiste na política de combustíveis fósseis, de tal maneira que as “diferenças que fazem diferença” que surjam desse processo sejam surpreendentes para todas as partes envolvidas, preservando com certa indiferença o pano de fundo equívoco que separa esses sistemas em interação.

O que queremos demonstrar com essas comparações é o modo como a *composição* de uma organização afeta seus modos de *interação* com o ambiente e, com isso, o que pode se tornar *inteligível* para ela, tanto no mundo quanto em si mesma. Note que essa formulação integra tanto algumas inovações fundamentais dos ditos “novos materialismos” – posições situadas diferentes, por conta do modo como se diferenciam concretamente, produzem novos sentidos e formas de inteligibilidade – quanto inovações derivadas do neorracionalismo – mais interessado na explicação materialista das condições de possibilidade da síntese transcendental da cognição.

Ao mesmo tempo que permite essa imbricação, a abordagem tectológica evita dois impasses que – apesar de caricaturados aqui – não deixam de estar presentes nesses dois projetos filosóficos. Primeiramente, a tectologia preserva a teoria da epistemologia situada, mas evita que se derive daí – por exemplo, na “captura de elite”³⁴ dessa posição – qualquer concepção essencialista de lugar de fala. Por mais que Latour, Stegers ou Haraway sejam explicitamente avessos a qualquer essencialismo, a possibilidade de *substituir a forma de vida pelo seu representante* – por exemplo, confundindo a aliança entre uma universidade e uma aldeia indígena com o convite para que uma pessoa participe de um seminário temático

– é um possível efeito colateral de uma definição relacional e diferencial das posições: não porque acreditemos que comparar mundos é o mesmo que ouvir uma única pessoa falar, mas porque *não podemos afirmar que não é o caso*, sob pena de relegar diferenças importantes ao segundo plano. *Ao focar nos processos organizacionais como condições para a “situalidade”, a tectologia retira o foco dos indivíduos e das identidades de grupo, nos permitindo admitir, por exemplo, que diferentes formas de organização das mesmas pessoas podem levar a modos muito diferentes de inteligibilização de sistemas sociais.* Um partido ou movimento social que preserva certas formas de hierarquia não irá experimentar resistências que, caso as mesmas pessoas se organizassem de outra maneira, poderiam emergir como diferenças relevantes. Preserva-se, portanto, a situação, mas retira-se o papel primitivo da diferenciação.

A tectologia preserva do projeto racionalista, ainda, o objetivo de analisar as condições materiais da constituição transcendental do conhecimento e da cognição, mas evita a tentativa idealista de postular um processo histórico unificado, ou um plano comum de inteligibilidade, que seria acessível apenas do ponto de vista da filosofia ou das questões ligadas à constituição do sujeito racional humano. Ao invés, pluraliza-se o problema da constituição transcendental de um mundo, uma vez que não somos obrigados a pensar que todos os mundos aparecem *para um ser humano*, ou mesmo que o que conta como “humano” em cada um deles é imediatamente comensurável entre eles – ainda que preservemos a possibilidade de tratar cada um desses espaços como “fechados” por uma síntese transcendental. Por exemplo, torna-se possível traduzir a lógica do valor de Marx em termos de uma “fenomenologia objetiva” e falar da “sensibilidade” e das “categorias transcendentais” que condicionam o mundo capitalista *visto da perspectiva da mercadoria* – onde o dinheiro e o capital constituem pontos de vista sobre a economia mundial mais “ricos” em informação do que o nosso ponto de vista humano – sem que isso seja mera metáfora do sujeito kantiano, instanciado nos indivíduos e agrupamentos da espécie humana de forma abstrata, mesmo que de inclinação materialista. Preserva-se, portanto, a análise determinada das condições prévias da síntese transcendental, mas retira-se o papel primitivo da cognição humana³⁵.

Além disso, a formulação tectológica da interdependência entre composição, interação e inteligibilidade proposta acima ajuda a esclarecer por que a vocação da teoria das organizações de Bogdanov excede o escopo da cibernética. Seja nas primeiras definições de Wiener ou em seus desenvolvimentos posteriores, com a “cibernética de segunda ordem” de Ashby e von Foerster, a teoria cibernética parte

do conceito inicial de “máquinas”, entendidas abstratamente como sistemas com “entradas” e “saídas” (Ashby, 1970, p.49), e que se instanciariam em diferentes escalas e suportes materiais. Do ponto de vista cibernético, é possível tanto analisar a interação entre radares e trajetos de aviões, quanto entre espécies e seus ecossistemas – e até mesmo fazê-lo distinguindo entre a informação total do sistema e a informação acessível em um dado momento (von Foerster, 2003, p.287), o que nos permite modelar um sentido importante da ação situada (Nunes, 2021).

Mas a pergunta que fizemos acima – de que maneira a composição de um sistema afeta seu espaço de interação e inteligibilidade? – não faz parte do escopo da cibernética. Note que essa questão nos obriga a ocupar uma posição *anterior* à distinção entre diferença e indiferença, entre informação e ruído, sugerindo que existem estruturas subjacentes que condicionam o que uma dada “máquina” vai considerar como o seu espaço de parâmetros e de *inputs* e *outputs* possíveis. De fato, um termostato que regula a temperatura em um quarto e uma empresa que regula sua produção a partir de preços podem ser pensadas como sistemas de feedback e controle – mas *por que* o sensor do termostato reage somente à temperatura e não a outros parâmetros? E por que uma empresa apenas “vê” em sua máquina produtiva o que é relevante para a concorrência, permanecendo indiferente a seus efeitos ambientais e às condições de trabalho? De quais processos depende à *medida* que determina o tipo de informação relevante em cada um desses sistemas?³⁶

Relembremos aqui o terceiro princípio geral da tectologia, o modo como Bogdanov define a relatividade das resoluções de uma dada organização – a maneira como o “tamanho” das partes em que decomparamos um sistema é relativa ao tipo de interação em que está envolvido. Como vimos, a tectologia assume que o que conta como uma “parte” – e, portanto, o modo como as partes são sintetizadas; o “todo” delas – é relativo ao contexto e às interações em questão. No quadro categorial da tectologia, esse princípio é mobilizado na hora de distinguirmos entre as *interações que constituem formas* e as *interações entre formas já constituídas*. Por exemplo, quando coloco uma chaleira com água no fogo, a chaleira, a água e a chama interagem – mas nem por isso esses objetos deixam de ser o que são. Por outro lado, na medida em que a chama trabalha a estrutura atômica da chaleira, que por sua vez acelera a interação entre moléculas de H₂O, a água esquentada até o ponto de ebulição, quando começa a mudar de estado. As primeiras interações – entre chaleira, fogão e água – *preservam* certos arranjos organizacionais e exemplificam o que mais costumeiramente chamamos de “relação”; as outras – a

transformação na estrutura do metal da chaleira e a transformação nos padrões estatísticos de movimentação mecânica das moléculas de água – *recompõem* as organizações em questão, podendo fazer emergir novos padrões e estruturas³⁷. Daqui para frente chamaremos de “relação” apenas o primeiro tipo de interação, que preserva a forma dos objetos, e de “composição” as interações que levam a novas formas. Note que, mesmo distinguindo relações e composições, nem por isso assumimos uma diferença substancial entre elas: é perfeitamente possível que, em outros contextos, a interação entre chaleiras, fogões e água produza novas formas – basta considerar a enorme diferença que a invenção dos eletrodomésticos teve para a economia de tempo das mulheres no século XX³⁸.

Munidos dessa distinção conceitual, podemos agora expandir nossa formulação e nos perguntar pelo modo como uma dada estrutura é *composta* condicionará o que ela considerará *informativo*³⁹ – e, mais ainda, em qual a escala de ação essa estrutura estará em condição de intervir. Esse ponto de corte entre a unidade diferencial em jogo na composição e o que está “abaixo” dela, e, portanto, não faz diferença, é outro nome para a resolução relevante de um sistema. Como vimos, para a tectologia, as resoluções de um sistema não são variáveis arbitrárias que impomos quando queremos analisar alguma coisa sob um dado critério: elas definem um espaço de transformações objetivas⁴⁰. É verdade que, vendo a água ferver, posso me interessar por esse ou aquele nível de análise – do mesmo jeito que posso me interessar por uma organização coletiva, pelos seus membros ou pelo sistema imunológico deles – mas o que se dará a ver em cada uma dessas escalas nem depende do meu arbítrio e nem serão formas de análise garantidamente compatíveis entre si.

Outra maneira de dizer isso é perceber que *não existe uma transitividade necessária* entre as propriedades que definem um sistema em cada uma de suas resoluções relevantes: a interação mecânica entre moléculas aparece em outra escala de análise como uma estabilidade estatística. A propriedade de ser “molhado” descreve o que acontece na resolução superior do líquido, mas não faz sentido algum na descrição das partículas em movimento. E o mesmo vale para os exemplos de organização coletiva que usamos há pouco: as propriedades desses sistemas, em sua interação com o meio, não são preservadas quando adotamos a resolução dos indivíduos ou quando observamos todas as organizações da perspectiva global de uma “ruptura revolucionária total”⁴¹.

Vemos, assim, surgir uma abordagem tectológica capaz de pensar a gênese transcendental de objetos, relações e interações eficazes, que admite a pluralidade

de mundos concomitantes, restritos pelas “resoluções” e pelas formas de síntese que definem seu espaço compositivo. Em suma, fica claro que o “ponto de vista organizacional” não é apenas capaz de perseguir a rede de interdependências entre diferentes sistemas e suas formas de interação, como também teorizar os modos como essas redes podem *se fechar*, constituindo espaços com regras próprias e surpreendentemente autonomizadas de seus substratos – não apenas *lógicas organizacionais*, mas também diferentes *lógicas de mundos*⁴².

O tópos tectológico

Iniciamos esse capítulo introduzindo a problemática política e científica que levou Bogdanov à tectologia e seu “ponto de vista organizacional”. Reconstruímos alguns de seus princípios gerais e acompanhamos, com McKenzie Wark, como o materialismo histórico, entendido por essa perspectiva, se torna compatível com outras abordagens materialistas mais recentes, como a de Donna Haraway. Em seguida, apontamos alguns limites da “gramática” da ontologia relacional – que Wark preserva como pano de fundo de sua comparação – sugerindo que uma teoria que toma a diferença como categoria indecomponível não é capaz de, ao mesmo tempo, preservar os ganhos da teoria do saber situado e abordar algumas outras questões cruciais para a tectologia. Vimos também que, pela mesma razão, a cibernética não é realmente uma candidata para absorver e formalizar a tectologia, pois uma concepção diferencial de informação não dá conta de explicar as condições prévias que determinam quais diferenças podem “fazer diferença” em um dado contexto – o que chamamos de *resolução* relevante em uma dada situação. Finalmente, começamos a construir alguns conceitos interconectados – a ideia de que a *composição* de um sistema condiciona como este pode *interagir*, e, portanto, que tipo de informação suas resistências podem tornar *inteligíveis* – pontos que nos ajudaram a entender o que é singular no modo como a tectologia investiga a estrutura das organizações.

Nesta seção, tentaremos propor um passo a mais nessa reconstrução conceitual. Iremos, primeiramente, sugerir uma via formal mais afim à tectologia do que a teoria dos sistemas complexos e a cibernética – a chamada *teoria matemática das categorias*. E, munidos de algumas intuições básicas desse campo, apontaremos brevemente como é possível utilizar esse formalismo para expandir o alcance e a precisão teórica da tectologia.

A teoria das categorias (TC) é uma área da matemática que nasceu nos anos 1940, com os trabalhos de Saunders Mac Lane e Samuel Eilenberg (Spivak, 2014, p.4). Naquele momento, os dois matemáticos buscavam elaborar ferramentas que

os ajudassem a criar pontes entre dois campos muito diferentes: a topologia e a álgebra. Simplificando bastante, podemos dizer que a topologia lida com formas e espaços abstratos – como esferas em sete dimensões, ou estruturas invariantes que podemos deformar de maneira contínua – enquanto a álgebra lida com equações, sistemas de equações e relações combinatórias entre elementos. A questão de como relacionar esses dois campos – na verdade, a questão de como relacionar quaisquer duas áreas da matemática, como a aritmética e a geometria – é muito antiga, e mesmo na época de Mac Lane e Eilenberg havia laços bem estabelecidos entre as duas, como a teoria da cohomologia⁴³. Mas o que interessava a esses matemáticos não era simplesmente criar uma ponte entre áreas e estruturas diferentes, e sim criar uma linguagem capaz de comparar essas diferentes conexões, de organizá-las. Não era suficiente para eles dizer que uma tal estrutura topológica e tal estrutura algébrica são “isomórficas”⁴⁴, pois era claro que essa similaridade só se sustentava *sob certas perspectivas* ou *em certos contextos* e essa restrição era algo que eles queriam levar em conta.

Por exemplo, é verdade que do ponto de vista exclusivo da sua formação e do “fechamento operacional” de seu espaço⁴⁵, o conjunto de todos os números inteiros (1, 2, 3, 4... até o infinito) e o conjunto de todos os números inteiros pares (2, 4, 6, 8... até o infinito) são equivalentes: em ambos os casos começamos com um número inteiro (1 ou 2), aplicamos uma regra parecida (somar um, ou somar dois) e o efeito é que a série numérica se estende infinitamente, nunca convergindo. Até mesmo sua cardinalidade, seu “tamanho”, é o mesmo. Mas esse isomorfismo *depende do contexto*, dado que, para criar essa ponte, precisamos primeiro esquecer ou *abstrair* de certas diferenças entre os dois, informações que poderiam ser relevantes em outras comparações – por exemplo, o fato que o único número primo no conjunto dos números pares é o número 2, enquanto no conjunto de todos os números inteiros existe uma infinidade deles e distribuídos em padrões ainda pouco entendidos.

A teoria das categorias nasce, então, como um método de análise de *similaridades contextualizadas* entre áreas da matemática – uma teoria formal das estruturas situadas – e se seu objeto de interesse inicial era a relação específica entre topologia e álgebra, logo ficou claro que se tratava de uma ferramenta muito mais potente e abrangente, que passou a ser utilizada para “dar zoom em aspectos particulares de uma matéria matemática e estudá-los no nível de acuidade apropriado” (Spivak, 2014, p.4). Como coloca Eugenia Cheng:

A matemática pode ser vista como um princípio organizacional. A teoria das categorias também é um princípio organizacional, mas um que opera dentro do mundo matemático. Ela serve para organizar a matemática. Assim como não precisamos de um sistema de classificação de livros até termos uma biblioteca vasta o suficiente, a matemática também não precisava desse tipo de princípio organizador até o meio do século XX, quando a teoria das categorias surgiu. (Cheng, 2015, p.170)

O problema que motivou as elaborações de Mac Lane e Eilenberg – isto é, como transitar entre áreas e estruturas diferentes, preservando e abstraindo de suas diferenças dependendo do contexto relevante – é, portanto, muito próximo da problemática da tectologia, que também surgiu no momento em que nos vimos confrontados com “uma biblioteca vasta o suficiente” de formas de organização, que precisamos navegar sem perder de vista que cada situação nos dá acesso a resoluções e perspectivas realmente diferentes. Mas, assim como na tectologia – que não poderia se restringir a simplesmente propor uma tipologia estática de formas organizacionais –, na TC a criação de “pontes” (Caramello, 2016) entre organizações ou estruturas é um processo dinâmico, experimental e nem sempre possível. A matemática italiana Olivia Caramello faz a seguinte analogia, ligando as ideias de informação, perspectiva e organização:

Assim como um avião voando a uma certa altitude nos dá uma visão de diferentes lugares no planeta, um conceito metamatemático nos dá uma perspectiva sobre uma variedade de objetos matemáticos específicos. Quanto mais alto é o voo, maior a porção do território que vemos e menor o nível de detalhe de cada lugar singular que conseguimos ver. Analogamente, quanto maior a generalidade do conceito, maior o conjunto de objetos matemáticos que ele consegue subsumir e menor o nível de profundidade matemática dos insights que podemos gerar a partir dele. A escolha de uma altura ideal para iluminar um dado fenômeno é uma questão crucial e nada trivial: o mais alto nem sempre é o melhor. (...) A importância do ponto de vista correto, tanto na matemática quanto em outras áreas, é enorme. Coisas que são invisíveis ou difíceis de ver de uma perspectiva podem se tornar claras e naturais de outra. Mais especificamente, duas teorias conectadas por uma “ponte” da teoria dos tópos correspondem a diferentes lugares na Terra a serem observados de um avião. A equivalência de Morita entre eles nos dá a

posição concreta do avião no ar, enquanto as diferentes invariantes e caracterizações de seu tópos classificador comum correspondem aos ângulos e especificações da fotografia que tiraríamos deles. (Caramello, 2017, p.3)

O tipo de operação em jogo na teoria das categorias é muito similar também ao movimento que propusemos quando consideramos o exemplo das três organizações diferentes. É claro que é possível “submergir” uma organização no contexto da outra, por exemplo, podemos nos perguntar que informação é preservada sobre o grupo de estudos do ponto de vista do sistema financeiro com o qual o Banco Central interage: dessa perspectiva, não há praticamente nada de singular no pequeno coletivo de estudantes – eles, como a maior parte dos pequenos agrupamentos sociais, são passivamente afetados pela inflação, pelas flutuações nos preços dos livros. Vistos dessa “altura”, eles seriam “isomórficos” a quase qualquer grupo, incluindo o coletivo de artistas.

Por outro lado, da perspectiva do coletivo, na luta por organizar atividades e exposições, talvez os meninos d’*O Capital* e os senhores da política monetária também se pareçam bastante entre si, sentados em suas salas, discutindo entidades abstratas como “o mercado” e “o valor que se autovaloriza”. O que conta como informação relevante e o que é relegado ao pano de fundo da indiferença se transforma dependendo do modo como restringimos o contexto e, com isso, o espaço operatório em questão. É possível construir uma “ponte” entre o grupo de estudo, o coletivo e uma política monetária nacional, mas não é *qualquer composição* que será capaz de preservar todas ou a maior parte das propriedades interativas de cada organização – trata-se de um esforço experimental, um jogo de perdas e ganhos, e para produzir uma nova organização sensível ao prazer da camaradagem e do estudo, à luta contra opressões de gênero e raça, e às forças internacionais que moldam a economia nacional, todos esses sistemas acabam por funcionar em uma “resolução” até então desconhecida para eles.

A abordagem categorial da tectologia nos oferece, portanto, um meio de tornar mais rigorosa a ideia de que os modos de composição de uma dada organização condicionam que tipo de informação ela será capaz de extrair do seu meio, uma vez que, na TC, informação é um conceito derivado e existe em função dos constrangimentos contextuais das estruturas. A teoria nos permite também preservar um conceito robusto de perspectiva, determinado pela composição de transformações relevantes a uma dada situação e mesmo de determinar sob quais

condições esse espaço operatório pode ser considerado como um “mundo” no sentido que damos aos termos na metafísica: um todo que não é parte de nada maior, onde existem infinitas entidades e toda transformação nos remete a outra parte do mesmo espaço lógico (Gaston, 2013). É possível, por exemplo, demonstrar que a própria *forma do valor*, dimensão central da crítica da economia política marxista, não deixa de configurar um mundo, um espaço operatório dentro do qual as coisas fazem diferença enquanto mercadorias e onde algumas mercadorias especiais – como o dinheiro ou o capital – oferecem perspectivas que “veem” mais informação do que seríamos capazes de perceber do nosso ponto de vista humano e individual⁴⁶.

Não satisfeitos, podemos explorar também modos de interação entre mundos – transformações entre esses espaços – e até mesmo traduzir, em termos categoriais, algo como um “postulado do materialismo”⁴⁷, que garanta uma interpretação compatível com o marxismo da irreducibilidade dos mundos. Enquanto que, presos entre os novos materialismos e o neorracionalismo, precisamos optar entre defender que existe uma pluralidade de mundos – determinados pelas suas relações diferenciais concretas e situadas – ou que existe um mundo único e expansivo – uma história da razão que vai integrando a inteligibilidade da realidade – na tectologia de matriz categorial essa se torna uma falsa opção. A partir dessa perspectiva formal, nós podemos definir um tipo específico de transformação – um “functor”⁴⁸– que nos permite associar, a todas as apresentações diferenciais de uma dada estrutura em contextos distintos, uma estrutura-ponte mais “pobre”, pertencente à categoria dos conjuntos, mas que ainda preserva informação relevante a esse compósito de situações específicas. Essa operação – que define o que se chama um “tópos localico” [*localic topos*]⁴⁹– compatibiliza a afirmação de que existem múltiplos contextos existenciais, definidos por relações diferenciais até mesmo incompatíveis entre si, e a afirmação de que eles podem ser remetidos a um substrato comum, a uma estrutura organizacional que contém menos informação – e que por isso mesmo não substitui a análise contextual – mas que garante uma certa base material não trivial para as diferentes “resoluções” lógicas de cada um deles.

Não se trata, assim, de reintroduzir uma referência “absoluta” para todos os mundos distintos, posto que essa estrutura subjacente abstrai muita informação que nos interessa e, portanto, não dá a “verdade” de todas as resoluções. Ao invés, a teoria das categorias nos dá ferramentas conceituais, uma nova gramática compatível com a tectologia, para afirmar que existem estruturas organizacionais

que, por mais que sejam indiferentes do ponto de vista das resoluções situadas, podem ainda assim ser mobilizadas como determinações relevantes na hora de experimentar o que há de comum entre organizações radicalmente heterogêneas entre si⁵⁰.

À guisa de conclusão, iremos listar alguns dos resultados dessa apresentação, bem como algumas orientações gerais de como mobilizar essas ideias como metodologia de pesquisa para as ciências sociais:

1. A tectologia é a resposta antecipada pelo pensador soviético Alexander Bogdanov para os desafios que a divisão da técnica do trabalho e a subsequente especialização do conhecimento – e, portanto, da consciência e das formas de vida – viriam a introduzir, cada vez mais, na vida sob o capitalismo. Sua pergunta fundamental é: como transitar entre esses diferentes espaços, cada vez mais fragmentados, em busca tanto da transferência de métodos entre eles quanto de formas de composição política entre parcelas heterogêneas da humanidade?

2. As três principais premissas da tectologia são:

- 2.1 O ponto de vista capaz de tornar inteligíveis comunalidades entre conhecimentos e práticas diferentes é aquele que abstrai de suas qualidades particulares e preserva apenas sua forma de organização.

- 2.2 Sempre existem múltiplas organizações. No mínimo, um sistema e seu ambiente, mas mesmo essas duas organizações podem ser decompostas em organizações menores ou maiores.

- 2.3 O modo de decomposição de um dado conjunto de organizações é relativo: o que conta como atividade, o que conta como as partes e o todo, e o que conta como o sistema ou ambiente – tudo depende das interações situadas em questão. Uma mesma organização pode contar como um todo – por exemplo, uma família que contém pessoas relacionadas por parentesco – ou como uma parte – quando consideramos a “unidade familiar” como parte de uma cidade.

3. O caráter interativo, situado e relativo dos conceitos da tectologia aproxima a “ciência das organizações” de Bogdanov de ideias recentes da epistemologia situada de Donna Haraway. Ambas as teorias privilegiam as relações de interdependência como ponto de partida para entender o que conta e o que não conta em uma dada situação, definindo perspectivas e entidades relevantes, a partir dessas interações concretas. Essa similaridade se estende da mesma forma para a teoria dos sistemas e a cibernética, que interessam pela interação e relação entre organizações, com foco na dinâmica informacional e diferencial que caracteriza cada situação.

4. Por outro lado, o foco da tectologia na ideia de organização distingue esse projeto da abordagem tanto da epistemologia situada quanto desses projetos científicos, uma vez que, para a tectologia, a diferenciação relacional é apenas um lado da questão: as “diferenças que fazem diferença” em uma interação entre organizações são condicionadas pela composição desses sistemas. O valor desse passo atrás, que condiciona interação e diferenciação a um problema composicional, não é apenas analítico, mas também político. Permite-nos pensar que diferentes formas de composição social podem levar a diferentes formas de interação com o mundo.

5. Esse jogo entre composição, interação e inteligibilidade, que define o cerne da proposta tectológica, é hoje estudado rigorosamente pela área da matemática chamada *teoria das categorias*. Esse campo, que hoje é capaz de subsumir a teoria dos sistemas e a cibernética, mostra que a abordagem tectológica pode ser repensada com novas ferramentas técnicas, esclarecendo seu potencial de propor “pontes” entre sistemas heterogêneos, tal como buscava Bogdanov.

Algumas orientações:

6. O ponto de vista organizacional pode ser mobilizado de diversas formas pelas ciências sociais – mas uma primeira consequência dessa abordagem é deslocar o ponto de vista do pesquisador. Diferentemente da epistemologia situada, que nos convida a focar na experiência produzida dentro de diferentes redes de relações, a tectologia

nos convida a reconhecer qual *construção organizacional* funciona como o melhor “olho” para ver o que está em jogo em uma interação: não é necessariamente verdade que uma pessoa afetada por uma crise econômica seja capaz de “ver” a dinâmica financeira que a afetou – enquanto que a flutuação no preço das mercadorias, ou mesmo uma ação coletiva, como uma greve, pode ser mais *comensurável* com os fenômenos que nos interessam. Em outras palavras, não devemos apenas considerar o papel das entidades “nãohumanas” nas redes de relação, mas também qual escala e resolução é adequada para navegar a estrutura social em questão em um dado fenômeno. 7. Esse mesmo deslocamento tem implicações mais profundas – ele sugere uma perspectiva *experimental* para as ciências sociais. Afinal, não se trata apenas de *encontrar* quais entidades efetivamente interagem umas com as outras em um dado recorte analítico, mas, por vezes, trata-se de *construí-lo*. Centros de pesquisa, movimentos sociais, bancos de dado – todos são construções que nos ajudam a “ver” aspectos da realidade social que não são visíveis para um ser humano individual. No entanto, não se trata apenas de um problema técnico, como quando comprimimos dados, um problema cartográfico, como quando mapeamos uma cidade, ou investigativo, que podemos solucionar através de pesquisas empíricas. De acordo com a tectologia, a *composição* dessa organização experimental influencia o que irá resistir a ela, e, portanto, o que ela conseguirá tornar inteligível. Em outras palavras, a composição social de um grupo de pesquisa pode influenciar o que esse grupo é capaz de perceber do ambiente social.

8. No entanto, a tectologia também propõe uma transformação crucial na ideia mesmo de conhecimento social. Afinal, é claro que um grupo de estudo pode conhecer muitas coisas através dos livros, das pesquisas e da teoria. O que a tectologia sugere, e talvez seja sua contribuição principal, é que nós podemos aprender também com os *impasses* que criam resistências a diferentes organizações. Isto é, um grupo de pesquisa não interage com o mundo *enquanto grupo* através da teoria – o exercício intelectual acontece, na maior parte do tempo, individualmente, por mais que afirmemos o contrário. A organização interage com o mundo quando pede financiamento, quando marca reuniões, quando define

como essas serão realizadas, quando convida outras pessoas a participar, divide funções e trabalho ou propõe mudanças em sua estrutura – nesses momentos, descobrimos que existem dificuldades, influências impensadas, conexões e interdependências que não eram visíveis para nenhuma das pessoas envolvidas. A tectologia defende que essas resistências são *informativas* e que os arranjos organizacionais podem revelar traços novos do mundo social justamente porque funcionam como *experimentos* com o material desse mundo.

9. Isso não significa, no entanto, que toda pesquisa deve ser coletiva – mesmo uma pesquisadora individual está sempre organizada, e de diferentes maneiras ao mesmo tempo: na universidade, na sua família, em possíveis inserções políticas e grupos de afinidade. Isso nos leva também a considerar que toda experiência é filtrada por certas formas organizacionais prévias, que os pesquisadores precisam estar atentos, pois podem levá-los a confundir aquilo que faz diferença para sua posição com o que é geral ou universal.

10. Finalmente, a tectologia é um projeto em aberto. Seu método de construção não permite a exaustão: comparamos – do ponto de vista organizacional – diferentes formas e sistemas, observamos o que esses exemplos têm em comum e tentamos abstrair estruturas gerais; mas essas abstrações continuam à mercê de novas comparações, novos fenômenos organizacionais que podem nos levar a concluir que o que antes parecia uma estrutura geral, na verdade só ocorre em alguns casos particulares. Esse jogo entre o particular e o geral, entre o caso e as formas abstratas, faz da tectologia não apenas uma metodologia experimental para as ciências sociais, mas também um campo que é capaz de acumular novas ideias, relacioná-las e rever suas premissas.

-
- 1 O livro era considerado por Lenin “o melhor” manual de economia política marxista da época (Lenin, 1964).
 - 2 Vemos, assim, que existem graus de metaforização na tectologia: uma técnica ou forma organizacional inventada em um contexto pode ser transferida para outro e ser capaz de tornar novos aspectos dessa nova prática saliente, outros não. Uma

teoria da metáfora similar – derivada da teoria dos modelos – pode ser encontrada em Rosen, 2015.

- 3 Um bom mapa da heterogeneidade de formas de trabalho no mundo contemporâneo pode ser encontrado em Van der Linden, 2013.
- 4 Um exemplo anacrônico, porém ilustrativo, é o modo como, ao longo do século XX, intelectuais de esquerda primeiro adotaram a metáfora do trabalho como modelo de sua própria prática – a despeito da evidente distância que permanecia entre eles e o proletariado – para, em seguida, à luz do fracasso dessa aliança, propor a mesma operação com sinal invertido: no pós-guerra, é a lógica do texto e da elaboração simbólica que deveria ser generalizável, a ponto de redescrever o circuito econômico e do trabalho através de um estruturalismo vulgar.
- 5 Note que dizer que o trabalho não oferece um esquema organizacional geral não é o mesmo que dizer que o trabalho deixou de existir. Bogdanov inaugura uma crítica da crise da sociedade do trabalho que não implica a tese de que o trabalho foi, portanto, superado como fundamento do valor, distinguindo conceitualmente o trabalho como forma de síntese organizacional e como medida da magnitude do valor.
- 6 Essa definição de universalidade é corrente na teoria matemática das categorias, a qual retornaremos mais à frente.
- 7 Um argumento similar é feito no início da seção sobre o “transcendental” em Badiou, 2006.
- 8 Bogdanov cita um então recém-publicado trabalho de Einstein em seu “Ensaio de tectologia”, mas a relação entre eles é mais profunda, dado que ambos foram influenciados por leituras muito particulares que fizeram das obras de Ernst Mach.
- 9 Há uma ressonância interessante entre Jacques Lacan – que diz que “o real é o impasse da formalização” – e Bogdanov, que define o real pela resistência a um sistema organizado. Com a diferença de que o segundo substitui a metafísica da alteridade radical pela possibilidade de mudarmos de ponto de vista e entendermos essa resistência como atividade de um outro sistema.
- 10 Essa abordagem interativa do conceito de trabalho facilita aproximações com o uso do conceito nas ciências naturais. Um autor que tenta uma generalização similar do conceito é Terrence Deacon, em Deacon, 2011.
- 11 A leitura mais spinozista da tectologia, proposta por Rodrigo Nunes em *Neither Vertical nor Horizontal*, esbarra nesse ponto: admite que as partes de organizações são sensíveis a escalas, mas não parece levar a cabo o argumento de que, se assim é, então não existe um todo auto-organizado, automovente análogo à substância de Espinosa – já que mesmo o universo em sua totalidade estaria sujeito a múltiplas sínteses, dependendo do modo como fossem repartidas as partes organizadas.
- 12 Oferecemos uma introdução informal ao conceito de resolução na apresentação *Distância, escala, resolução*, disponível em: https://www.academia.edu/45575088/Dist%C3%A2ncia_escala_resolu%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 23 set. 2021. Uma apresentação baseada na física pode ser encontrada em Nottale, 2019 e uma descrição pura e formal do conceito pode ser encontrada em Picado, 2011.
- 13 A expressão “*a difference that makes a difference*” é de Gregory Bateson e é utilizada muitas vezes como um slogan condensado que explicaria o conceito moderno de

informação. Apesar de certamente ajudar a esclarecer a dimensão contextual que faz de um sinal algo informativo, sem por isso depender de uma interpretação excessivamente semântica do conceito, preferimos entender a definição de Bateson como uma interpretação moderna do princípio dos indiscerníveis de Leibniz: aquilo que não conta para um contexto – não faz diferença ou não conta como diferença – é, portanto, indistinto. Essa leitura alternativa nos permite continuar a usar a definição mesmo quando criticamos ou nos afastamos da teoria da informação.

- 14 O termo, que certamente não define um conjunto perfeitamente distinto ou homogêneo de ideias e autores, serve de toda maneira como indicador de um núcleo de preocupações comuns entre filólogas e filósofos como Donna Haraway, Karen Barad, Isabelle Stengers, Bruno Latour, Anna Tsing, Vinciane Despret, entre outros. Em outros contextos, seus limites talvez sejam melhor precisados se acompanharmos o conjunto de pensadores e pensadoras interessados no conceito de “cosmopolítica”, proposto em Stengers, 2007, p. 45-46. É importante distinguir essa orientação de pensamento da corrente teórica da “ontologia orientada ao objeto” (OOO) que, por mais que partilhe algumas ideias com esse movimento, como uma crítica do centramento filosófico sobre o humano, se ocupa de uma metafísica maximalista de entidades sem nenhum compromisso materialista.
- 15 “O ponto é que, entre essas obras, existe uma sucessão inquestionável. E é particularmente interessante e importante que muitos dos problemas gerais da abordagem sistemática foram elaborados com mais rigor e alcance por Bogdanov do que pela teoria contemporânea dos sistemas ou a cibernética” Ibidem, p. 165, tradução nossa.
- 16 Bogdanov utiliza em alguns lugares a expressão “ponto de vista do trabalho”, que Wark retoma extensivamente. Dentro do marxismo existe uma querela em torno do estatuto do trabalho – seria uma categoria ontológica e, portanto, trans-histórica ou uma forma de atividade específica ao capitalismo? – e nesse debate o primeiro campo é associado a um “ponto de vista do trabalho”. Vale a pena reforçar que não está em jogo aqui o estatuto primário e central ou historicamente determinado do trabalho – uma vez que já demonstramos que Bogdanov não utiliza o conceito do mesmo modo que Marx, tratando-se antes de um tipo de relação entre sistemas: o ponto de vista do trabalho diz respeito à primazia epistemológica do confronto prático com o real. Para Wark, esse confronto é sempre pensado em termos de trabalho, para Bogdanov, não.
- 17 “Precisamos aprender em nossos corpos, dotados das cores e da visão estereoscópica dos primatas, como vincular o objetivo aos nossos instrumentos teóricos e políticos de modo a nomear onde estamos e onde não estamos, nas dimensões do espaço mental e físico que mal sabemos como nomear. Assim, de modo não muito perverso, a objetividade revela-se como algo que diz respeito à corporificação específica e particular e não, definitivamente, como algo a respeito da falsa visão que promete transcendência de todos os limites e responsabilidades. A moral é simples: apenas a perspectiva parcial promete visão objetiva. Esta é uma visão objetiva que abre, e não fecha, a questão da responsabilidade pela geração de todas as práticas visuais. A perspectiva parcial pode ser responsabilizada tanto pelas suas promessas quanto por seus monstros destrutivos. Todas as narrativas culturais ocidentais a respeito da objetividade são alegorias das ideologias das relações

sobre o que chamamos de corpo e mente, sobre distância e responsabilidade, embutidas na questão da ciência para o feminismo. A objetividade feminista trata da localização limitada e do conhecimento localizado, não da transcendência e da divisão entre sujeito e objeto. Desse modo podemos nos tornar responsáveis pelo que aprendemos a ver” (Haraway, 1995, p. 15).

- 18 Wark leva essa ideia mais longe em *Capital is Dead* (2019) – onde reconhece uma nova classe social emergente baseada na propriedade de informação.
- 19 “Quando são trazidas para a prática cotidiana, as ideias se dissolvem em suas partes constitutivas, pedaços de linguagem, que são articulados em novas e surpreendentes formas. Esse é o *détournement*, o trabalho molecular de fazer e refazer o sentido em diferentes situações. As pessoas criam sentido, mas não com os meios de sua escolha” (Wark, 2015, p.116, tradução nossa). É importante mencionar que, de forma alguma, a posição de Wark é simplista ou uma mera adesão à “virada linguística” – longe disso: mas ainda assim, ela partilha da estratégia de superar esse paradigma pela sua “materialização”, o que não deixa de sinalizar sua dívida com a posição de-leuziana que trata o sentido como uma dimensão extradiscursiva. O que queremos apontar aqui é que o ponto de vista organizacional é ainda mais geral que essa abordagem.
- 20 Analogicamente, podemos entender esse passo atrás da tectologia em relação às técnicas como uma mudança de perspectiva do uso dos objetos técnicos – onde o que conta é a informação – para a sua produção – onde a engenharia e as ciências dos materiais demandam outro tipo de questionamento.
- 21 “Nossa ciência depende da formulação e dedução daqueles princípios que são válidos para ‘sistemas’ em geral... qualquer que seja a natureza dos elementos, relações e forças que os compõem” (Von Bertalanffy, 1950, p. 134-165).
- 22 “A cibernética é também uma teoria das máquinas, mas não aborda coisas e, sim, modos de comportar-se. Não inquire ‘o que é essa coisa?’, mas ‘o que ela faz?’ (...) em conformidade com este método, que trabalha primordialmente com o compreensivo e o geral, a cibernética trata tipicamente qualquer máquina dada, particular, perguntando não ‘que ação individual ela produzirá aqui e agora?’ mas ‘quais são todos os possíveis comportamentos que ela pode produzir?’. Neste sentido é que a teoria da informação vem a desempenhar um papel essencial no assunto, pois caracteriza-se essencialmente por lidar sempre com um conjunto de possibilidades” (Ashby, 1970, p.3).
- 23 Bogdanov também partilha uma série de “insights” com a filosofia de Gilbert Simondon: a descrição dos processos organizacionais como estabilidades dinâmicas que respondem a tensões anteriores, a atenção ao papel objetivo das escalas, uma visão processual da individuação, entre outros aspectos. No entanto, parte da crítica que estendemos aqui aos novos materialismos talvez também se aplique ao projeto de Simondon, onde o compromisso com a processualidade – apesar de enriquecido por um engajamento efetivo com a engenharia e a física dos materiais – acaba por transformar esse espaço problemático “pré-individual”, multiescalar e repleto de individuações em potencial em um pano de fundo especulativo geral: “[C]onceitos somente são adequados à realidade individuada e não à realidade pré-individual” (Simondon, 2020, p.34). Para a tectologia, há uma diferença entre o enquadre teóri-

- co – que não pode assumir uma resolução absoluta para as escalas – e a história dos processos reais – que nunca parte de um pano de fundo indeterminado e virtual, mas de outras organizações que funcionam como o “pré-individual” relativamente à individuação em questão. Ver, também, Voss, 2019, p.279-299.
- 24 O problema da eficácia é um dos pontos de interseção entre as epistemologias feministas materiais-semióticas, as propostas de uma ontologia relacional e a tradição pragmática. Stengers discute o conceito em “A proposição cosmopolítica”, em diálogo com François Julien, e Bruno Latour transforma a questão em um problema de “felicidade” de formas de enunciação em Latour, 2019.
- 25 “*The brand of holist ecological philosophy that emphasizes that ‘everything is connected to everything’, will not help us here. Rather, everything is connected to something, which is connected to something else*” (Haraway, 2016b).
- 26 “[C]hamamos de mundo (com letra inicial em minúscula) cada modo particular como as séries de existentes expressam a multiplicidade eco-ontológica constitutiva da existência. Os mundos são, portanto, as maneiras próprias a cada cosmologia de admitir os seres que integram seu coletivo e de os dispor em relação uns aos outros nessa série de existentes particular” (de Castro Costa, 2019, p.55).
- 27 “Meu ponto é que a Terra é tanto uma questão de tradução quanto a nossa linguagem, e tanto quanto o capital (como Chakrabarty mostrou em *Provincializando a Europa*). Não é correto pensar que existem, por um lado, coisas unívocas, como a Terra, os planetas, o clima etc., e do outro, coisas equívocas, como linguagens, sistemas de parentesco, ideias filosóficas etc. Não é correto colocar a equivocação apenas do lado da representação, enquanto a realidade seria sempre (ou pelo menos a princípio) unívoca. A Terra só existe em tradução, isto é, porque está sendo traduzida, enquanto multiplicidade; ela só existe no momento mesmo que o sistema-Terra da IPCC se transforma na Terra-floresta de Davi Kopenawa – assim permitindo ambas a se definirem como tendências nessa dinâmica divergente. Mas também precisa ser notado que tradução não significa ficar analisando como dois sistemas representacionais se relacionam a um fundamento comum (ou, digamos, como dividem o espaço semântico); consiste antes em redefinir cada um desses sistemas através dessas transformações que operam um no outro, sem a mediação de um terceiro termo, do modo como os mitos de Lévi-Strauss traduzem um ao outro sem a mediação de uma terceira bússola” (Maniglier, 2020, p. 72-73).
- 28 Alyne Costa e Ádamo da Veiga elaboram essa abordagem, em que – restritos pela ontologia relacional – buscam conceitos para pensar o que é comum entre mundos partindo da teoria deleuziana do acontecimento ou encontro e de metáforas de tradução e intertextualidade em Costa; Da Veiga, [S.l.], p. 277-303.
- 29 Novamente, o “neorracionalismo” não é um movimento consistente ou homogêneo, mas designa vagamente os pontos em comum entre trabalhos como o de Ray Brassier, Reza Negarestani e Peter Wolfendale, entre outros. O livro, atualmente no prelo, *The Revenge of Reason* (2022), de Wolfendale, promete organizar melhor suas premissas. Tomamos como referência ou “manifesto” do programa – ainda que não seja totalmente representativo da posição, e nem mesmo da posição atual do seu autor – o texto de Negarestani, 2020.

- 30 “A filosofia começa com uma tese universal sobre a igualdade das mentes de que qualquer um ou qualquer coisa que satisfaça as condições básicas de sua possibilidade deve ser visto e tratado como um igual no sentido mais abrangente o possível. Mas à medida que a filosofia se torna mais madura, ela deve perceber que existe de fato uma verdade significativa na acusação de que se trataria de um projeto ocidental, por mais distorcida que possa ser a acusação. A igualdade das mentes, como uma tese sobre o que é verdade e justo, é uma tese universal e necessária em sua verdade e aplicabilidade. Isso não significa, no entanto, que seja concretamente universal para nós. É algo que deve ser alcançado e concretamente instituído. A condição para a igualdade das mentes é o reconhecimento e realização é a luta e a campanha constante contra os sistemas atuais de exploração” (Negarestani, 2018, p. 405).
- 31 Um sobrevoos da recuperação da teoria hegeliana da razão através de diferentes interpretações do “espaço das razões” de Sellars pode ser encontrado em deVries, 2015. Ver também Sellars, 1962, p. 35-78.
- 32 Uma tentativa interessante de mapear os “realismos” contemporâneos – mas um tanto alheia às nossas questões – pode ser encontrada em Garcia, 2018, p. 41-56.
- 33 Talvez por isso a situação apareça de forma invertida nos textos: Haraway, Stengers, Latour e Maniglier constantemente tentando entender o que seria o “comum” sob condições de relacionalidade radical, e Brassier e outros tentando encontrar um lugar para a fenomenologia objetiva da teoria do valor de Marx em seu racionalismo comprometido com a centralidade de uma teoria da cognição.
- 34 “Eu acho que é menos sobre as ideias centrais da epistemologia situada e mais sobre as normas prevalentes que as convertem em práticas. O chamado para “ouvir aos mais afetados” ou “centralizar os mais marginalizados” é ubíquo em muitos círculos acadêmicos e ativistas. Mas nunca caiu bem para mim. Na minha experiência, quando as pessoas dizem que elas precisam “ouvir os mais afetados”, não é porque pretendem fazer reuniões por Skype com campos de refugiados ou colaborar com pessoas em situação de rua. Ao invés, esse chamado significa um manejo da autoridade conversacional e dos bens de atenção em vista daqueles que melhor encaixam nas categorias sociais associadas a essas opressões – independentemente de se eles sabem ou não alguma coisa, ou de se realmente sofreram pessoalmente essa opressão ou não” (Táiwu, 2021).
- 35 Em sua tese de doutorado, *Representing Complexity: The Material Construction of World Politics*, Nick Srnicek se aproxima bastante de nossa discussão do que diferentes formas organizacionais são capazes de ver, propondo o conceito de “agregados cognitivos” [*cognitive assemblages*]. No entanto, tanto sua dependência da teoria ator-rede quanto sua leitura de Marx excessivamente centrada no papel social das tecnologias, o impedem de reconhecer que a transformação no alcance cognitivo de uma organização não depende apenas do tipo de máquinas, poder computacional e conhecimentos técnicos que ela mobiliza, mas do modo como as relações – sejam elas entre humanos, nãohumanos, técnicas ou interpessoais – se estruturam: o problema que Srnicek evita não é o de considerar *quais* entidades estão em jogo, mas *de que forma* os “agregados cognitivos” as compõem.
- 36 Podemos notar, assim, que o problema do mapeamento cognitivo, elaborado por Fredric Jameson, encontra uma interpretação intrínseca à política: mapear cogni-

tivamente – no sentido de “ver” ou “sentir” diferenças e não apenas representá-las teoricamente – é condicionado pela forma de organização em questão. Esse insight poderia nos levar a formular de outra maneira os impasses que a política encontra no Antropoceno: *que tipo de organização complexa seria comensurável não com a ciência do clima, mas com o clima enquanto ator efetivo?*

- 37 Seria o ponto de vista organizacional, portanto, formalizável a partir da teoria dos sistemas complexos onde problemas de “renormalização” entre níveis descritivos diferentes são constantemente tematizados? Nossa hipótese é que esse não é totalmente o caso. Não apenas porque as diferentes medidas de complexidade em circulação hoje são quase todas dependentes da teoria computacional da informação, mas também porque existem muitos pressupostos nessa teoria que colocam em suspeita a sua generalidade. Se a tectologia realmente se pretende uma “ciência universal da organização” é preciso que operemos com um conceito de “resolução” o mais flexível possível, portanto independente das noções de “microestado” e “macroestado”, sob pena de não preservar a forma relevante em que certas diferenças operam em seus contextos. Seguimos aqui as intuições do biólogo teórico Robert Rosen, que aproxima a teoria das organizações da teoria matemática das categorias – em Rosen, 2015.
- 38 “A máquina de lavar mudou mais o mundo que a internet”, diz Ha-Joon Chang (2012).
- 39 É interessante notar que tanto Latour, em *Investigações sobre modos de existência*, quanto algumas referências da tradição neorracionalista, por exemplo Mark Wilson, no livro *Physics Avoidance*, exploram o modo como diferenças podem ser esquecidas, apagadas ou realocizadas quando mudamos de enquadre – no primeiro caso, através das passagens entre os 15 modos de investigação que definem diferentes entidades e condições de felicidade para enunciados, no segundo, com transformações nos jogos de linguagem dependendo da escala e da granularidade dos experimentos científicos. O que é específico na abordagem tectológica é formular a questão em termos gerais, e não através da interação lateral entre modos de referência.
- 40 Bogdanov se aproxima, assim, da fenomenologia objetiva proposta por Alain Badiou (2006).
- 41 Por outro lado, não somos obrigados a abrir mão da ideia de totalidade – afinal, um sistema social socialista ou comunista seria uma forma de organização da mesma escala ou resolução que o capitalismo, de modo que é possível pensar em sua interação e, portanto, na realidade da totalidade capitalista. O essencial do conceito de totalidade no marxismo é preservado, mas torna-se claro que não é o “ponto de vista de classe” que é capaz de “ver” essa totalidade, mas antes o ponto de vista da organização política e econômica em larga escala.
- 42 A definição de “mundo” implícita aqui é bastante especial. Não se restringe a seres vivos – posto que sistemas algébricos, jogos, espaços computacionais, uma consciência, romances, filmes, a história de galáxias ou de planetas inertes, bem como ecossistemas híbridos com toda sorte de entidades, todos podem constituir espaços lógicos cujas operações relevantes são ao mesmo tempo infinitas e fechadas, permitindo perspectivas internas e sínteses objetivas. A formulação que mais se aproxima da tectologia, nos parece, é a proposta de Alain Badiou em Badiou, 2006.

- 43 A teoria homológica transpõe estruturas algébricas como grupos abelianos (certos espaços de transformação entre elementos) em termos topológicos, para melhor explorar suas propriedades. A “co”homologia faz o caminho inverso, redescrivendo estruturas topológicas algebricamente. Vale notar que essas operações de traslado não são necessariamente simétricas na matemática: pensar uma área através de outra não é o mesmo que fazer o inverso. Trata-se de um aspecto fundamental da dialética formal matemática, explorada, por exemplo, por Albert Lautman.
- 44 De forma simplificada, um isomorfismo é um mapeamento de uma estrutura A em uma estrutura B que (1) preserva as propriedades da primeira e (2) pode ser invertido, em um mapeamento de B para A.
- 45 Fechamento operacional [*operational closure*] diz respeito ao modo como certas operações sobre elementos de um conjunto têm, como produto, elementos do mesmo produto: toda soma entre dois números inteiros é um número inteiro, mas nem toda divisão de dois números inteiros o é.
- 46 Essa demonstração completa é oferecida em Tupinambá e Yao, 2021, disponível em: www.tectologicas.com.
- 47 A expressão vem de Alain Badiou em seu *Logics of Worlds* e define as condições que atrelam as resoluções lógicas de um mundo – o que Badiou chama de um “átomo” – ao seu substrato material puramente extensional.
- 48 Um functor pode ser entendido como uma função entre funções – ele mapeia a relação entre relações, e não entre elementos de conjuntos.
- 49 Um tópos localico é um espaço operatório capaz de reproduzir de forma imanente todas as propriedades de uma lógica a partir da estrutura de suas partes – com a condição adicional de que exista uma interpretação dessa estrutura em termos de conjuntos extensionalmente definidos e logicamente clássicos. Badiou é criticado por restringir sua definição de mundo a esse tipo de estrutura formal – quando isso não é matematicamente necessário – mas a explicação se deriva de seu compromisso com o materialismo, extrínseco às matemáticas.
- 50 Uma outra vantagem dessa abordagem, que não podemos explorar aqui, é que não é preciso identificar essa estrutura comum a nenhum sistema em particular: o essencial desse materialismo é o modo como atrela o que não faz diferença em um mundo a um substrato cujas determinações podemos investigar. Atrela o comum não à contingência dos encontros, mas à experimentação.

Referências bibliográficas

- ASHBY, R. *Introdução à cibernética*. São Paulo: Perspectiva, 1970.
- BADIOU, A. *Logics of Worlds*. Continuum Press, 2006.
- BERTALANFFY, L. An Outline of General System Theory. *British J. Philos. Sc.* I, p. 134-165, 1950.
- BOGDANOV, A. *Curso popular de economia política*. São Paulo: Edições Caramurú, 1935.

- _____. *Essays in Tektology*. Londres: Intersystems publications, 1980.
- _____. *Philosophy of Living Experience*. Brill, *Historical Materialism Book Series*, vol. 111/8, Leiden: Brill, Historical Materialism Book, 2016.
- CARAMELLO, O. *The Theory of Topos-Theoretic “Bridges” – A Conceptual Introduction*. Glass Bead. Castalia: The game of ends and means, 2016.
- _____. *Theories, Sites, Toposes. Relating and studying mathematical theories through topos-theoretic “bridges”*. Oxford: Oxford Press, 2017.
- CHANG, H-J. *23 Things They Don't Tell You about Capitalism*. Londres: Bloomsbury Publishing PLC, 2012.
- CHENG, Eugenia. *How to Bake Pi: An Edible Exploration of the Mathematics of Mathematics*. Nova York: Basic Books, 2015.
- COSTA, Alyne de Castro; DA VEIGA, Ádamo Bouças Escossia. *O acontecimento da Terra. O que nos faz pensar*, [S.l.], v. 29, n. 48, p. 277-303, 2021.
- COSTA, Alyne de Castro. *Cosmopolíticas da Terra: Modos de existência e resistência no Antropoceno*. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.
- DE VRIES, W. Hegel's Revival in Analytic Philosophy. In: MOYAR, D. (Ed.). *The Oxford Handbook on Hegel*. Oxford: Oxford University Press, 2015.
- DEACON, T. *Incomplete Nature: How Mind Emerged from Matter*. Londres: W. W. Norton & Company, 2011.
- DUARTE, C. A superação do trabalho em Marx. *Revista Sinal de Menos*, ano 1, n. 3, 2009.
- GARCIA, T. Une boussole conceptuelle: Orientation épistémique et orientation épistémologique des réalismes contemporains. In: *Choses en soi*. Paris: PUF, 2018, p. 41-56.
- GARE, A. Aleksandr Bogdanov and Systems Theory. *Democracy and Nature*, v. 6, n. 3, 2000.
- GASTON, S. *The Concept of World from Kant to Derrida*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2013.
- GOODMAN, N. *Ways of Worldmaking*. Indianapolis: Hackett Publishing Company, 1978.
- GORELIK, G. Bogdanov's Tektologia, General Systems Theory and Cybernetics. *Cybernetics and Systems: An International Journal*, v. 18, n. 2, p. 157-175, 1987.
- HARAWAY, D. *Simians, Cyborgs, and Women: The Reinvention of Nature*. Inglaterra: Routledge, 1991.
- _____. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, n.5, 1995.
- _____. Manifesto ciborgue: Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: TADEU, T. (Ed.). *Antropologia do ciborgue*. São Paulo: Autêntica, 2000.
- _____. *Staying with the Trouble: Making Kin in the Chthulucene*. Carolina do Norte: Duke University Press, 2016a.

- _____. Tentacular Thinking: Anthropocene, Capitalocene, Chthulucene. *Flux journal*, n. 75, September, 2016b.
- HARDING, S. *The Science Question in Feminism*. Ithaca: Cornell University Press, 1986.
- LATOUR, B. *Investigação sobre os modos de existência: Uma antropologia dos modernos*. Petrópolis: Vozes, 2019.
- LENIN, V.I. *Materialismo e empiriocriticismo: notas e críticas sobre uma filosofia reacionária*. Rio de Janeiro: Editorial Calvino Ltda., 1946.
- LENIN, V.I. Book Review: A. Bogdanov. A Short Course of Economic Science. In: *Lenin Collected Works*, vol. 4. Moscow: Progress Publishers, 1964.
- LINHART, Robert. *Lenin, os camponeses, Taylor*. Trad. Daniel Aarão Reis e Lúcia Aarão Reis. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- MANIGLIER, P. How Many Earths? The Geological Turn in Anthropology. *The Otherwise*, Issue 1, p. 72-73, 2020.
- MARX, K. *O Capital*, vol.1. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. *Contribuição à crítica da economia política*. Expressão Popular, 2014.
- NEGARESTANI, R. *Intelligence and Spirit*. São Paulo: Urbanomic, 2018.
- _____. *O trabalho do inumano*. São Paulo: Zazie Edições, 2020.
- NOTTALE, L. *The Relativity of All Things: Beyond Spacetime*. Persistent Press, 2019.
- NUNES, R. *Neither Vertical nor Horizontal: A Theory of Organization*. Rio de Janeiro: Verso, 2021.
- PICADO, J. *Frames and Locales: Topology without Points*. Basel: Birkhäuser, 2011.
- POSTONE, M. *Tempo, trabalho e dominação social*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- ROSEN, Robert. *Life Itself: A Comprehensive Inquiry Into the Nature, Origin, and Fabrication of Life*. Nova York: Columbia University Press, 2015.
- SELLARS, W. Philosophy and the Scientific Image of Man. In: COLODNY, Robert. (Ed.). *Science, Perception, and Reality*. Humanities Press/Ridgeview, 1962. p. 35-78.
- SHAW, R. Bringing Deleuze and Guattari down to Earth through Gregory Bateson: Plateaus, Rhizomes and Ecosophical Subjectivity. *Theory, Culture & Society*, v. 32, n. 7-8, p. 151-171, 2015.
- SIMONDON, G. *A individuação à luz das noções de forma e de informação*. São Paulo: Editora 34, 2020.
- SPIVAK, D. *Category Theory For The Sciences*. Cambridge: MIT Press, 2014.
- STENGERS, I. La proposition cosmopolitique. In: *L'émergence des cosmopolitiques, sous la dir.* de J. Lolive et O. Soubeyran, coll. Recherches. Paris: La Découverte, 2007. p. 45-46.
- TÁIWO, O. Being-in-the-Room Privilege: Elite Capture and Epistemic Deference. *The Philosopher*, v. 108, n. 4, 2021.
- TUPINAMBÁ, G; PARANÁ, E. *Arquitetura de arestas: as esquerdas em tempos de periferização do mundo*. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.

- _____.; YAO, Y. *A Primer on Political Phenomenology*. 2021. Disponível em: www.tectologicas.com.
- VAN DER LINDEN, M. *Trabalhadores do mundo: ensaios para uma história global do trabalho*. São Paulo: Unicamp, 2013.
- VIVEIROS DE CASTRO, E. A antropologia perspectiva e o método de equivocação controlada. *ACENO*, v. 5, n. 10, 2018.
- VON FOERSTER, H. *Understanding Understanding: Essays on Cybernetics and Cognition*. Nova York: Springer, 2003.
- VOSS, D. *Invention and Capture: A Critique of Simondon, Culture, Theory and Critique*, 60:3-4, p. 279-299, 2019.
- WARK, M. *Molecular Red*. Rio de Janeiro: Verso, 2015.
- _____. *Capital is Dead. Is this Something Worst?* Rio de Janeiro: Verso, 2019.
- _____. *Sensoria: Thinkers for the Twentieth-First Century*. Rio de Janeiro: Verso, 2020.
- WHITE, J. *Red Hamlet: The Life and Ideas of Alexander Bogdanov*. Haymarket Books
- WIENER, N. *Cibernética e sociedade*. São Paulo: Cultrix, 1985.
- WOLFENDALE, Peter. *The Revenge of Reason*. Inglaterra: Urbanomic, 2022.

PARTE II

MÉTODOS

Capítulo 4

A pesquisa etnográfica com documentos: escavando os contextos, as escalas e a materialidade do mundo social

Lucas Freire
Barbara Pires

Quando se fala em etnografia, a primeira imagem evocada entre as pessoas familiarizadas com o termo é aquela desenhada por Bronislaw Malinowski (2018[1922]) na introdução de seu consagrado livro *Argonautas do Pacífico Ocidental*, cuja publicação completou 100 anos em 2022. Considerado o primeiro antropólogo a sistematizar uma série de reflexões que estavam sendo feitas de modo espaçado e desencontrado por diferentes autores acerca da centralidade do “trabalho de campo” para a produção do conhecimento antropológico, Malinowski figura há décadas como referência obrigatória em todos os cursos tanto de teoria antropológica quanto de metodologia das ciências sociais.

Como destacado por Ferreira e Lowenkron (2020) na introdução de uma recente coletânea sobre investigações antropológicas realizadas entre papéis, carimbos, agências e agentes estatais, apesar do interesse de pesquisadores de diferentes áreas na *etnografia dos documentos*, não há muitas publicações voltadas para a organização das questões teóricas e metodológicas que caracterizam esse campo temático. Assim, nesse capítulo, trataremos de apresentar sucintamente como é possível realizar uma pesquisa de caráter etnográfico *dos e com* os documentos, de modo a destacar as peculiaridades de incluir os “papéis” – que, cada vez mais, podem ser físicos ou digitais – nas reflexões feitas por cientistas sociais e das humanidades em geral.

Na primeira parte do texto, faremos uma breve recapitulação sobre a utilização de documentos em pesquisas antropológicas, destacando o lugar ocupado pelos papéis na história da disciplina. Na segunda seção, apresentaremos de modo

esquemático o que pode ser tratado como um “documento” em pesquisas de caráter qualitativo, assim como os desafios e potencialidades dessa estratégia metodológica. Em seguida, para ilustrar o que foi discutido antes, traremos o exemplo de uma pesquisa antropológica realizada, em parte, por uma documentação variada em escala majoritariamente internacional, com a finalidade de enfatizar para os leitores como essa “materialização” permitida pelos usos dos papéis atravessa eixos e contextos diversos de regulação social. Por fim, resumizamos as principais questões abordadas no capítulo e oferecemos uma sugestão de literatura para aqueles que desejarem aprofundar seu conhecimento sobre o assunto.

De problema à solução metodológica: os documentos e a pesquisa antropológica

Para compreender o espaço ocupado pela pesquisa antropológica com documentos contemporaneamente é preciso dar alguns passos atrás e observar a constituição da antropologia enquanto um ramo do conhecimento. Nesse sentido, recuperaremos nesta seção – de modo breve – o lugar ocupado pelos papéis e documentos na história da disciplina, bem como o desenvolvimento de algumas de suas ideias e conceitos básicos¹.

Uma das primeiras grandes pesquisas antropológicas conhecidas foi feita a partir de um conjunto de materiais que hoje podemos tratar como “documentos”. Por meio da análise de diários de viajantes, comerciantes e missionários, além de informações coletadas através de formulários enviados a missões religiosas e diferentes instituições científicas ao redor do mundo, Lewis Henry Morgan publicou em 1871 uma obra inaugural sobre o tema do parentesco: *Systems of Consanguinity and Affinity of the Human Family* – a qual figura até hoje como um dos pilares dos estudos antropológicos.

Entretanto, com a publicação depois de mais de meio século do já mencionado livro de Malinowski, houve uma valorização cada vez maior da necessidade de realização do trabalho de campo e a consolidação da ideia de que a prática da *observação participante* constitui o fundamento mais basilar do *método etnográfico*. Nesse contexto, as pesquisas desenvolvidas até então pelos chamados “antropólogos de gabinete” foram duramente rejeitadas e/ou questionadas pela geração do início do século XX por não se debruçarem sobre dados obtidos em primeira mão – que só poderiam ser coletados *in loco*, ou seja, estando “lá” vivendo entre os “nativos”. Para os críticos, os relatos e narrativas de pessoas sem a formação e o treinamento adequados não poderiam ser considerados automaticamente

verdadeiros e tomados enquanto dados para a pesquisa antropológica, já que estariam sujeitos a exageros, má interpretação e até mesmo falseamentos.

Além desse grave problema de ordem metodológica, os antropólogos do século XIX eram acusados também de falhar teoricamente. Inspirados no *método comparativo* adotado por estudiosos da biologia e anatomia animal, Morgan e outros contemporâneos compreendiam a “cultura” como algo singular, de modo que os diferentes costumes, crenças, religiões, modos de organização social etc. poderiam ser explicados pelo “estágio evolutivo” em que cada agrupamento humano se encontrava, indo dos mais “primitivos” – representados pelos aborígenes australianos – até os mais “civilizados” – os povos europeus (Castro, 2005). De acordo com os autores da geração posterior, a postura *etnocêntrica* dos *evolucionistas* – isto é, de tomar seu próprio universo cultural como parâmetro para o julgamento de outras concepções e visões de mundo – estava na origem de teorias antropológicas equivocadas e falaciosas acerca da “evolução” e do desenvolvimento humano.

É no questionamento da explicação evolucionista e do método comparativo tal como estava sendo aplicado que surgiu um dos princípios basilares que norteiam a prática e a ética antropológica até os dias de hoje: o *relativismo*. Grosso modo, adotar uma atitude relativista significa não impor ao outro suas próprias definições da realidade, visões de mundo, valores etc. Logo, relativizar pressupõe um esforço exordial de estranhar seus próprios juízos, pontos de vista e significados sobre determinados atos, comportamentos, símbolos, instituições etc., e tentar entendê-los a partir da lógica do seu interlocutor. O fortalecimento do relativismo como uma conduta teórico-metodológica encontra-se alinhado à emergência da etnografia, do trabalho de campo e da observação participante como elementos fundamentais para o desenvolvimento da antropologia.

Em suma, ao longo das décadas seguintes, a pesquisa antropológica com os documentos passou por um processo de desvalorização e reprovação em duas dimensões: por um lado, foram apontadas sérias desconfiâncias no que diz respeito à confiabilidade dos dados e eficiência metodológica desses estudos; por outro, a “antropologia de gabinete” foi profundamente vinculada ao pensamento evolucionista e, portanto, a um passado da disciplina que praticamente a totalidade dos antropólogos se esforçou e ainda se esforça para se diferenciar.

Entretanto, a partir do momento em que os arquivos – pessoais, etnográficos, institucionais, coloniais etc. – tornaram-se objetos de interesse também de antropólogos, e não apenas de historiadores, os documentos voltaram a figurar como um importante material de pesquisa. Como destaca Cunha (2004), na medida em

que “os antropólogos têm pretendido bem mais do que ouvir e analisar as interpretações produzidas pelos sujeitos e grupos que estudam, mas entender os contextos – social e simbólico – da sua produção” (p. 293), a tensão entre a *pesquisa de campo* e a *pesquisa de gabinete* foi sendo diluída, de modo que sua relação não é mais de oposição, mas de complementaridade.

Para além disso, com a ampliação ao longo do século XX do escopo de objetos da pesquisa antropológica, temas tradicionalmente investigados pela sociologia e pela ciência política passaram a ser do interesse de antropólogas e antropólogos, tais como a administração pública, a organização estatal, os organismos de regulação internacional, as eleições e os partidos políticos, as redes de cooperação humanitária, dentre muitos outros. Ao investigar tais temáticas, também nos defrontamos com a documentação enquanto uma prática de conhecimento “nativa” (Ferreira e Lowenkron, 2020). Nesses contextos, estar atento aos modos de produção e desenvolver ferramentas teórico-metodológicas para a leitura dos documentos produzidos pelos interlocutores torna-se uma atividade fundamental do trabalho de campo antropológico e da investigação etnográfica, já que esses papéis são a materialização de um conjunto de procedimentos burocráticos estatais (Riles, 2006). Em outras palavras, a “papelada” que durante muito tempo foi negligenciada por antropólogos e pelos próprios agentes de Estado converte-se um *artefato etnográfico* (Ferreira, 2013), a partir do qual é possível rastrear uma série de práticas e técnicas de gestão, bem como outros fenômenos sociais.

Mais recentemente, com o recrudescimento da pandemia de Covid-19 e a necessidade de distanciamento/isolamento para conter a disseminação do vírus e o avanço da doença, muitos cientistas sociais – em especial os antropólogos e aqueles que fazem pesquisa de campo – se viram impossibilitados de compartilhar o dia a dia com seus interlocutores, um elemento que é visto como central nessa condução clássica das etnografias. A continuidade dos projetos e as alternativas para a realização de trabalho de campo parecem ser alguns dos pontos centrais nas atuais discussões travadas entre pesquisadores tanto no Brasil quanto no âmbito internacional. Eventos, minicursos, oficinas, podcasts, vídeo aulas, *webinars* e até mesmo um amplo catálogo bibliográfico organizado por Deborah Lupton intitulado *Doing Fieldwork in a Pandemic* (2020) multiplicaram-se e foram amplamente compartilhados em diferentes plataformas ao longo dos últimos meses. Nesses diversos registros são apresentadas novas sugestões para que as pessoas possam contornar as dificuldades colocadas pela pandemia e/ou reinventar suas formas de estar em campo e conduzir suas pesquisas.

É nesse cenário contemporâneo que a pesquisa antropológica com documentos deixa de ser definitivamente encarada como falha e/ou menos relevante, e passa a ser vista como uma espécie de “solução milagrosa” capaz de tornar viável a manutenção de uma série de investigações². Para muitos pesquisadores que realizam estudos de caráter qualitativo – sobretudo pós-graduandos e outros cientistas financiados por agências públicas e privadas que determinam prazos bastante restritos para a apresentação de resultados –, a possibilidade de se voltar para os documentos como forma de manter os projetos em andamento é uma alternativa teórico-metodológica crucial para a continuidade de seus projetos científicos e expectativas acadêmicas.

Etnografia e documentos: desafios contemporâneos e potencialidades

Cientes da transformação pela qual a pesquisa antropológica com documentos passou nos últimos tempos, trataremos agora dos desafios e das potencialidades de se interrogar um variado conjunto de papéis e outras formas de registros – burocráticos ou não – em projetos que adotam uma perspectiva qualitativa.

Começemos pela definição do que pode ser entendido como um documento em um determinado contexto. Ao estudar a importância dos documentos de identificação civil, a antropóloga Mariza Peirano (2006) afirma que um documento é aquilo que qualifica um sujeito como um cidadão de um determinado Estado nacional. Nas palavras da autora, o documento “legaliza e oficializa o cidadão e o torna visível, passível de controle e legítimo para o Estado; o documento *faz* o cidadão em termos performativos e obrigatórios” (p. 26-27, grifos no original).

Se extrapolamos as considerações de Peirano para outros tipos de documentos, tais como sentenças, decretos, portarias, medidas provisórias, resoluções etc., observamos que esses também contribuem para conformar uma determinada decisão, questão ou fenômeno visível, legítimo e passível de ordenamento. Nesse sentido, a depender do objeto e desenho da pesquisa, podemos ampliar essa noção de documento para diferentes peças e materiais, como, por exemplo, gravações em áudio e/ou vídeo, cartas, matérias de jornal, minutas de conferências ou assembleias, laudos, comprovantes de viagens e registros de atendimento, dentre outras coisas, de modo a tomá-las como *artefatos de documentação*. Ou seja, por documentos entendemos não apenas a “papelada oficial” produzida por agentes e agências burocráticas estatais, organismos de regulação internacional ou instituições privadas, mas também tudo aquilo que

produz registros que classificam e/ou ordenam uma determinada pessoa, objeto, situação e/ou fenômeno.

Passemos agora para os desafios metodológicos de pesquisar *os* ou *com os* documentos. Vianna (2014) descreve como a junção em uma mesma expressão dos termos “etnografia” e “documentos” causa estranhamento entre antropólogos. De acordo com a autora, essa postura de desconfiança tem a ver com antigas ficções e idealizações acerca do “trabalho de campo” na antropologia e o suposto “acesso ao que é real e verdadeiro” que ele promove. Nesse sentido, a confiabilidade dos dados permanece como um primeiro desafio para aqueles que pretendem trabalhar com os documentos. A crítica feita é de que não é possível saber se o que está registrado é verdade e/ou se corresponde ao que de fato aconteceu em um determinado contexto. Logo, quaisquer análises e/ou abstrações feitas a partir desse material poderiam ser consideradas fraudulentas, errôneas ou insustentáveis.

Um desdobramento dessa primeira dificuldade em lidar com a pesquisa documental diz respeito ao que a autora chama do “acesso mediado” em relação ao que está documentado. Isto é, na medida em que o pesquisador só pode ler/observar o que foi registrado por outra pessoa, os dados contidos nos documentos serão sempre, de certa forma, viesados a partir da perspectiva da figura do documentador. Em consequência, aquilo e/ou aquele que foi “documentado” nunca poderá ser diretamente questionado, visto ou ouvido pelo pesquisador. Assim, a crença de que só é possível fazer uma pesquisa etnográfica “estando lá” ainda serve de sustentação à ideia de que não é concebível realizar uma pesquisa científica confiável a partir de uma etnografia dos documentos.

Além da confiabilidade e do acesso mediado ao material, Vianna (2014) aponta também o problema das “lacunas” e “silêncios” que permeiam os documentos e que neles parecem se destacar mais intensamente. Em diversas ocasiões, não encontramos nos documentos os dados e as informações que julgamos fundamentais para o avanço do projeto. Esse terceiro desafio da pesquisa com documentos torna-se ainda mais patente quando formulamos perguntas cujas respostas não podem ser encontradas no que está registrado no material coletado.

Contornar essa sensação de falta ou de ocultamento com a finalidade de pensar em estratégias para superar essa suposta “incompletude” dos papéis é, por vezes, muito difícil. Porém, esses são passos necessários para levar a cabo um projeto de pesquisa envolvendo documentos. Como escreve Vianna, “é no desenho sinuoso da produção de suas faltas e parcialidades que devemos procurar sua

riqueza específica, sua força como constructo e como agente social, como marcas que nos indicam os mundos de onde emergem, mas também os novos mundos que fazem existir” (2014, p. 47).

Levando isso em consideração, uma das maiores potencialidades da pesquisa com documentos reside em sua capacidade de produzir a realidade e consolidar certas percepções e/ou interpretações de dados fenômenos sociais (Freire, 2022) por meio do próprio ato de documentação. Além dessa preocupação mais ampla com as propriedades sociais dos documentos e registros oficiais, é importante também destacar o lugar ocupado por esses papéis no funcionamento da administração estatal e desenho de políticas públicas. No vocabulário latouriano, não devemos tomar esses registros como meros *intermediários* – isto é, elementos que fazem circular significados sem transformá-los –, mas sim como *mediadores*, ou seja, como instrumentos que “transformam, traduzem, distorcem e modificam o significado ou os elementos que supostamente veiculam” (Latour, 2012, p. 65).

Assim, de modo a colocar sob interrogação a premissa de que um documento deve ser apenas um “espelho da realidade” ou sua pura representação, consideramos que, ao invés de descrever ou refletir a realidade, os documentos possuem a função de produzir, dar materialidade e estabilizar a realidade ao classificar indivíduos em determinadas categorias, atestar determinados aspectos, comprovar certas experiências, certificar diferentes interpretações etc. Como sugerido em outro artigo de um dos autores (Freire, 2016), os documentos operam situacional e contextualmente como *objetos performativos*, uma vez que dentre suas propriedades está a aptidão para concretizar e sedimentar “versões” e “verdades” sobre algo ou alguém.

Em suma, como descreveu Evans (2014), documentos podem ser ao mesmotempo uma *tecnologia de persuasão* e uma *tecnologia de materialização*. Tecnologia de persuasão porque permitem produzir visualizações e narrativas convincentes sobre o que quer que eles descrevam e tecnologia de materialização porque tornam dadas ideias rastreáveis e localizadas, bem como, no caso específico pesquisado pelo autor, permitem antever os resultados de um determinado projeto de intervenção urbana. A seguir, apresentaremos um exemplo de como a pesquisa etnográfica com documentos pode ser mobilizada para discutir simultaneamente questões de regulação internacional e de reconhecimento social por meio do entrelaçamento do fazer científico com os marcadores sociais da diferença, especialmente pelas categorias de sexo/gênero e nacionalidade.

Regulações da feminilidade no esporte internacional: entre escalas e autoridades

Um dos autores realizou pesquisa de doutoramento sobre as regulações estabelecidas com o objetivo de alinhar a elegibilidade da categoria feminina nos esportes de alto rendimento (Pires, 2020). Esse tipo de regulação é uma prática classificatória recorrente em instituições esportivas para direcionar quem pode participar enquanto “mulher” de competições internacionais, tais como os Mundiais de modalidades diversas e os Jogos Olímpicos. Nesse sentido, desde o começo da institucionalização do *campo esportivo* (Bourdieu, 2007), regras foram criadas para manejar essa inclusão feminina de acordo com as convenções sociais de cada época.

Evidentemente, essas convenções sociais também organizaram ao mesmo tempo em que foram implicadas pelas práticas médicas e pelos fazeres científicos que se desenvolveram com o tempo. Logo, no começo do século XX, as atletas eram investigadas por meio de inspeções visuais para que fossem elegíveis com a finalidade de competir na categoria feminina, mas esse método de testagem evoluiu, de modo que passamos da observação de genitálias e características sexuais secundárias para aferir seus corpos com testes cromossômicos e, finalmente, avaliações hormonais.

Esse controverso e histórico regulatório foi documentado pelas próprias entidades esportivas, como o Comitê Olímpico Internacional (COI). Vários artefatos físicos dessa coleção podem ser encontrados no *The Olympic Studies Centre* (OSC), em Lausanne, na Suíça, mas uma alternativa mais democrática para acessar esse material, além da habitual pesquisa bibliográfica, foi analisar os arquivos digitalizados pela *Olympic World Library* (OWL), um portal dedicado ao estudo do olimpismo. Nele, podemos encontrar os relatórios dos Jogos Olímpicos de cada edição, onde constam os dados relacionados às testagens médicas e antidopagem.

Além desse acompanhamento documental da regulação da categoria feminina sistematizado pela própria entidade ou pelos comitês nacionais de cada Olimpíada, outros espaços de consulta foram utilizados, como as publicações da *Olympic Review/Revue Olympique*, revista fundada por Pierre de Coubertin em 1894, sendo um espaço privilegiado de memória tanto das convenções sociais quanto das controvérsias regulatórias que envolviam os membros do COI ao longo das décadas. Outros autores tiveram contato com os arquivos pessoais de antigos gestores olímpicos, o que possibilitou, por exemplo, acesso às cartas desses mandatários com outros membros da entidade (Guttmann, 1992; Pieper, 2016).

Essa parte propriamente moral da discussão social que envolvia a institucionalização dessas entidades esportivas, bem como a delimitação das regras de elegibilidade e dos modelos competitivos, não está apartada da documentação médica e científica que também acompanhou esse longo percurso regulatório da categoria feminina. Aliado às cartas, minutas, atas, publicações e resoluções que percorriam as gestões olímpicas desses membros e suas vidas sociais na administração do esporte internacional – muitos deles atuavam em outras entidades, como comitês nacionais ou confederações de modalidades específicas – também havia um importante material a ser investigado em relação à ciência que passou a embasar essa atuação institucional.

Em outro artigo, esse percurso histórico foi melhor detalhado (Pires, 2021), mas vale frisar na sumarização metodológica que realizamos neste capítulo que mesmo os periódicos científicos constituem fontes fundamentais de pesquisa, não apenas na sustentação bibliográfica que um projeto acadêmico deve manter, mas enquanto um objeto de pesquisa propriamente dito, pois uma análise comparativa das publicações nos ajuda a elucidar as maneiras de consensuar um determinado *fenômeno social* enquanto *fato científico*. Ou seja, observar a circulação dos autores, os temas recorrentes e as políticas editoriais em certo periódico podem ser instrumentos eficazes para aferir a construção da legitimidade científica.

Nesse sentido, essa pesquisa documental entrelaçando fontes institucionais com publicações científicas se mostrou relevante para acompanhar outra síntese dessa dualidade produtiva dos papéis enquanto “persuasão” e “materialização”, isto é, os documentos como artefatos que fabricam reconhecimento social. Alguns casos mais recentes de atletas investigadas – e usualmente banidas de competir – na categoria feminina seguiram um caminho de judicialização em torno dessa inclusão esportiva. A Corte Arbitral do Esporte (CAS), também em Lausanne, na Suíça, atua desde 1984 como um tribunal internacional de mediação e regulamentação das disputas esportivas.

Um outro recorte de pesquisa foi, então, os informes para imprensa e as sentenças julgadas pelos painéis de juízes vinculados à CAS em cada disputa que envolvia a elegibilidade da categoria feminina, como ocorreu com o caso de Dutee Chand e *Athletics Federation of India* contra a *World Athletics* (antiga Associação Internacional de Federações de Atletismo, em inglês IAAF) e o caso de Caster Semenya e *Athletics South Africa* contra a mesma *World Athletics*.

No material jurídico, o conflito regulatório que aparecia em menor escala durante uma narração esportiva de determinada competição ou uma

reportagem de jornal entrevistando personagens do cenário atlético, ganhava peso simbólico e processual com a linguagem dos direitos humanos estruturando os limites éticos e científicos dessas políticas esportivas, por um lado; frente às reivindicações das atletas, por outro lado. Nas sentenças, as hierarquias sociais que estavam presentes nos papéis institucionais ao longo das décadas transbordavam sem descontinuidade histórica com as autoridades em conflito durante as representações das partes.

Saberes médicos e científicos que acionavam dados, gráficos e expertises materiais em relação ao corpo biológico receberam uma maior receptividade do que saberes bioéticos e científicos voltados às humanidades. Naquele cenário internacional, a linguagem dos direitos estava mais associada ao saber hormonal. Contudo, eram as relações sociais e institucionais que informavam essas definições de autoridade. A celeuma esportiva em torno da feminilidade sempre apareceu em contextos mais localizados como desconfortos de inclusão a partir do sexo/gênero e da nacionalidade das atletas, mas se delinearum cada vez mais um problema social sobre o ordenamento biológico e jurídico da realidade.

Esse trânsito entre os tipos e as escalas das documentações ajuda a vislumbrar como valores, conhecimentos e relações podem se sedimentar como fatos científicos ou formas de reconhecimento. Seguindo um caminho metodológico de pesquisar cartas, discursos e relatórios das entidades esportivas, passando por um acompanhamento da ciência ao longo do século XX – com o debate hormonal ganhando centralidade no mundo acadêmico e político – até chegar nas últimas décadas do século XXI com as mediações internacionais dos casos das atletas investigadas, conseguimos notar como expectativas biológicas andam em conjunto com ansiedades sociais mais alargadas.

As entidades esportivas falam hoje em dia que seus protocolos seriam “documentos vivos” prontos para serem atualizados tão logo os consensos morais e científicos sobre o funcionamento hormonal na categoria feminina avance. Por isso, aconselhamos que esses documentos distintos entre si sejam vistos como instrumentos de regulação social precisamente porque atuam na classificação e qualificação diferenciada dos sujeitos. A comunicação entre os papéis garante uma disseminação dos conhecimentos mais legítimos para o cenário em questão, mas também funciona como um validador de coerências sobre os corpos, as feminilidades e os rendimentos atléticos esperados de mulheres no ambiente esportivo em nível internacional.

A título de sumarização

1. A etnografia *dos e/ou com* documentos não pode ser encarada como uma espécie de bote salva-vidas de pesquisas interrompidas pela pandemia de Covid-19. Fazer uma etnografia de documentos implica investigar como, para quê e por quem esses documentos são produzidos e mobilizados nos mais diferentes contextos. Isto é, ela demanda que possamos acompanhar as situações nas quais esses papéis são confeccionados, acionados e arquivados. No entanto, o acúmulo teórico e metodológico nesse campo nos oferece algumas pistas valiosas sobre as possibilidades e os caminhos para a pesquisa antropológica em tempos de isolamento social. Assim, a pesquisa com documentos pode nos auxiliar na realização de propostas investigativas como as de *mapeamento das controvérsias* de Bruno Latour (2000) ou as de *disputas pelo enquadramento da realidade* de Luc Boltanski e Laurent Thévenot (1991). Por si só, essas já são propostas de tipos de pesquisa que valem a pena ser feitas, mas também contribui enormemente para contextualizar e/ou refinar outras questões abordadas em outras investigações sociais.
2. O que pode ser entendido como um documento? Argumentamos que um conjunto de materiais formado por diferentes tipos de registros, tais como decretos, projetos de lei, reportagens, artigos científicos, entrevistas, declarações, laudos, informes etc., funcionam como documentos. Sem ignorar as especificidades de cada um, todos eles funcionam como *artefatos de documentação*, uma vez que eles produzem registros escritos, visuais e/ou sonoros que podem ser posteriormente arquivados, acessados e mobilizados das mais variadas formas para os mais distintos fins. Por mais que eles tenham pesos e poderes diferentes – afinal, um decreto oficial assinado por um governador não é a mesma coisa que uma entrevista concedida em um programa de televisão, assim como um artigo acadêmico não é a mesma coisa que uma reportagem ou um editorial –, todos concorrem na produção de uma espécie de “visão pública” e percepção sobre o ordenamento social que conforma um determinado assunto ou fenômeno que estejamos interessados em investigar.
3. É preciso estar atento aos modos de relação entre os documentos e a realidade. Para as ciências sociais, a ideia de que a “realidade” resulta de uma construção social é um lugar-comum. Pontuamos há muito tempo que as categorias empregadas para compreender e dar sentido ao que nos cerca dependem do estabelecimento de convenções sociais e acordos coletivos. Aliás, a fabricação social da realidade torna-se ainda mais realçada quando

observamos como se dá a institucionalização de algo como um “problema social” (Lenoir, 1998). Um amplo conjunto de antropólogas e antropólogos interessados em estudar a importância dos documentos vem demonstrando por meio de suas etnografias as variadas maneiras com que certidões, ofícios, relatórios, decretos, dentre outras formas assumidas por essa “papelada” não necessariamente refletem, representam ou descrevem a realidade que se encontra diante dos nossos olhos. Pelo contrário, como destacado por autoras como Adriana Vianna (2014) e Leticia Ferreira (2013), os documentos possuem uma *força social* própria e operam ativamente para a produção de mundos sociais, fazendo com que determinadas coisas sejam atestadas ao dar a elas um estatuto de verdade/realidade.

4. É importante observar as escalas de produção dos documentos para aferir como a materialidade dos papéis se sedimenta em cada contexto (Strathern, 2014). Entender a relação entre os agentes e as instituições que documentaram em níveis diferenciados os mesmos fenômenos sociais ajuda no desenvolvimento de pesquisas mais multissituadas (Clifford e Marcus, 2016), além de organizar novos arranjos de análise para a compreensão do recorte de campo estudado. Outra posição fundamental em qualquer pesquisa com fontes documentais está na compreensão de que ali também se percebe a parcialidade (Haraway, 1995) da produção dos dados ou mesmo da veracidade do que o material atesta. A mediação dos papéis que inscreve algo sobre alguém ou algum evento está ela mesma inserida em redes de poder que hierarquizam os interesses e as práticas que, por sua vez, influenciam na representação, documentação e disseminação da circulação mais legítima de tal registro.

-
- 1 Para uma versão ampliada do debate histórico sobre a utilização dos documentos na pesquisa antropológica, ver Freire, 2022.
 - 2 Outro “movimento migratório” das pesquisas antropológicas no contexto mais restrito da pandemia de Covid-19 foi em direção ao campo da etnografia digital. Para uma abordagem mais ampla sobre pesquisas etnográficas no universo online, ver o texto de Cesarino, Walz e Balistieri nesse volume.

Referências bibliográficas

- BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. *De la justification: les économies de la grandeur*. Paris: Gallimard, 1991.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- CASTRO, Celso. Apresentação. In: _____. (Org.). *Evolucionismo cultural: textos de Morgan, Tylor e Frazer*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005. p. 7-40.
- CLIFFORD, James; MARCUS, George. *A escrita da cultura: poética e política da etnografia*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ/Papéis Selvagens, 2016.
- CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Tempo imperfeito: uma etnografia do arquivo. *Mana*, v.10, n.2, p. 287-322, 2004.
- EVANS, Gilles. What Documents Make Possible: Realizing London's Olympic Legacy. In: HARVEY, Penny et al. (Eds.). *Objects and Materials*. New York: Routledge, 2014. p. 399-408.
- FERREIRA, Letícia. “Apenas preencher papel”: reflexões sobre registros policiais de desaparecimento de pessoa e outros documentos. *Mana*, v. 19, n. 1, p. 39-68, 2013.
- _____.; LOWENKRON, Laura (Orgs.). *Etnografia de documentos: pesquisas antropológicas entre papéis, carimbos e burocracias*. Rio de Janeiro: E-papers, 2020.
- FREIRE, Lucas. Sujeitos de papel: sobre a materialização de pessoas transexuais e a regulação do acesso a direitos. *Cadernos Pagu*, n.48, p. 1-34, 2016.
- _____. Indícios e registros da “realidade da crise”: a pesquisa etnográfica com documentos e suas possibilidades. *Etnografias Contemporâneas*, v. 8, n. 15, p. 98-121, 2022.
- GUTTMANN, Allen. *The Olympics: A History of the Modern Games*. Urbana: University of Illinois Press, 1992.
- HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, n. 5, p. 7-41, 1995.
- LATOUR, Bruno. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.
- _____. *Reagregando o social: uma introdução à teoria do Ator-Rede*. Salvador/Bauru: EdUFBA/EDUSC, 2012.
- LENOIR, Remi. Objeto sociológico e problema social. In: CHAMPAGNE, Patrick et al. (Orgs.). *Iniciação à prática sociológica*. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 59-106.
- LUPTON, Deborah (Ed.). *Doing Fieldwork in a Pandemic* (crowd-sourced document). 2020.
- MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia*. São Paulo: Ubu, 2018 [1992].

- PEIRANO, Mariza. De que serve um documento? In: PALMEIRA, Moacir; BARREIRA, Cesar (Orgs.). *Política no Brasil: visões de antropólogos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/NUAP, 2006. p. 25-50.
- PIEPER, Lindsay. *Sex Testing: Gender Policing in Women's Sports*. Urbana: University of Illinois Press, 2016.
- PIRES, Barbara Gomes. *A gestão da integridade: corpo, sujeição e regulação das variações intersexuais no esporte de alto rendimento*. Doutorado em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.
- _____. Pânicos de gênero, tecnologias de corpo: regulações da feminilidade no esporte. *Revista Estudos Feministas*, v. 29, n. 2, e79320, 2021.
- RILES, Annelise. *Documents: Artifacts of Modern Knowledge*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2006.
- STRATHERN, Marilyn. A relação: acerca da complexidade e da escala. In: _____. *O efeito etnográfico*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.
- VIANNA, Adriana. Etnografando documentos: uma antropóloga em meio a processos judiciais. In: CASTILHO, Sergio; SOUZA LIMA, Antonio Carlos; TEIXEIRA, Carla (Orgs.). *Antropologia das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações*. Rio de Janeiro: Contra Capa/FAPERJ, 2014. p. 43-70.

Leituras recomendadas

- CESARINO, Letícia. Antropologia multissituada e a questão da escala: reflexões com base no estudo da cooperação sul-sul brasileira. *Horizontes Antropológicos*, v. 20, n. 41, p. 19-50, 2014.
- DAS, Veena; POOLE, Deborah (Eds.). *Anthropology in the Margins of the State*. Santa Fe: School of American Research Press, 2004.
- FERREIRA, Leticia de Carvalho Mesquita. *Pessoas desaparecidas: uma etnografia para muitas ausências*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.
- GRAEBER, David. *The Utopia of Rules: on Technology, Stupidity, and the Secret Joys of Bureaucracy*. Brooklyn: Melville House, 2015.
- GUPTA, Akhil. *Red Tape: Bureaucracy, Structural Violence, and Poverty in India*. Durham/London: Duke University Press, 2012.
- GUTTERRES, Anelise. As múltiplas assinaturas do Estado: práticas do município-réu nos processos de (des)habitação no Rio de Janeiro. *Anuário Antropológico*, Brasília, v. 42, n. 2, p. 207-238, 2017.
- HULL, Matthew. Documents and Bureaucracy. *Annual Review of Anthropology*, v. 41, p. 251-267, 2012.
- HULL, Matthew. *Government of Paper: The Materiality of Bureaucracy in Urban Pakistan*. Berkeley: University of California Press, 2012.

- NADAI, Larissa. Entre estupros e *convenções narrativas*: os Cartórios Policiais e seus papéis numa Delegacia de Defesa da Mulher (DDM). *Horizontes Antropológicos*, v. 22, n. 46, p. 66-96, 2016.
- _____. *Entre pedaços, corpos, técnicas e vestígios: o Instituto Médico Legal e suas tramas*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, UNICAMP, São Paulo, 2018.
- VEIGA, Cilmar. *O caso do Maníaco Matador de Velhinhas: entre trâmites processuais e diferentes formas de narrar que enredam um crime em série*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, UNICAMP, São Paulo, 2018.
- VIANNA, Adriana (Org.). *O fazer e o desfazer dos direitos: experiências etnográficas sobre política, administração e moralidades*. Rio de Janeiro: E-papers, 2013.

PARTE III

ENSAIOS

Capítulo 5

Não se nasce, torna-se militar: o processo de entrada nas academias militares brasileiras através da teoria da prática

Tatiane Moura Amaral*

Influenciados pela filosofia, antropologia e sociologia, a partir da década de 1990, a virada prática nas relações internacionais (RI) passa a tensionar as noções em torno dos tópicos agência/estrutura, virada cultural e ontologias complexas referentes à teoria social, a fim de construir um aparato conceitual para ler o sistema internacional. Buscando o trabalho de diferentes teóricos importantes, o sociólogo Pierre Bourdieu pode ser apontado como uma das mais notáveis inspirações para esse movimento. Este, por sua vez, pertence ao movimento de síntese teórica das diversas abordagens sobre a vida social que norteou a sociologia do século XX, caracterizado pelo desejo de romper com as teorias pautadas nas polarizações e fragmentações recorrentes nas teorias sociológicas da época (Carvalho, 2003; Setton, 2002).

Sendo seu foco de estudo a mediação entre a sociedade e o agente social, Bourdieu identificou um dos principais problemas dos estudos contemporâneos das RI em relação à teoria, metodologia e pesquisa empírica, por que se expressa – ainda – na organização do campo através da oposição entre um mainstream objetivista-empiricista e uma forma idealista de construtivismo, que negligencia conhecimentos básicos sobre como práticas sociais surgem, persistem e restringem atores para além de suas imaginações e crenças individuais. Esta oposição entre objetivismo e subjetivismo organiza toda uma série de oposições homólogas, como materialismo *versus* idealismo, economia *versus* cultura, mecanismo *versus* finalismo, explicação causal *versus* compreensão interpretativa, que se reforçam

* Gostaria de agradecer à Bárbara Motta, Vítor Costa e Isabel de Siqueira pelos comentários carinhosos e construtivos em versões anteriores deste esforço de destacar a interdisciplinaridade do campo das Relações Internacionais.

a todo tempo e moldam as práticas das ciências sociais ao serem naturalizadas junto de outras oposições fundamentais – e, portanto, não questionadas e investigadas (Bourdieu, 1988 apud Bigo, 2011).

Uma de suas contribuições para o campo das RI, nesse sentido, é a redefinição da relação entre teoria e prática e sua insistência para que o campo se engaje com práticas em suas pesquisas. Como *um meio do caminho*, “prática” e “senso prático”, elementos fundamentais em seu trabalho, encapsulam a rejeição ao dualismo entre objeto e sujeito, materialidade e ideia, entre outros, desestabilizando-os. Não é possível separar ideias, normas e valores das práticas nas quais estão embutidas, nas disputas de poder, nas estratégias de distinções, nas violências simbólicas nas quais se fazem presentes; assim, conduzir uma pesquisa praxiológica que *dê foco às práticas* buscando reconstruir seus significados é a opção (Bigo, 2011, p.235-236; Bueguer, 2013, p.383).

Este capítulo, neste sentido, busca em um primeiro momento realizar um breve debate entre a aplicabilidade da teoria da prática e sua metodologia para, em seguida, valendo-se da noção de habitus, campo e ethos-héxis de Pierre Bourdieu, perceber como é possível - e positivo - utilizar esta metodologia quando se objetiva analisar a entrada no campo militar brasileiro através das Academias Militares e a inculcação da identidade militar nacional. Os trabalhos de Bueguer (2013), que busca construir as principais diretrizes para uma pesquisa praxiológica, bem como os trabalhos de Anna Leander (2011), Didier Bigo (2011) e Rocha de Siqueira (2019), se fazem relevantes este esforço de pesquisa e estarão presentes ao longo de todo o texto.

Teoria da prática

Popularizada nas RI através da virada prática, a praxiologia, ou teoria da prática, traz diferentes vantagens, ferramentas e conceitos que avançam com o campo ao mesmo tempo em que o distancia do embate entre objetivismo e empirismo. Como coloca Bueguer (2013, p.384), a teoria da prática e seu vocabulário nos permite um melhor diálogo interparadigmático; uma melhor conceituação da mudança social de curto prazo; uma maior aproximação das atividades cotidianas de quem fala, escreve e faz política; encontrar uma conceituação mais adequada da dinâmica agência-estrutura; uma melhor conceituação de zonas cinzentas ontológicas; reavaliar o papel das coisas e objetos; ou mesmo desenvolver formas de análise que ressoem em outras comunidades para além da acadêmica. Ainda, como coloca Rocha de Siqueira (2019, p.96), a teoria da prática é uma lente

interessante, pois oferece um olhar para os processos sociológicos mundanos, que são também estruturais e estruturantes.

A proposta da virada prática¹ nas relações internacionais (Bueger e Gadinger, 2014), movimento que enfatiza que a realidade social é construída através de indivíduos *agindo* no mundo, é fazer análises adotando uma postura epistemológica e metodológica mais sociológica e interpretativa. As práticas de um indivíduo, ações cotidianas e ordinárias, são trazidas para o centro da análise e encaradas como propulsora e construtora das dinâmicas das relações internacionais. O foco ontológico, portanto, não está nem no interno (nos pensamentos dos agentes) e nem no externo (nas formas das estruturas), mas sim no encontro destes dois elementos nas práticas desses agentes.

Segundo Bueger, podemos entender por práticas:

movimentos corporais significativos e regulados, que dependem de um conhecimento incorporado implícito relacionado. Uma vez que a maioria das práticas lida com artefatos (...), as práticas são frequentemente padrões rotinizados de comportamento usando artefatos. (Bueger, 2013, p.387, tradução nossa)

Assim, ganhando materialidade através de corpos e artefatos, elas são uma combinação de “(1) formas de atividades corporais e mentais, (2) artefatos ou ‘coisas’ e seu uso, e (3) um fundo, conhecimento implícito ou tácito que organiza a prática e dá significado a ela” (Bueger, 2013, p.387, tradução nossa). Dessa forma, se confere agência a uma gama muito maior de atores, indo além daqueles entendidos como tradicionais no campo das RI, como mulheres, *queers*, indígenas, movimentos sociais transnacionais, entre outros marginalizados pelo *mainstream* do campo. Ao perceber, então, como indivíduos performam e externalizam seus entendimentos e que internalizações cotidianamente dão sentido a sua realidade social, a grande imagem do sistema internacional se torna um acúmulo de práticas individuais e coletivas entrelaçadas que produzem resultados específicos; assim, indivíduos e elementos, não limitados por fronteiras nacionais, se tornam os atores da política mundial (Marques, 2019; Cornut, 2015).

As abordagens tradicionais positivistas nesse sentido se tornam inadequadas para certos esforços de pesquisa na medida em que, ao possuírem compromissos ontológicos e epistemológicos limitados, se valem de ferramentas que podem engessar, defasar ou até mesmo eliminar esses indivíduos e artefatos e, portanto, tornar o resultado da pesquisa insuficiente e/ou enviesado. Afinal, elas se valem de

conceitos que desejam conferir às ciências sociais mais “cientificidade”, adotados e/ou inspirados nos padrões da ciência natural, que objetiva alcançar leis universais e inquestionáveis, que possibilitem a observação de fenômenos de forma impessoal, levando o autor a regras gerais² (King, Keohane e Verba, 1994; Ladyman, 2012; Popper, 1998[1963]; Quine, 1975; Kuhn, 1996; Inayatullah, 1998).

A discussão metodológica dentro da virada prática, no entanto, ainda é limitada. Enquanto as discussões sobre métodos, estilos de raciocínio e pesquisa em relação às teorias *mainstream* estão avançadas e possuem uma robusta tradição, os debates sobre metodologias que se valem das tradições interpretativas e qualitativas (ou construtivistas), por sua vez, caminham a passos lentos. Como aponta Bueger, existe uma “falta de reflexão sobre a prática da pesquisa – uma discussão que tende a ser deixada para outras disciplinas (incluindo matemática, sociologia ou antropologia) – discursos que precisam ser importados e traduzidos a um custo considerável” (Bueger, 2013, p.386, tradução nossa).

Todavia, não existe um manual ou modelo metodológico que possa ser seguido para levar adiante uma pesquisa que se vale da teoria da prática, dada a multiplicidade de influências, questões e oposições. O que se tem é uma variedade de teorias focadas na *prática* que irão se adaptar a cada contexto de investigação. “A praxiografia não é uma estratégia singular (...). Requer misturar e combinar estratégias diferentes entre si ou inventar novas em resposta ao material estudado” (Bueger, 2013, p.385-386, tradução nossa). O foco dos praxiólogos, então, está em perceber o conhecimento implícito, que raramente é verbalizado e, portanto, dificilmente é “legível” a partir de significantes, falas e discursos, isto é, das práticas, que pode ser feito através de entrevistas, visitas, fotografias, observação, documentos oficiais, entre outros.

Em uma estratégia de “olhar para baixo” (Kwa, 2002, eLaw, 2010 apud Bueger, 2013, p.389), o objetivo é compreender o local, o irregular e o ordinário, buscando capturar todas as implicações das práticas do campo em análise. “Os conceitos e vocabulários são então tratados como parte do social e são vistos como inseridos no contexto, tempo e espaço (...) o objetivo é sentir a materialidade mundana da vida e ‘sentir ao redor’ em contextos locais” (Bueger, 2013, p.389, tradução nossa). Apesar de parecer simples, reconstruir o conhecimento implícito que está presente nestas ações demanda interpretação, para além da observação, fazendo com que a praxiografia seja um caminho de pesquisa que exige mais cuidado (Bueger, 2013, p.388).

Por se tratar de um conjunto de abordagens diversas, complexas e às vezes até mesmo contraditórias (Cornut, 2015), os praxiólogos desenvolveram

diferentes maneiras de conceituar o conhecimento do qual as práticas dependem. É neste sentido que os conceitos de *habitus*, campo e doxa³ de Pierre Bourdieu são avançados. Passaremos então a nos valer destes conceitos a fim de explicá-los enquanto os aplicamos para perceber diferentes nuances do processo de entrada nas Academias das Forças Armadas Brasileiras.

O (sub)campo militar

O trabalho de Bourdieu alcança o campo das relações internacionais tardiamente, talvez parte como consequência de indiferença, mas também parte pela forma como seu trabalho “desestabiliza muitas tradições de pesquisa influentes, sejam ‘convencionais’ ou ‘construtivistas’. Ele às vezes é citado, mas a referência tende a ser superficial. Além disso, poucos respondem positivamente a provocações como as que Bourdieu faz em ‘*Vive la crise*, por uma heterodoxia nas ciências sociais” (Bigo, 2011, p.226, tradução nossa). A escolha pelo aparato teórico e de ferramentas bourdieusianas se justifica então pela forma relacional de tratar as práticas, pois fornece uma maneira de combinar pesquisa empírica com reflexividade política e filosófica para superar tensões entre o objetivismo e o subjetivismo (Bigo, 2011, p. 233; Leander, 2011, p. 294; Rocha de Siqueira; 2019, p. 104). Desta forma, neste capítulo, o utilizamos para perceber outras nuances da identidade militar brasileira e seu processo de inculcação nos indivíduos⁴.

Ao buscar resolver o problema da interiorização da exterioridade e da exteriorização da interioridade, Bourdieu propõe uma articulação dialética do ator social e da estrutura social recuperando a ideia escolástica de *habitus*. Ao reestruturá-lo de forma a ratificá-lo como uma noção mediadora dentro do embate entre objetivismo e fenomenologia, define-o como um

[s]istema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, como princípio que gera e estrutura as práticas e as representações que podem ser objetivamente “regulamentadas” e “reguladas” sem que por isso sejam o produto de obediência a regras, objetivamente adaptadas a um fim, sem que se tenha a necessidade de projeção consciente deste fim ou do domínio das operações para atingi-lo, mas sendo, ao mesmo tempo, coletivamente orquestradas sem serem o produto da ação organizadora de um maestro (Bourdieu, 1983b, p.60).

Em outras palavras, podemos entender por *habitus* o conhecimento implícito inscrito nos corpos dos indivíduos. Nesse sentido, “[é] uma prática advinda do conhecimento interno do campo e da histerese do comportamento quanto

à transformação de seus limites. O *habitus* é uma corporificação coletiva tanto quanto o campo é um campo de indivíduos, mas gera criatividade” (Bigo, 2011, p.243, tradução nossa). O *habitus*, assim, é uma pretensão, uma antecipação das ações de outros agentes do campo que não implica necessariamente um pensamento consciente. É um princípio gerador de improvisações reguladas.

Quando falamos de *habitus* militar deve ser assinalado, desde já, sua relação histórica com a construção social da masculinidade nos países ocidentais. Se a construção do Brasil foi um empreendimento militar, a construção das Forças Armadas foi um empreendimento masculino. Masculinidade e militarismo estão intrinsecamente interligados neste campo e, portanto, irão se apresentar de diferentes formas nos e para os indivíduos que são seus membros.

Todavia, os indivíduos não nascem membros da sociedade militar, já com sua doxa inculcada e seu *habitus* definido (Bourdieu, 2019). Eles nascem com a predisposição para a sociabilidade e dependem de uma porta de entrada para se tornarem membros de uma sociedade, o que corresponde a um processo de socialização. Entende-se, assim, que as ações de um indivíduo não são somente determinadas pelo *habitus*; suas práticas são resultado da relação entre este e sua posição no campo, para além do capital que dispõem, dentro do estado atual da arena social. Como aponta Maton (2012, p.50), Bourdieu expressa essa relação na seguinte equação:

$$[(\textit{habitus})(\textit{capital})] + \textit{campo} = \textit{prática}$$

Habitus e campo, então, existem apenas em relação ao outro, um não pode ser usado independentemente do outro (Bigo, 2011, p. 239). Sendo sempre relacional,

as categorias de percepção e apreciação dos atores e, portanto, suas práticas no mundo, são estruturadas por esse mesmo mundo; assim como a estrutura que oferece possibilidades e constrangimentos é constantemente moldada pelas dinâmicas moventes entre os capitais dos atores, sua distribuição e a estrutura resultante que incorporam. (Rocha de Siqueira, 2019, p.105)

Em termos analíticos, um campo pode ser definido como

uma configuração de relações objetivas entre posições. Essas posições são definidas objetivamente na sua existência e nas determinações que impõem aos seus ocupantes, agentes ou instituições por suas situações

atuais e potenciais (*situs*) na estrutura [mais ampla] da distribuição das diferentes moedas de poder (ou de capital), cuja posse dá acesso a lucros específicos que estão em jogo no campo, ao mesmo tempo, por suas relações objetivas com outras posições [...]. (Bigo, 2011, p.240, tradução nossa)⁵

Quando nos valemos dessa noção para pensar as Forças Armadas no Brasil, se considerarmos a assertiva de Soares (2006) de que as Forças Armadas funcionam como um estado dentro do Estado, podemos percebê-lo como um campo social. Isto é, como Bourdieu (2019) define, como um espaço relativamente autônomo, com regras, disposições e capitais próprios, “cuja estrutura se assemelha à de outros campos sociais, delineando (quando interiorizado) a visão de mundo e o senso prático de seus participantes” (Rosa, 2007, p. 117). É como se existisse uma fronteira mágica que mantém as distâncias entre aqueles eleitos para participarem do campo militar brasileiro e aqueles excluídos.

Retomando a ideia de que os indivíduos nascem com a predisposição para a sociabilidade e dependem de uma porta de entrada para se tornarem membro de uma sociedade, é necessário ressaltar que esse processo ocorre em duas fases ao longo da vida: (i) a socialização primária e a (ii) a socialização secundária (Rosa, 2007; Setton, 2002). Na primeira fase, o indivíduo tem seu primeiro contato com o universo simbólico do campo onde se encontra, sendo envolto por um sistema de referências iniciais que devem ser interiorizadas. Nesse processo a realidade objetiva vivenciada se modifica, sendo ressignificada de acordo com a posição do indivíduo na estrutura social, formando o *habitus* primário do mesmo e servindo de referência inicial para a interiorização de outros sistemas de referências que surgirão no decorrer de sua vida (Rosa, 2007, p.151-152).

A segunda fase envolve, por sua vez, a interiorização de campos sociais específicos, como escola, universidade, local de trabalho, que estão presentes na vida do indivíduo por diferentes variáveis. Nesse movimento, há uma tentativa de inserir um *habitus* secundário sobre o *habitus* primário. Mas há uma resistência por parte do primeiro em se permanecer como única matriz geradora das práticas do sujeito, o que Lóïc Wacquant (2005 apud Rosa, 2007, p.152) chama de “inércia do *habitus*”. A fim de evitar essa inércia em novos campos, é preciso que ocorra uma ação pedagógica capaz de imbuir nos novos participantes do espaço a dinâmica cultural em vigor, a doxa. Para Rosa (2007), no caso da socialização militar, em que um indivíduo se transforma em *militar*, ocorre uma socialização

extremamente violenta do ponto de vista simbólico, que busca, no limite, eliminar o *habitus* primário de um indivíduo para gerar um novo. Essa ruptura com o mundo civil e a inculcação da doxa militar são acontecimentos que tomam parte nas academias militares, mas também em outros espaços de ação pedagógica, que diferem entre si no formato e na duração conforme o nível hierárquico.

Levando em conta que os princípios que dirigem a instituição militar brasileira são a hierarquia e a disciplina (Rosa, 2007; Leirner, 1997), e que uma organização necessita tanto de uma dimensão formal, burocrática e estrutural quanto de uma dimensão informal e simbólica, os símbolos físicos, comportamentais ou verbais que compõem esta última são construídos ou reinterpretados de acordo com os princípios supracitados. Por conseguinte, eles assumem uma função importante ao serem colocados como elementos constitutivos da identidade militar: “fazer funcionar”, de forma coesa e sólida, todas as relações sociais que ocorrem dentro da dimensão burocrática – organização de seus meios (soldados, armas, capital etc.) para alcançar determinados fins (defesa territorial, combate às novas ameaças etc.) – da organização (Rosa, 2007).

Todavia, colocar em prática todo esse aparato simbólico exige a mobilização de um poder que consiga construir uma realidade que dê ao grupo dominado deste campo o sentido imediato do mundo; um poder invisível que só é exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber ao que estão sujeitos ou mesmo que o exercem. “Ao atingir essa eficácia simbólica, o poder consegue impor significações de mundo como legítimas e, ao fazer isso, dissimula as relações de força que estão no fundamento da sua força” (Rosa, 2007, p.39). Nesse sentido, este poder simbólico de construção se torna o mediador entre dois conceitos importantes: a doxa e a violência simbólica.

Se a doxa representa “um ponto de vista particular, o ponto de vista dos dominantes, que se apresenta e se impõe como ponto de vista universal” (Bourdieu, 1996, p.120), importada pela classe dominante, aquela que dispõe de todos os instrumentos, *violentos* ou *não*, para instruir seu ponto de vista; a violência simbólica é o constrangimento estrutural imposto aos dominados produzido justamente pela ordem simbólica dos dominantes em vigor num determinado campo e, por um processo de construção histórica, se torna legítima e dispensa qualquer tipo de contestação (Bourdieu, 1996).

Alexandre Rosa (2007) coloca, de forma clara, que “a violência simbólica é o resultado de uma *ação pedagógica* (AP) exercida por uma *autoridade pedagógica* (AuP) por meio de um *trabalho pedagógico* (TP) que pode ou não estar vinculado

a um *sistema de ensino* (SE)” (Rosa, 2007, p.41, grifos no original). Nesse sentido, a eficácia de uma ação pedagógica, que deve ocorrer em um espaço demarcado, implica a existência de agentes investidos de e autoridade pedagógica neste local, cuja posição lhe fornece o poder de transmitir, impor e controlar a inculcação por meio de um trabalho pedagógico. Este último, por sua vez, deve ser entendido como um trabalho de inculcação que deve se estender o suficiente para produzir uma disposição durável, ou seja, um *habitus*, capaz de permanecer após fim da ação pedagógica. Ao se tornar efetivamente um gerador de disposições, o *habitus* resultante dessa ação pedagógica funciona como um reprodutor da ordem dominante e, assim, a mantém operando. A preservação desse *habitus*, no entanto, só é possível através de sua reprodução contínua, o que ocorre através do “fechamento” da instituição, que favorece fortemente a manutenção e o reforço deste *habitus* durante a carreira do militar⁶.

Uma vez bem demarcada a fronteira entre o mundo militar e os outros mundos, podemos perceber que no interior daquele há uma demarcação fundamental e clara que determina as posições ocupadas pelos que comandam e pelos que obedecem (Rosa, 2007, p.134). O fundamento dessa estratificação e diferenciação é possível em virtude da hierarquia, que é alimentada pela disciplina. Fica claro até aqui a importância que estas possuem em todo o campo militar. Para a organização militar, não só a brasileira, elas são princípios organizativos, valorados e que estão presentes na própria definição constitucional das Forças Armadas⁷.

Finalmente, militar?

O processo inicial de socialização que ocorre nas três Academias brasileiras, Academia da Força Aérea (AFA), Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e Escola Naval (EN), são similares em diversos aspectos e atividades. Todas as atividades possuem significados práticos e simbólicos – são como estratégias de socialização (Rosa, 2007, p.153) – e objetivam imprimir no novo cadete ou aspirante o conjunto de valores, normas e padrões de comportamento necessários à manutenção da identidade e da integridade da instituição, que são ideais masculinos desde a origem do militar moderno.

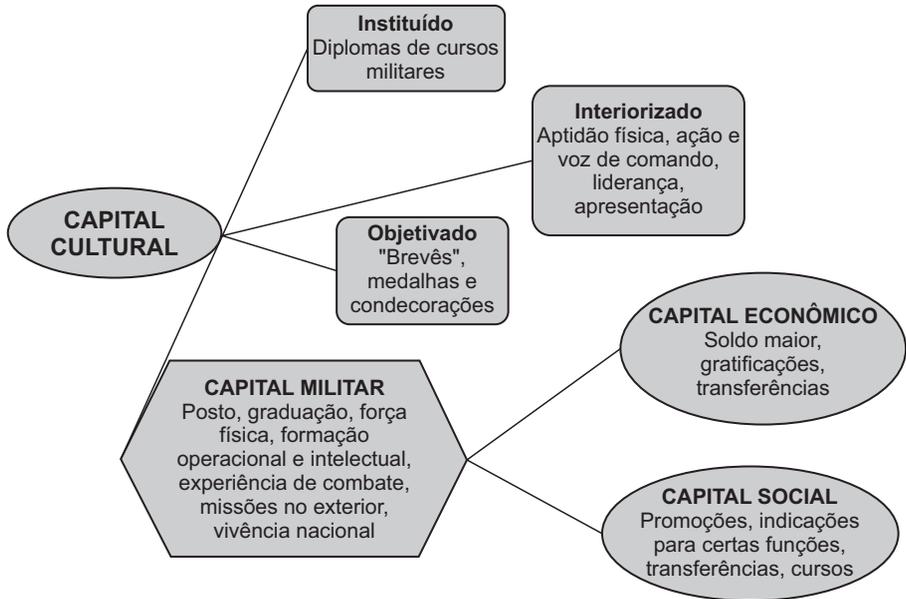
Sendo a hierarquia, através da disciplina, a base sobre a qual o mundo militar se ordena, é a partir dela que se espelham as relações sociais e a visão de mundo dos militares. Isto é, é a partir e através dela que se explicitam os sinais de respeito, honras, cerimoniais, continências, ordens e comandos, tudo isso executado pelos membros das Forças, cada qual em sua posição no interior da organização. Esse

sistema hierárquico militar, apesar de ser um princípio que dá sentido à ação coletiva da instituição, também segmenta seus membros, criando um antagonismo entre dominantes e dominados e uma divisão do trabalho no campo, que tende a colocar à margem determinadas categorias sociais – os dominados – que encontram maiores dificuldades em acumular capital simbólico. As posições que então estruturam o campo militar são demarcadas com base no princípio da hierarquia militar. Toda a estrutura sinaliza para uma organização em formato piramidal, em que a base é maior que o topo (Leirner, 1997; Rosa, 2007).

No entanto, esta estrutura piramidal não opera como um monólito simples e permite segmentação escalonada nos corpos das três forças. A hierarquia das Forças Armadas consiste em um sistema que, dentro da própria pirâmide, a hierarquia é quantitativa e a classificação entre as posições de mesma colocação na hierarquia começa já nas Academias, sendo um processo que acompanha, a partir de então, toda a trajetória do militar (Rosa, 2007). São diversas as possibilidades ao longo da carreira, que dependerão do desempenho do militar e das opções profissionais que surgirem nesse trajeto. A posição do militar no campo militar decorre, assim, de uma dupla chave de classificação disposta, simultaneamente, pelo tempo de serviço na instituição e pelo mérito acumulado em sua classe (Leirner, 1997).

Mais ainda, a possibilidade de acumulação de distinções não é livre e indeterminada. Existem determinadas patentes que são privativas a certas posições no campo, o que implica não só um engessamento de se mover em um espectro entre todas as classificações na hierarquia, mas também na (im)possibilidade de aquisição dos capitais nesse campo, pois este segue uma lógica baseada na hierarquia e nos requisitos para ascensão. Nesse sentido, em um espectro indo do *mais militar* ao *menos militar*, sendo o primeiro grupo a classe dominante, que detém todos os meios de jogar o jogo, acumular todos os tipos de capitais e, portanto, definir as regras do campo, temos:

| MAIS MILITARES | MENOS MILITARES |
|---|---|
| Militares de carreira Especialidade de combatente Oficiais do Estado-Maior Oficiais Exército Militares Homens | Militares temporários Especialidade técnica Oficiais sem Estado-Maior Praças Outras forças militares Cívicas Mulheres |



Fonte: Alexandre Rosa, 2007, p. 145

Nesse sentido, fica claro que é a classe dominante, mais militar, aquela que possui a maior possibilidade de acumular mais capitais e a que consegue se movimentar na cadeia de comando como deseja, “para cima”. Mais ainda, levando-se em conta a própria hierarquia da instituição e o “espectro” de mais ou menos militares que se verifica, temos a definição de um grupo que é mais propício a acumular mais facilmente estes capitais e, assim, chegar nos maiores postos, “os mais militares”: os homens, oficiais, que podem alcançar o Estado-Maior, da especificidade de combatente e que são militares de carreira. Isto é, aqueles que frequentam as academias militares e se especializam nas Armas-fim das respectivas Forças. São os indivíduos deste grupo que podem, ao subir na hierarquia, destarte, influenciar as regras do jogo, as estratégias e os objetos de luta do campo, que têm o poder de manipular a doxa e inculcar em todos os membros o *habitus* que melhor lhes serve.

O processo de socialização total, então, jamais se completa, pois os conteúdos interiorizados se juntam a outras realidades interiorizadas devido à presença do indivíduo em múltiplos campos; por mais que o alto escalão militar deseje, o *habitus* primário e outros *habitus* secundários irão coexistir com o *habitus* militar. Por isso há a necessidade da manutenção da realidade subjetiva, da conservação do *habitus* militar por meio de processos que não são diferentes daqueles que

ocorrem na socialização inicial (Rosa, 2007, p. 154). O ser militar, assim, não depende somente dos conteúdos impostos durante o curso de formação, de oficial ou não, mas depende também da convivência contínua no campo militar e do contato com outros militares, como Piero Leirner (1997) coloca, afinal “só é possível o indivíduo manter sua autoidentificação como pessoa de importância em um meio que confirma esta identidade” (p.154).

Em todo esse processo de formação militar se objetiva construir e imprimir uma forma de pensamento e ação que são características da profissão militar. Tal como em Rosa (2007, p.165), todos esses comportamentos definem o espírito militar, apresentado por Celso Castro (1990). Podemos compreender, assim, que o espírito militar é um tipo específico de subjetividade, construído a partir de outras subjetividades. Ele atua como um pano de fundo cultural compartilhado pelos militares. O autor entende que esse espírito abrange aspectos relativos às chaves de poder/distinção, hierarquia/disciplina e honra/tradição, formando os elementos constitutivos para a manutenção do sistema de posições no campo militar e das relações que servem de base para o que nós entendemos aqui como *habitus* militar.

Os rituais, a rotina regrada, a homogeneização, a frequência do contato, o respeito, a hierarquia, a pressão, a coesão, o companheirismo, o planejamento, os símbolos, as gírias, as preocupações compartilhadas, a oposição entre os civis, a coletividade, entre outros, são todos elementos que estão presentes neste espírito de corpo que é aprendido e incorporado por todos os militares. São as escolhas das especializações – espírito das Armas – que irão diferenciar os indivíduos que frequentam as Academias, mas essas características supracitadas estarão sempre presentes em seus comportamentos e visões de mundo (Castro, 1990).

A dinâmica de um campo tende a ser gerida pelo grupo dominante de forma a conservá-la, e isso implica uma lógica socializadora que imprima essa dinâmica nos novos membros do campo. Assim, “aspectos relativos à hierarquia, à disciplina, à honra e à tradição [assumidos aqui como pilares do campo militar] devem ser devidamente incorporados para, num segundo momento, comporem a matriz geradora das práticas consideradas legítimas nesse espaço de possíveis” (Rosa, 2007, p.171). Nesse sentido, todos esses aspectos – desde o espírito militar, a hierarquia, disciplina, honra e tradição – são incorporados e delimitam, assim, como cada indivíduo, de acordo com sua posição, transforma as disposições sociais (campo) em estruturas mentais (*habitus*), gerando uma matriz única de referência que servirá de guia em suas práticas exteriorizadas no cotidiano (Rosa, 2007).

O *habitus* militar surge, assim, a partir da “exteriorização de disposições morais que regulam a conduta cotidiana do indivíduo militar por meio do *ethos* militar e de princípios interiorizados pelo corpo por meio de seus usos em atividades ligadas à postura, gestos, verbalizações etc. definidos como *hélix* militar” (Rosa, 2007, p.187). *Ethos* e *hélix*⁸ são, então, categorias correlatas e que formam o *habitus* militar na medida em que trabalham juntas na formação dos esquemas de percepção capazes de definir a forma como os militares se movimentam em suas relações (Rosa, 2007).

A demarcação entre o mundo militar e o civil; a correlação e a compatibilidade entre a educação tradicional de casa e a educação profissional militar; a prevalência do mundo militar frente ao mundo civil no corpo e na mente do agente que neles circula, em uma espécie de identidade que não cessa no tempo e que se torna uma marca registrada. Todos esses aspectos operam mais do que apenas um ajuste de subjetividades as quais os sujeitos devem se adequar ao adentrar no campo militar, eles objetivam – e permitem – a conversão do *habitus* do indivíduo, sendo possível observar nos espaços de ação pedagógica esta tentativa de transformação e neutralização do *habitus* civil primário e a consequente totalização do *habitus* militar. Essa nova identidade, a partir de então, construirá a matriz de julgamentos do sujeito e organizará suas práticas (Bourdieu e Parsons, 1982 apud Rosa, 2007, p.189).

É o ajuste que acontece entre as camadas do *habitus* junto da totalização da identidade militar e da adesão dóxica da norma que nos permite compreender como as estruturas sociais são convertidas em estruturas mentais formando o sistema de referência das práticas no campo militar. E são as chaves de poder/distinção, hierarquia/disciplina e honra/tradição que conduzem a lógica de reprodução e conservação dessas estruturas e dinâmicas por toda a vida do militar. É através da externalização destes eixos nos julgamentos morais que os militares realizam que se opera o *ethos* militar (Rosa, 2007, p. 191).

Todos esses elementos demonstram como uma série de injunções tácitas e regulamentares opera nos limites do corpo e da mente de um militar, funcionando como uma estrutura estruturante, condicionando-o a agir e pensar de maneira ortopédica e automática (Rosa, 2007, p.206) em suas atividades. Valendo-se de ferramentas da praxiologia e do aparato teórico oferecido por Pierre Bourdieu, é possível traçar um caminho para compreender como se constrói o ser militar brasileiro e como e por que eles perpetuam sua lógica de funcionamento e identidade, bem como um caminho para compreender uma série de disposições duráveis, inscrita em um conjunto de corpos, que parecem permanentes de forma perpétua.

Todo este quadro não seria possível caso abordagens tradicionais fossem utilizadas para perceber a construção da identidade militar brasileira e sua permanência e força no país, pois elementos e nuances importantes seriam diminuídos ou mesmo excluídos. Os diferentes ritos de passagens, hinos, trotes, as tão bem marcadas rotinas e linguagem corporal, os posicionamentos e falas constantemente reiterados e uníssonos, todos estes elementos que marcam e diferenciam o indivíduo militar são elementos que são inculcados ao longo do processo de entrada neste campo e que ao mesmo tempo em que o representa, também o constrói. Nesse sentido, marginalizá-los em uma análise que visa perceber o campo militar e seus membros, resultaria em uma análise pobre e/ou enviesada, deixando de entender as Forças Armadas Brasileiras como um ator que desenvolve diferentes nuances ao longo do tempo, todas estas que refletem os membros que a forma.

-
- 1 Termo cunhado por T. Schatzki, K. K. Cetina e E. von Savigny (Cornut, 2015).
 - 2 “[A]s premissas ontológicas e epistemológicas das teorias tradicionais reduzem os regimes a racionalidades instrumentais que encaram os desafios da ordem social apenas como um problema de distribuição desigual de recursos. Uma abordagem prática, baseada nas teorias da sociologia internacional, por sua vez – ao invés de supor que as normas, costumes, regras e instituições somente guiam as ações dos agentes –, procura entender os sistemas simbólicos, as hierarquias dos campos e os significados diferentes com os quais cada ator internaliza as práticas dos regimes” (Marques, 2019, p.8).
 - 3 “[Doxa é] um termo que Bourdieu tomou emprestado da filosofia clássica. Para Platão, referia-se ao conhecimento do senso comum que ele contrastou com o conhecimento verdadeiro. Caracteristicamente, Bourdieu pegou essa oposição e a distorceu com a implicação de que, para obter um conhecimento verdadeiro sobre o mundo social, é necessário compreender a doxa, as compreensões do senso comum que a sustentam. A doxa é tão central para a produção de hierarquias sociais, política e poder precisamente porque é senso comum – e, portanto, inquestionável/ mal-reconhecido” (Leander, 2011, p.304, tradução nossa).
 - 4 Vale ressaltar aqui que uma pesquisa que se vale da teoria da prática, e, portanto, de sua metodologia, e/ou, no caso deste ensaio, utilize o caminho proposto por Pierre Bourdieu, não é isento de críticas, até mesmo por parte de correntes e autores que utilizam métodos de pesquisas distantes dos métodos positivistas *mainstream* (Leander, 2011). Apesar de ele ter buscado mostrar as limitações e eurocentrismos da escolha da teoria racional, bem como não aceitando quaisquer colocações soberanas sobre o que o mundo significa que são dadas sem trabalho empírico, “[Bourdieu]

critica aqueles que subordinam ou simplesmente ignoram as visões dos atores sociais, evitando a pesquisa empírica, bem como aqueles que afirmam que qualquer discurso tem o mesmo peso de legitimidade e autoridade” (Bigo, 2011, p.228, tradução nossa).

- 5 Ainda podemos entender campo como uma rede com limites que, por sua vez, criam efeitos e, sobretudo, delimitam a atuação das forças centrípetas e centrífugas na circulação de poder/lutas dentro do campo. Estes limites, todavia, estão quase sempre em um processo de mudança de fluxo; assim, ao longo do tempo, os campos podem se fundir ou diferenciar. Nesse sentido, longe de construir monólitos imutáveis, o campo e seus limites possuem espaço para luta e mudança. O movimento que as pessoas realizam de um campo para outro faz com que capitais, práticas e desenvolvimentos transitem entre eles, alterando, assim, suas dinâmicas e lutas. O contexto em que se analisa/estuda algum campo, bem como o contexto do próprio campo devem, então, ser levados em conta pois influenciam as práticas, os limites e a permanência do campo (Leander, 2011; Bigo, 2011).
- 6 Vale ressaltar aqui a importância que os atores e os agentes ganham a partir desta metodologia de análise. Novamente, é uma quebra com muitas tradições das RI, nas quais os indivíduos desaparecem das análises pois somente a estrutura e/ou discurso são relevantes. Ainda, rompe com o pressuposto de que os atores são, em grande parte das vezes, estados antropomorfizados e/ou instituições, pois uma abordagem praxiológica considera pessoas reais identificáveis e instituições, com nomes, uma posição, um passado e uma identidade, como agente, escolha que depende inteiramente do campo que se está analisando (Leander, 2011, p.298). Neste sentido, o que a sociologia de Bourdieu oferece é uma linguagem para estudar qual papel estes atores desempenham nas RI e como estes papéis podem, ou não, se modificar.
- 7 “[A] hierarquia, além de ser um princípio geral, norteia toda a vida da instituição militar, reunindo, de maneira singular, um princípio dado na lei e uma conduta a ela associada. Ela é o princípio primeiro de divisão social de tarefas, papéis e status dentro do Exército, determinando as condutas e estruturando as relações de comando-obediência, sistematizando a ação e a elaboração do conhecimento militar e mapeando o modo como as relações de poder devem estruturar-se” (Leirner, 1997, p.52-53).
- 8 Devemos destacar que o corpo e todos os seus usos possuem grande importância no campo militar, tendo em vista seu caráter performático; afinal a guerra ainda tem o elemento humano como fator de decisão dos conflitos. Nesse sentido, apesar de a socialização ocorrer de forma diferente de acordo com a posição na hierarquia, a dimensão corporal do *habitus*, em todas elas, condiciona o corpo do agente militar a assumir gestos, verbalizações e movimentações que muitas vezes escapam ao controle do próprio indivíduo, sendo exteriorizado de forma inconsciente. A continência, a tensão constante do corpo, a fala somente autorizada, o uso e o alinhamento corporal com farda, são inculcações que ensinadas através de ações pedagógicas

se inscrevem de forma permanente no corpo dos militares e passam a fazer parte do seu *habitus* e de sua personalidade. Ainda, objetos, imagens e tecnologias são igualmente importantes. Se por um lado estes adereços dão vida e credibilidade aos agentes, por outro eles também possuem um papel importante na (re)configuração de posições e disposições de um campo. Eles estão, também, no centro das práticas e, portanto, devem ser parte integral da análise, sempre relacionalmente situados (Castro, 1990; Leander, 2011; Rocha de Siqueira, 2019).

Referências bibliográficas

- BIGO, Didier. Pierre Bourdieu and International Relations: Power of Practices, Practices of Power. *International Political Sociology*, v. 5, n. 3, p. 225-258, 2011.
- BOURDIEU, P. Algumas propriedades do campo. In: _____. *Questões de sociologia*. Trad. Jeni Vaitsman. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 89-94.
- _____. Esboço de uma teoria prática. In: ORTIZ, R. (Org.). *Pierre Bourdieu: sociologia*. Rio de Janeiro: Ática, 1983b. p.46-81
- _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1989.
- _____. Espíritos de Estado: gênese e estrutura do campo burocrático. In: *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Trad. Mariza Corrêa. Campinas, SP: Papirus, 1996.
- _____. *A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica*. 16. ed. Trad. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.
- BUEGUER, C. Pathways to Practice: Praxiography and International Politics. *European-Political Science Review*, 6, p. 383-406, 2013.
- BUEGUER, C.; GADINGER, F. *International Practice Theory: New Perspectives*. Basingstoke, U.K.: Palgrave Macmillan, 2014.
- CARVALHO, Karine Fernandes de. Os conceitos de *habitus* e campo na teoria de Pierre Bourdieu. *Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais*, Araraquara, n. 9, p. 101-111, 2003.
- CASTRO, Celso. *O espírito militar: um antropólogo na caserna*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- CORNUT, Jérémie. The Practice Turn in International Relations Theory. *Oxford Research Encyclopedia Of International Studies*, Oxford University Press, [s.l.], 1 dez. 2015.
- INAYATULLAH, N. If Only You Could See What I have Seen with Your Eyes: Staging an Encounter Between Social Science and Literature. In: *Looking at the World Through Non-Western Eyes*, Walker Institute of International Studies, University of South Carolina, Columbia, SC, Abril, 1998.

- KING, G.; KEOHANE, R.O.; VERBA, S. *Designing Social Inquiry: Scientific Inference in Qualitative Research*. Nova Jersey: Princeton University Press, 1994.
- KUHN, T.S. *A estrutura das revoluções científicas*. Chicago: University of Chicago Press, 1996.
- LADYMAN, J. *Understanding Philosophy of Science*. Reino Unido: Taylor & Francis, 2012.
- LEANDER, A. The Promises, Problems, and Potentials of a Bourdieu-Inspired Staging of International Relations. *International Political Sociology*, v. 5, n. 3, p. 294-313, 2011.
- LEIRNER, Piero de Camargo. *Meia-volta volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.
- MARQUES, Matheus Sousa. Por uma “virada prática” no regime internacional de proteção aos refugiados. In: Seminário do NIEM – Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios, 7. Rio de Janeiro. *Anais eletrônicos*, p. 1-18, 2019.
- MATHIAS, Suzeley Kalil. Gênero, defesa e paz no Cone Sul. In: _____ (Org.). *Sob o signo de Atenas: Gênero na diplomacia e nas Forças Armadas*. São Paulo: Editora Unesp, 2009. p. 17-50.
- MATON, Karl. *Habitus*. In: GRENFELL, Michael (Ed.). *Pierre Bourdieu: Key Concepts*. 2. ed. Oxfordshire: Routledge, 2012. cap. 3, p. 48-64.
- POPPER, K. Conjectures and Refutations. In: CURD, M.; COVER, J.A. *Philosophy of Science: The Central Issues*. W.W. Norton, 1998 [1963].
- QUINE, W.V.O. On Empirically Equivalent Systems of the World. *Erkenntnis*, v.9, p.313-328, 1975. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/20010476>.
- ROCHA DE SIQUEIRA, I. Contribuições da teoria da prática de Pierre Bourdieu. In: _____; MAGALHÃES, Bruno; CALDAS, Mariana; MATOS, Francisco (Orgs.). *Metodologia nas relações internacionais: debates contemporâneos*, vol. II. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2019. p. 95-124.
- ROSA, Alexandre Reis. *(O) Braço Forte, (A) Mão Amiga: um estudo sobre dominação masculina e violência simbólica em uma organização militar*. Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração, Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2007.
- SETTON, Maria da Graça Jacintho. A teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro, n. 20, p. 60-70, ago. 2002.
- SOARES, Samuel Alves. *Controles e autonomia: as Forças Armadas e o sistema político brasileiro, 1974-1999*. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

Capítulo 6

Em busca do desorientar das narrativas: uma genealogia do “Congo” (re)imaginado

Victoria Motta de Lamare França*

Este capítulo tem como objetivo¹ refletir sobre os imaginários (re)produzidos sobre o “Congo” enquanto um (não)Estado “problemático” e suas “soluções” segundo o Ocidente. Entendo que a forma que se enxerga e cria um “problema” está diretamente relacionada às possíveis “soluções”. O perigo reside, portanto, nas formulações simplistas e/ou tendenciosas, que se baseiam em um modelo de “solução de problemas” e/ou reiteram múltiplas desigualdades em sociedades pós-coloniais. Nessa perspectiva, este trabalho também questiona a maneira que as teorias *mainstream* das relações internacionais (RI) e sua lógica positivista tipicamente entendem o “problema do internacional” e, assim, perpetuam silêncios/exclusões ao (re) afirmarem o discurso de “superioridade ocidental frente ao ‘resto’”.

A partir da genealogia proposta por Michel Foucault, busco revelar a continência das práticas discursivas do Ocidente que ratificam sua presença na República Democrática do Congo (RDC) como “benéfica”. “A genealogia restabelece os diversos sistemas de submissão: não a potência antecipadora de um sentido, mas o jogo casual das dominações” (Foucault, 1998, p. 23). Essa “teoria-método” pressupõe uma crítica à fundação histórica entendida pela sucessão causal de acontecimentos, em que uma noção de progresso é estabelecida.

Isso, por sua vez, significa procurar os processos de descontinuidades na suposta continuidade linear histórica. No entanto, essas fraturas encontradas não servem somente para refletir sobre o “passado”, mas também as próprias questões de poder referentes às formações sociais do “presente” e as possibilidades de “futuro”. Inspirado em Nietzsche, Foucault (1998) critica a tradição do discurso teleológico ocidental permeado por regimes de saber/poder. A genealogia, dessa

* Gostaria de agradecer a Pablo Fontes, Vítor Costa e Isabel de Siqueira pelos comentários construtivos em versões anteriores deste ensaio.

forma, foca nas diversas práticas sociais e culturais do (re)fazer da história, não marcando um início, meio ou fim para o seu (re)pensar.

Nesse sentido, utilizo dois tipos de obras, uma literária e uma acadêmica, que relatam o contato do Ocidente com o “Congo”. Entendo que essa separação reitera um regime de saber/poder em que a ciência, com seus métodos e hipóteses, tem mais credibilidade do que uma obra infanto-juvenil, com desenhos e diálogos (Inayatullah, 2001). Mesmo assim, uso esses dois “diferentes” meios de acessar as narrativas, porque os considero emblemáticos para o entendimento do “problema do Congo” segundo o Ocidente ao longo do tempo.

Por “narrativas”, compreendo que, ao contar uma história de uma forma específica, selecionam-se eventos e gêneros literários, categorizam-se ações e organizam-se o desdobramento e as percepções de fatos. É preciso ressaltar, também, que as narrativas se baseiam em suposições sobre quem (não) pode ser o narrador e, portanto, sobre quem (não) pode falar de certos temas/eventos e sobre/para alguém, isto é, alguns grupos seguem invisibilizados. Dessa forma, uma abordagem a partir do conceito de narrativas, como neste ensaio³, propõe um foco na relação entre linguagem e a vida social, isto é, na criação de histórias, contos, mito e fábulas que fabricam “mundos” fictícios, personagens, regras e morais a partir de um determinado roteiro (Said, 1990; Moulin, 2016; Oliveira, 2020).

Em primeiro lugar, o álbum “*Tintin au Congo*” de 1931⁴ (“Tintim na África”, na versão brasileira) é um expoente na continuidade da narrativa de superioridade do Ocidente que conta a história de um jornalista-mirim belga em uma missão internacional para visitar o “Coração das Trevas”, como é chamado o imaginário sobre o “Congo selvagem” de Conrad. Nesse caso, entendo a preservação da narrativa-base das RI no gênero de aventura, que enaltece o Estado vestfaliano como ator central do Sistema Internacional (consolidado na passagem para o contrato social) e inferioriza o “Congo”, apontando-o em um estado de natureza hobbesiano (Fernández, 2019).

Já o livro “*The Trouble with the Congo*” de Séverine Autesserre engaja com uma discussão mais recente sobre o “Congo”, desestabilizando a visão ocidental, enquanto problematiza a presença estrangeira da Missão das Nações Unidas para a República Democrática do Congo (MONUC). Para essa autora, o “problema do Congo” segundo o Ocidente não condiz com sua experiência no terreno, porque se origina nas próprias narrativas da ONU. Entretanto, vejo que seu argumento acaba se oficializando e reiterando a lógica de “solução de problemas” que a autora critica.

Nesse sentido, o restante deste trabalho está dividido em duas seções, para além das considerações finais, que se dedicam a analisar o discurso dessas duas

obras. Para Foucault (1998), é através da linguagem que é possível enxergar as implicações do discurso político marcados por construções específicas e subjetividades. Desse modo, compreendo que essas obras constroem importantes narrativas sobre “Congos” para constituir o imaginário de possibilidades da ação política, que determinam as interpretações sobre “problemas” e suas “soluções” (Said, 1990; Moulin, 2016; Oliveira, 2020).

Tintim no “Congo”

Assim, enquadramentos e narrativas não causam ação. Em vez disso, eles tornam a ação possível (...). Essas ações, por sua vez, reproduzem e reforçam tanto as práticas dominantes quanto os significados, incorporados em enquadramentos e narrativas, sobre os quais se baseiam. Com o tempo, as narrativas e as práticas que eles autorizam passam a ser tidas como naturais, garantidas e as únicas concebíveis (Autesserre, 2012, p. 6, tradução nossa⁵).

Com um topete característico, Tintim é o protagonista das principais obras do cartunista belga Georges Remi (mais conhecido como Hergé⁶). Enquanto um cronista, esse personagem viajou e escreveu narrativas sobre localidades que seu criador jamais conhecera, baseando-se principalmente nos preconceitos da época. Segundo Tambascia (2004), o próprio autor “lamenta” que “*Tintin au Congo*”, seu segundo álbum, é produto de um contexto histórico que (re)produzia o “Congo” como “selvagem”, entretanto, as versões revisitadas da história mantêm⁷ muitos dos diálogos e atitudes racistas.

A história adota predominantemente um gênero de aventura, dentre outros gêneros literários como o policial/detetive e o fantástico, em que o personagem principal, o herói Tintim, embarca para outro continente “desconhecido” para conseguir um furo jornalístico⁸, mesmo que o objetivo da viagem não tenha sido explicado. Para tal, o protagonista é posto em situações perigosas, lutando contra animais ameaçadores, bem como sendo sequestrado e quase morto algumas vezes. Além disso, ele realiza atividades “exóticas” como a caça a animais da região e conhece os hábitos e líderes de povos locais (Said, 1990; Todorov, 2006).

A partir de Tzvetan Todorov (2006, p. 176), aponto que uma aventura é simultaneamente uma aventura “real” e o “símbolo” de outra aventura, isto é, carrega elementos verossímeis e uma alegoria para outra narrativa, demarcando um fenômeno internarrativo. Nesse sentido, argumento que o álbum de Tintim, ao

enviar um jornalista para cobrir uma notícia internacional, conversa diretamente com a narrativa ocidental de missão civilizatória, já que Tintim realiza “grandes proezas” para o “Congo”, como seria esperado de um funcionário colonial da Coroa Belga (Said, 1990, p. 229).

Além disso, vale ressaltar a intertextualidade entre “*Tintin au Congo*” e “*The Heart of Darkness*” de Joseph Conrad (2008[1899]). Esta obra, considerada o “ponto de partida” inevitável para a retratação do “Congo” como um lugar “obs-curo”, é evocada na maior parte dos trabalhos (acadêmicos ou não) que discutem imaginários sobre o “Congo” (Dunn, 2003). Ademais, destaco que a arte imita a vida, já que é possível traçar paralelos entre a vida de Henry Morton Stanley⁹, o explorador “estadunidense” que garantiu a posse belga no Congo, e o próprio Tintim. Um exemplo disso é o “*boy*” que acompanha Tintim em sua viagem, Coco, e Kalulu, o companheiro de viagem de Stanley (Tambascia, 2004).

Nessa perspectiva, observo como um exemplo da narrativa colonial na história o resultado da imprudência de Tintim na condução, que destrói uma locomotiva (imagem 1). Reconheço a importância de apresentar neste ensaio a versão original do álbum, considerando as perdas e lacunas inerentes às traduções (traições), bem como a impossibilidade de descrever a história contida nessa imagem. Nesse sentido, aponto a minha interpretação sobre esse trecho do livro de Hergé. Após chocar-se com o trem, Tintim se desculpa pela imprudência na condução do carro alugado para a viagem, sendo recebido pela população local revoltada que o chama de “branco malvado” e demonstra os ferimentos que o acidente causou em uma criança. Tintim ordena silêncio e afirma que vai consertar o “velho tchouck-tchouk”, uma forma pejorativa de se referir ao trem, enquanto outro passageiro se indigna com essa fala, afirmando ser uma “bela locomotiva” (Hergé, 1960[1946], p. 20).

Em seguida, apesar de reconhecer sua culpa e prometer reparar o dano, Tintim não toca no maquinário e ordena os passageiros “ao trabalho”, para consertar o trem, e um terceiro homem se diz “cansado”, sendo retratado como “preguiçoso”. O repórter-mirim se vê sem paciência e demanda “você não têm vergonha de deixar esse cachorro trabalhar sozinho?”, referindo-se a seu cão, Milu. Já um outro passageiro, que está indeciso se deve trabalhar já que se sujaria, recebe um chamado de reprovação de Tintim. A locomotiva é consertada sem mais explicações e os passageiros voltam para seus lugares, enquanto um congolês reconhece a “inteligência” de Tintim ao lidar com a situação. Por fim, o maquinista, que se expressa em um francês macarrônico, pede ajuda ao “sinhô” Tintim, que resolve de novo o problema magicamente (Hergé, 1960[1946], p. 20). Assim, a partir dessa imagem,

entendo que imaginários como “congoleses indolentes” e “congoleses maravilhosos com o colonizador” cumprem o papel de renovar as hierarquias discursivas entre Tintim e o “Congo”, ressaltando a condição subalterna deste.



Imagem 1: Tintim e a locomotiva danificada (Hergé, 1960[1946], p. 20).

Dentre as diversas narrativas políticas que já foram confeccionadas sobre o “Congo”, destaco aquelas que enaltecem o imaginário sobre o estado de natureza. Enquanto metonímia dos contratos sociais e raciais¹⁰ hobbesiano ou lockiano, ele atua como uma forma de (re)produção de fronteiras, porque determina um modelo de “civilização” enquanto estabelece outras formas de representação social tratadas como “primitivas”, “selvagens” e/ou “bárbaras”. Estas se encontram em um estado de natureza marcado pela anarquia – ausência ou precariedade de uma gestão estatal – que, na visão hegemônica das RI, descreve a insuficiência estatal como aquela que não possui a capacidade de exercer sua soberania nos moldes vestfalianos (Mills, 1997; Moreno, 2011; Fernández, 2019).

Com base nas reflexões sobre a estrutura das narrativas por Todorov, aponto a importância de um fluxo entre dois equilíbrios semelhantes, porém não idênticos, para o estabelecimento de uma “boa” história. “[A intriga de uma] narrativa ideal começa por uma situação estável que uma força qualquer vem perturbar. Disso resulta um estado de desequilíbrio; pela ação de uma força dirigida em sentido inverso, o equilíbrio é restabelecido” (Todorov, 2006, p. 138). Isso, para o autor, leva a dois elementos textuais, o estático e o dinâmico, que descrevem os estados de (des)equilíbrio e a passagem de um para o outro respectivamente.

Na história do contrato social e racial, esses elementos podem ser delimitados pelos conceitos de “estado de natureza” e “sociedade civil” como estáveis, a insegurança e a incerteza como “problemas” instigadores de mudanças, e a “assinatura” do contrato como o ritual de passagem. No que concerne o “Congo”, desse modo, as narrativas mobilizadas por Hergé, via Tintim, permanecem atreladas à narrativa do contrato social e racial preconizada pelo etnocentrismo belga. Isto é, os relatos dos viajantes formam o imaginário sociocultural tanto da “Bélgica” como do “Congo” pela hierarquização de sociedades, colocando a “Europa” em um patamar de superioridade e demais sociedades como inferiores (Mills, 1997; Jahn, 1999; Grovogui, 2002; Tambascia, 2004).

É nesse sentido, portanto, que este ensaio trabalha com um “Congo” imaginado e, como consequência, uma “Europa” e uma “Bélgica” imaginadas, mais do que debates sobre o que (não) é o Congo “real” historicamente (Said, 1990). Além disso, compreendo, a partir da crítica de Chatterjee (1993, p. 5) a Anderson (2008), que a imaginação do “Congo” busca replicar em sua própria história a narrativa do Estado vestfaliano europeu. Mais do que isso, entretanto, trata-se de (re)afirmar a superioridade dos personagens “Europa” e “Bélgica”, representados principalmente na figura de Tintim, frente a um “Congo” sempre problemático, o que se torna a base para a continuação das intervenções estrangeiras (Grovogui, 2002). Dessa forma, a sociedade congoleza deve ser entendida pelas suas fragmentações em uma contestação à normatização do modelo europeu.

Mudimbe (1988) e Gallagher (2015) complementam, pontuando que a invenção da “África” e seu significado para discursos, imagens ou narrativas sobre o “Congo” partem de uma epistemologia etnocêntrica reducionista porque cumprem o papel de justificar o processo de inventar e conquistar um continente, delimitando sua “primitividade”, bem como os meios e métodos de sua exploração e “evolução”. Isso me leva a apontar a retirada da agência da RDC que, na representação do “Congo problemático”, deve somente receber e aceitar a ingerência estrangeira (Said, 1990; Chatterjee, 1993).

Desse modo, esse contrato social e racial estipulado pelo Ocidente sobre o “Congo” confecciona um discurso binário maniqueísta, que atrela à “Bélgica” a condição de maturidade (adulto), enquanto o “Congo” é enquadrado como uma criança imatura e infantilizada, que na visão ocidental sobre infância não detém os mesmos direitos que os adultos. Há, portanto, um “problema” que “necessita” ser corrigido, mediante as disfuncionalidades que existem e habitam na “sociedade congoleza”. Cabe ao Ocidente “solucionar” esses entraves por meio de readequação do *self* estatal vestfaliano (Mills, 1997; Moreno, 2011).

Nessa política da narrativa perpetrada pelo Ocidente, alguns representantes da “comunidade internacional” resgatam a hierarquização entre antigas metrópoles e colônias de acordo com seus respectivos *selves* para legitimar ações políticas sobre os países pós-coloniais. Isso acontece, especialmente, quando direcionam sobre as sociedades africanas um modelo de gestão valorizando a centralização de poder *top-down*. Aqui, a metáfora do amadurecimento se refere à transição do estado de natureza (infantil) para o contrato social (maduro), isto é, esse “Congo” se encontra no estado hobbesiano, de caos e desordem, e precisa se adequar ao Estado vestfaliano das RI. Assim, o “Congo” é reduzido a um “problema” a ser resolvido pela intervenção ocidental (Moreno, 2011; Fernández, 2019).

A última ilustração da história, que se manteve intacta nas versões mais recentes do álbum (imagem 2), resume o impacto da viagem de Tintim na vida da população congoleza, podendo ser lida como a visão que Hergé tinha e se manteve sobre os europeus na África. Isso significa, portanto, que a narrativa política ratificada pela “Europa” por meio da obra de Hergé mais do que (re)afirmar imaginários do “Congo”, diz sobre ela mesma, ou seja, há uma provincialização da Europa (Chakrabarty, 2000). Chakrabarty se engaja com o debate sobre como se deve narrar a história, comparando a experiência indiana com a europeia para concluir que, ao falar do “Outro”, há um objetivo (mesmo que implícito e/ou secundário) de reafirmar postulados sobre si mesmo, como na narrativa de superioridade europeia. Isso leva ao entendimento que um álbum como “*Tintim au Congo*”, que relata as “aventuras” de Tintim no “Congo”, fala mais sobre a “Europa” do que a RDC ao (re)criar esse cenário fantástico.

Proponho, dessa forma, realizar o mesmo esforço interpretativo da outra imagem. Primeiramente, vale comentar que todos os personagens utilizam um francês macarrônico, que remete à superioridade da língua europeia no Congo. Assim, Tintim é reconhecido como um grande ídolo e seu equipamento fotográfico é considerado uma relíquia a ser aproveitada caso ele não retorne. Mais abaixo, uma mãe fala para seu filho que ele deve ser “inteligente” como o Tintim, enquanto um ancião fala para outros jovens que o personagem belga é um “boula-matari” como jamais visto. Esse termo pode ser traduzido como “triturador de pedra” ou “aquele que passa por tudo, que esmaga tudo em seu caminho”. Como uma expressão local, foi atribuída a Henry Stanley, depois à autoridade colonial e a Mobutu, simbolizando simultaneamente medo, admiração e inveja (African Museum, 2020). Por fim, cães conversam sobre como Milu é um “espetáculo” de cão, apontando que a narrativa de superioridade acontece até entre cães (Hergé, 1960[1946], p. 62):



Imagem 2: As notícias da partida de Tintim correm o Congo (Hergé, 1960[1946], p. 62).

Nessa perspectiva, cabe pontuar que há uma diferença entre os conceitos “política da narrativa” e “narrativa política”. Enquanto a primeira expressão trata do jogo político da validação de representações, a segunda se refere às histórias contadas para constituir a política (Oliveira, 2020). Como pontuou Oliveira (2020, p. 65), utilizar essas abordagens, como neste ensaio, “tratam-se de estratégias de aperfeiçoamento da pesquisa acadêmica menos em termos da busca por uma verdade sobre o mundo ‘lá fora’ e mais em termos de explicações e entendimentos possíveis”.

Dessa maneira, compreendo a estreita relação entre a política das RI e as narrativas que ela produz sobre si. A partir do conceito de “narrativa coerente”, Enloe (2016), exemplifica o “jogo” por trás das narrativas-base das RI ao desafiar a coerência nas análises convencionais que ignoram as lentes feministas para entender o político nas relações sociais cotidianas. Para ela, o *mainstream* cria uma história em que os teóricos das RI e da ciência política não consideram as hierarquias de gênero como um fator (variável) importante. Neste ensaio, proponho uma genealogia sobre as narrativas (re)produzidas sobre o “Congo” enquanto um (não) Estado “problemático” e suas “soluções” segundo o Ocidente como uma forma de problematizar essa coerência.

Assim, cumpre apontar o trabalho de Dunn (2003, p. 6-7) que ponderou sobre os imaginários criados sobre o “Congo”. Ele relata que o “Congo”, um objeto bastante disputado discursivamente, já foi considerado “a promessa de um paraíso de livre comércio”, “o símbolo da ganância e da brutalidade”, “a incapacidade de autogoverno de países africanos”, “uma liderança do nacionalismo do Terceiro Mundo” e “as falhas de uma África pós-colonial atormentada pela guerra civil, governos corruptos, crises da saúde e pobreza extrema” a depender da época e do narrador.

Desse modo, este ensaio abraça a proposta de Dunn para refletir sobre essas (re)interpretações considerando uma das mais recentes presenças ocidentais na RDC, por meio das Operações de Paz da ONU. Para tal, é importante, primeiramente, entender o papel de Tintim e, principalmente, de Hergé mediante a reiteração dos discursos orientalistas sobre o “Congo”. Como resumiu Said (1990, p. 18), “o orientalismo, portanto, não é uma fantasia avoadada da Europa sobre o Oriente, mas um corpo criado de teoria e prática em que houve, por muitas gerações, um considerável investimento material”.

Tambascia (2004) descreve o processo colonial congolês com base nas reflexões de Said (1990) ao sublinhar a importância do personagem Tintim, cuja

idade é estimada entre 16 e 18 anos. O autor relembra que esse personagem é uma criança desacompanhada em outra localidade, o “Congo”, onde tem como objetivo a prática da caça e a busca de um furo jornalístico. Mais maduro (e “civilizado”) do que os adultos (e não “civilizados”) congolezes, Tintim soluciona algumas questões inerentes ao “Congo”, como uma locomotiva defeituosa (que ele mesmo destruiu), a educação de alunos em uma escola religiosa sobre a “Pátria Bélgica” (posteriormente a aula é trocada para matemática, como citado) e a condução de uma investigação sobre seu sequestro e apreensão de seu agressor. Tudo isso acontece enquanto é ovacionado e chamado de “Mestre” por pessoas que só conseguem falar francês macarrônico.

Assim como Tintim e suas “aventuras”, as RI também são marcadas por narrativas. O Mito de Vestfália, por exemplo, traduz um discurso da soberania moderna enquanto norma universal e o Estado moderno como unidade básica do Sistema Internacional, segundo os tratados da Paz de Vestfália (1648) que não abordam o assunto dessa forma. A narrativa sobre Vestfália atua como uma forma de saber/poder (Foucault, 1998), já que se legitima uma “verdade” dogmática sobre os países dos pós-coloniais (Moulin, 2016; Oliveira, 2020). As RI, em sua visão dominante, autenticam uma forma de produção científica segundo determinados critérios ontoepistemológicos mediante a “validação” pelo “rigor” do método científico.

Como expressão desse discurso, identifico o trabalho de King, Keohane e Verba (1994) que, ao buscarem delimitar como as pesquisas em ciências sociais devem ser feitas, (re)produzem a valorização de narrativas simplistas e homogêneas como “conhecimento”. Os autores defendem um modelo “objetivo” de inferência indutiva, que estabelece “verdades” pela observação do fenômeno estudado a partir do estabelecimento de uma relação causal entre variáveis como método para a corroboração de uma teoria científica.

Esse tipo de movimento defende que o “conhecimento” é independente de ideologias, permitindo que “verdades incondicionais” existam ao focar em métricas quantificáveis para a análise (King, Keohane e Verba, 1994). Assim, com a valorização da “neutralidade dos números”, suposta noção de que dados estatísticos e interpretações derivadas deles são isentos de vieses, e a “objetividade da análise”, distanciamento analítico entre o/a pesquisador/a e seus objetos de reflexão, essa abordagem reducionista “cria” e “soluciona” seus problemas de pesquisa. É nesse sentido que uma narrativa sobre um Estado, ao não se adequar ao *self* estatal

vestfaliano, que precisa de medidas inspiradas nos valores ocidentais, é fabricada e legitimada.

Com base em Foucault (1998; 2006), em contraposição, compreendo que há relações entre a forma de se construir um conhecimento como “válido” e a lógica de poder em uma sociedade. Nessa perspectiva, identifica-se um processo de disciplinarização nas ciências sociais, em que a produção desses saberes inclui uma busca incansável pelo universalismo dentro de um regime de verdades. Assim, as teorias dominantes das RI, como os neorealismos e os neoliberalismos, se escondem e se blindam por trás de uma abordagem supostamente mais “científica” ao passo que negam o status de “conhecimento” a outras abordagens que questionam esse modelo.

Dessa maneira, a genealogia de Foucault (1998, p. 19-20) surge como questionamento das leituras metafísicas da história, que entendem o produto de uma pesquisa sobre a “origem das coisas” como um resultado de uma essência supra-histórica, o que, por sua vez, permitiria tanto o reconhecimento de seu valor enquanto conhecimento como a descoberta de sua verdade “oculta” na causalidade ponderada. Desse modo, Foucault segue Nietzsche na crença de que os caminhos da história são múltiplos e sem começos bem definidos, mas entendendo o poder como a “força motriz” da história (Sherratt, 2006, p. 147).

Nesse sentido, este ensaio busca entender as (re)interpretações sobre o “Congo” sempre como plurais e diferentes, não se propondo a recuperar uma verdade objetiva final (Mudimbe, 1988; Foucault, 1998; Gallagher, 2015). Para além das narrativas de Tintim, contudo, é importante refletir sobre como a lógica de “solução de problemas” das RI desafia e contribui para a reestruturação do “problema” e do “Congo” a fim de reiterar a intervenção ocidental como “benéfica” para a população local.

Séverine Autesserre no “Congo”

As abordagens para acabar com o conflito tendem a ser apresentadas como formas de fazer o bem, mas o que estão fazendo mais especificamente é tentar oferecer continuidade a um sistema internacional e a uma ordem que provou não ser autossustentável sem a exploração de práticas coercitivas e que, portanto, carece de sustentabilidade e continuidade por si só (Richmond, 2001, p. 336, tradução nossa¹¹).

Séverine Autesserre é uma professora de ciência política que possui experiência prática atuando como agente humanitária em várias localidades, dentre elas a RDC. Ela já escreveu importantes e premiados livros¹² sobre resolução de conflitos e pode ser apontada como uma expoente da “virada local”¹³ nas Operações de Paz. Neste ensaio, seu trabalho é entendido como uma proposta de contranarrativa sobre o “Congo” conforme vem sendo imaginado pelo Ocidente e tem como expressão a obra de Hergé. Contudo, se, em um primeiro momento, Autesserre desestabiliza o imaginário sobre o “Congo”, posteriormente, entendo que suas indagações acabam não problematizando a abordagem de “solução de problemas” das RI, minando sua proposta crítica (Richmond, 2001).

A obra analisada argumenta, a partir de uma pesquisa etnográfica¹⁴, que as dinâmicas do conflito em uma escala local persistem, apesar dos esforços de resolução do conflito no nível nacional e regional. Ela identifica que a cultura de *peacebuilding*, enraizada desde as práticas humanitárias do pós-Segunda Guerra Mundial, (re)cria percepções sobre o local e o global que atrapalham a ONU na condução de seu mandato (Autesserre, 2010).

Apesar de ser um trabalho etnográfico, ele permite fazer um movimento genealógico, porque apresenta uma contranarrativa para o “problema do Congo”. Isso acontece tendo em vista que a autora enxerga o “problema” na cultura de *peacebuilding*, em vez de ver o “Congo” no estado de natureza, sinalizando uma insuficiência estatal a ser resolvida com a ingerência ocidental. Desse modo, ela cria outra narrativa sobre o “Congo”, que não corresponde à visão eurocêntrica presente nas teorias *mainstream* das RI e, tampouco, nas histórias do Tintim.

Para a autora, o mandato da MONUC é imposto em uma lógica *top-down*, isto é, a ONU apresenta um pacote de medidas a serem implementadas pelo Estado-anfitrião que garantirá a paz. Essa proposta se baseia em uma série de atividades como, por exemplo, a organização de eleições, a entrega de ajuda humanitária, a promoção dos direitos humanos, a assistência aos refugiados e a capacitação governamental que buscam consolidar o Estado congolês, (re)construindo um “Congo” aceitável aos olhos do Ocidente. Autesserre (2010) ainda critica o objetivo quase que único da missão em garantir as eleições presidenciais (que ocorreram em 2006) como um marco da consolidação da soberania da RDC frente à “comunidade internacional”, que financia a missão.

Assim, esse modelo de “tamanho único” ignora as peculiaridades de cada caso e não procura engajar diretamente com a população. Nesse sentido, eles excluem da complexidade do conflito questões de nível micro (local) ao mesmo

tempo em que querem implementar “soluções” no nível macro (regional e internacional). Um exemplo disso são as disputas por poder e acesso às terras, fundamentais para a subsistência dos locais. Logo, incapazes de lidar com as “causas-raízes”, não há como findar as hostilidades e o “Congo” persiste como um “Estado problemático e desviante” (Autesserre, 2010).

No que se apresenta como uma contranarrativa sobre o “Congo”, a autora ainda aponta como a “solução” para o conflito na RDC é construída discursiva e narrativamente a partir da noção de centralização do poder nas mãos do Estado (Autesserre, 2010; 2012), o que compreendo neste ensaio como uma tentativa de reafirmar o *self* vestfaliano reiterando a narrativa do contrato social e racial. Entendo que isso se diferencia da noção de circularidade dos discursos de Foucault (1998; Sherratt, 2006), que vê o poder como algo que transita entre atores. Grovgui (2002) complementa, apontando a possibilidade de variados regimes de soberania dentro da concepção do “bom senso vestfaliano”, em que a RDC é sempre (re)imaginada como incapaz de atender às prerrogativas da “soberania plena” e, por conseguinte, é alvo de diversas e complexas ingerências externas.

Autesserre (2012) ainda defende que esse enquadramento é fruto da busca por uma narrativa simplista sobre o “Congo”, que persiste sendo entendido como intratável e complexo para satisfazer os interesses de doadores e tomadores de decisão. Assim, se o problema para King, Keohane e Verba (1994) eram as diversas-variáveis que impediam uma explicação útil para o fenômeno, aqui a preocupação é o saber/poder por trás de interpretações reducionistas.

Diferente de outros livros sobre Operações de Paz, *“The Trouble with the Congo”* se destaca pelo seu alcance, lido e comentado para além da academia. Essa notoriedade¹⁵ pode ser entendida, em comparação a outros acadêmicos, pela experiência no campo (para além da proposta de etnografia) como agente humanitária. Dessa forma, sua influência se dá também na forma que Centros de Treinamento de países contribuintes com tropas e a própria ONU enxergam suas participações nessas missões, o que levou grande parte de suas críticas a serem consideradas na formação doutrinária mais recente das Operações de Paz¹⁶.

Este ensaio não busca apontar uma causalidade no estilo proposto por King, Keohane e Verba (1994), todavia, reconhece o papel de Autesserre e outros acadêmicos na (re)produção de uma narrativa de “virada local” das Operações de Paz como algo benéfico para a construção de uma “paz sustentável”. Seja “oficializada” ou “aglutinada com ajustes”, a visão revisionista da autora acabou sendo incorporada no discurso da ONU atualmente, o que transforma até os discursos mais

críticos em uma reestruturação da lógica de “solução de problemas”. Isso acontece porque essa contraproposta adota outro foco, em vez da narrativa hobbesiana, não problematizando a ideia de que o Ocidente é capaz e legítimo para se engajar nessas intervenções.

Entretanto, aponto um limite no processo genealógico, porque na busca por descontinuidades, isto é, uma leitura das margens que desafia os postulados da narrativa oficializada, encontro elementos de continuidade da narrativa de superioridade europeia do período colonial. Isso é possível a partir de uma leitura contrapontual¹⁷ das narrativas exploradas neste ensaio, que desestabilizam o processo de narrativa e contranarrativa reiterado pela genealogia. Cabe, mesmo assim, reconhecer o potencial de uma análise a partir da genealogia de Foucault (1998), sobretudo porque desestabiliza a noção de singularidade da narrativa histórica. O que a reflexão de Autesserre mostra, desse modo, é a conservação da narrativa do Estado vestfaliano enquanto um modelo que deve ser (re)aplicado nas sociedades desviantes, como a congoleza conforme imaginada pelo Ocidente.

Crítico do trabalho de acadêmicos como o de Autesserre, Koddenbrock (2012) chama atenção para a construção do imaginário ocidental sobre o “Congo” como um Estado “falido”. Segundo o autor, documentos como livros acadêmicos e *policy papers* sobre o assunto (re)criam uma narrativa sobre o “Congo” que defende as intervenções humanitárias, como a MONUC, uma vez que reconhecem “benefícios” para a população local. Assim, a RDC é novamente reduzida, por meio da “patologia funcional”, a um país “doente”, com uma economia criminosa e ilegal (advinda da exploração de minérios), a um Estado incapaz de governar e uma “sociedade dominada pela violência sexual”.

Koddenbrock (2012) pontua que há uma (re)produção de uma “história” por atores ocidentais e/ou pró-Ocidente, que engloba um paradigma de patologias para descrever o “Congo”. Ao descrever certos Estados como “falidos” ou “frágeis”, ou seja, como representações imperfeitas do Estado Moderno, não se trata de um esforço neutro para melhor entender as “deficiências” desses estados, mas das categorizações do “vilão” e da “salvação” nessa narrativa. A intervenção com os valores ocidentais se torna uma saída e/ou um “remédio”, portanto, uma “solução de problemas”. Os personagens atribuídos ao “Congo” e aos “congoleses” pela maior parte dos atores convencionais das RI, nesse caso, os (re)produzem como candidatos “naturais” a intervenções empreendidas em nome do progresso aos moldes ocidentais (Said, 1990; Moreno, 2011).

Da mesma forma que o “Congo” colonial é imaginado pela narrativa ocidental como “imaturo” e “incapaz” de atingir o progresso, retirando sua agência para a empreitada colonial belga, o projeto do *peacebuilding* é imbuído de “orientações pedagógicas” (Jabri, 2013, p. 14) que renovam o modelo vestfaliano frente às disfuncionalidades do local. Nesse caso, acadêmicos, tomadores de decisão e Organizações Não Governamentais, ao refletirem sobre uma ausência de efetividade das Operações de Paz na RDC e recomendarem melhorias, reiteram a legitimidade dessas ações (Koddenbrock, 2012).

Desse modo, entendo que uma reflexão sobre a narrativa da política oficializada nas RI deve considerar suas ramificações, ou “encaixes”¹⁸ (Todorov, 2006, p. 126), que reiteram o imaginário do Estado Moderno europeu. Neste ensaio, destaco como as narrativas dos Estudos de Operações de Paz e Intervenções Humanitárias e/ou Militares perpetuam o imaginário do “problema” do Congo e a “solução” oriunda da intervenção estrangeira com o caso de missões de paz como a MONUC. Como destaca Said:

Nada disso acontece no abstrato, todavia. Todo aquele que escreve sobre o Oriente [ou sobre o Congo] (...) presume algum antecedente oriental, algum conhecimento prévio do Oriente, ao qual ele se refere e no qual ele se baseia. Além disso, cada trabalho sobre o Oriente se *filia* a outros trabalhos, audiências, instituições e ao próprio Oriente. O conjunto de relações entre obras, audiências e alguns aspectos particulares do Oriente, portanto, constitui uma formação analisável (...) cuja presença no tempo, no discurso e nas instituições (...) lhe confere força e autoridade. (Said, 1990, p. 32, grifo no original)

Dessa forma, nem mesmo discursos que desejam se distanciar da narrativa oficial e/ou “resolver” o “problema” realmente conseguem abordar criticamente o “Congo”. Entendo, de acordo com Mudimbe (1988, p. 10), que analistas ocidentais e africanos, mesmo os mais “afro-centrados”, persistem utilizando categorias e sistemas conceituais que dependem da “ordem epistemológica etnocêntrica” que, por sua vez, ratifica as narrativas políticas do Estado vestfaliano e do contrato social e racial. O autor vai além, concluindo que essas formas de avaliações e meios usados se relacionam com teorias e métodos cujas restrições, regras e sistemas de operação supõem um *locus* epistemológico não africano.

Argumento, nesse sentido, que trabalhos como o de Autesserre e outros autores dos Estudos de Operações de Paz parecem ter sido oficializados nas “boas

práticas” da ONU, mesmo com algum ajuste¹⁹, para reiterar as narrativas de superioridade dos valores ocidentais. Isso não significa dizer, entretanto, que Autesserre não tenha se engajado criticamente com o modelo de *peacebuilding*, mas ressalta o potencial da continuação de narrativas orientalistas por trás desses movimentos críticos.

Este ensaio não busca, assim, negar os desafios da realidade congoleza ou isentar-se de pensar que formas de enfrentamento das múltiplas violências e desigualdades, centrais na narrativa do *peacebuilding*, podem e devem ser pensadas criticamente. Tratar do orientalismo, como nesta reflexão, significa mais do que um foco “contemplativo e textual” (nas ideias por trás dessas narrativas), mas também sua transformação em práticas de administração, economia e até no âmbito militar (Said, 1990, p. 217). Frente a essa materialidade, sinalizo sua perpetuação nas narrativas orientalistas sobre as Operações de Paz da ONU como a MONUC.

A proposta desta reflexão é, portanto, investigar a (re)produção do imaginário “problemático” atribuído à RDC e à intervenção estrangeira, seja no colonialismo ou em um contexto pós-colonial, como “solução”. Como afirma Richmond (2001), uma genealogia da resolução de conflitos também perpassa por uma genealogia das RI e seu ordenamento vigente. Nesse sentido, compreendo que toda abordagem crítica deve também repensar o “problema do internacional”, uma vez que pode revalidar a lógica vestfaliana das teorias *mainstream*.

Quando o(a) próximo(a) narrador(a) e/ou pesquisador(a) for ao “Congo”

Este ensaio demonstrou o caráter arbitrário da produção de “Congos”. Esses imaginários, mesmo em suas visões mais críticas, podem reiterar um discurso hegemônico e uma política da violência. É importante apontar alguns limites nesta produção, já que não trabalho extensivamente com debates sobre estética, mídias ou a “virada prática” na disciplina de relações internacionais, e como isso afeta uma reflexão sobre histórias em quadrinhos, como Tintim, ou trabalhos etnográficos, como o de Autesserre por exemplo. Contudo, entendo essas discussões como futuros espaços de reflexão para a expansão do argumento aqui proposto. Mais do que reafirmar o que já foi dito, proponho fazer desta breve seção um espaço para refletir sobre advertências e ressalvas que são necessárias ter em mente para abordar temas que são e/ou podem ser alvos do orientalismo. Apesar da dificuldade de realizar uma pesquisa de campo em um contexto pandêmico, a problemática deste ensaio ultrapassa esse tipo de questionamento.

Procurei mostrar que as maneiras pelas quais se enxerga o “Congo”, os “congoleses” e seus (des)encontros com o Ocidente devem sempre ser revisitadas. A abordagem genealógica, nesse sentido, não deve ser compreendida como uma proposta rígida ou “pronta” para ser “encaixada” em um determinado caso. A escolha por essa teoria-método se deu pelo interesse em deslocar as narrativas sobre o “Congo” ao procurar entender como elas são silenciadas ou podem vir à tona em diferentes contextos e relações de poder. Mesmo assim, demonstrei uma limitação dessa abordagem ao apontar continuidades dentro das narrativas que se apresentam como uma oposição à expressão dominante. Assim, este ensaio deve ser entendido como parte de uma constante busca pelo desorientar das narrativas.

Ver a posição da “narrativa oficial” e sua tentativa de ruptura que, de certa forma, acabou sendo oficializada estimula o (re)pensar dos perigos da homogeneização e de outras violências que cada pesquisa científica pode (re)produzir. Se o orientalismo é “um modo de escrita, visão e estudo regularizado (ou orientalizado), dominado por imperativos, perspectivas e preconceitos ideológicos, ostensivamente adequados ao Oriente” (Said, 1990, p. 209), futuras pesquisas devem posicionar-se nesse debate e buscar contestar a apropriação de suas críticas ao projeto orientalista. Assim, em vez de uma grande conclusão, algo que nem o próprio Foucault não se disporia a fazer, gostaria de “terminar” este ensaio com um convite a todos/as os/as pesquisadores/as que buscam trabalhar a temática do “Congo” e demais “Estados imaginados” para problematizar suas premissas, especialmente os regimes de saber/poder preconizados pelo Ocidente.

-
- 1 É importante apontar, entretanto, que neste ensaio não se objetiva apresentar uma discussão aprofundada sobre todas as ingerências ocidentais no Congo – ver Dunn (2003) e Nzongola-Ntalaja (2007) –, nem abordar os debates normativos das Operações de Paz da ONU ao longo do tempo – ver Kenkel (2013).
 - 2 A atual República Democrática do Congo (RDC) possui diversos nomes como “Kongo” antes da colonização, como uma propriedade privada do rei Leopoldo II da Bélgica, denominado “Estado Livre do Congo” (1885-1908), e colonizado pela Coroa da Bélgica, “Congo Belga” (1908-1960). Enquanto independente, há a República do Congo-Leopoldville (1960-1971), Zaire (1971-1997) e República Democrática do Congo (1997-). Mais do que refletir sobre o que existe de fato nesse território, o

foco deste ensaio é refletir sobre os discursos que (re)criam “Congos” problemáticos aos olhos do Ocidente.

- 3 Cumpre ressaltar que esse tipo de interpretação já é consolidada em algumas perspectivas feministas na tentativa de chamar atenção para a história de vida das mulheres, por exemplo (Ackerly, Stern e True, 2006; Wibben, 2011; Enloe, 2016). Assim, este ensaio busca contribuir para uma discussão existente, porém marginalizada, nas RI, ampliando seu escopo analítico ao trazer reflexões pós-coloniais sobre a imposição do ideal vestfaliano para o “Congo” enquanto assume a “Europa” e a “Bélgica” como personagens-modelos, bem como a intervenção estrangeira, seja pelo colonialismo ou pelas intervenções humanitárias e militares, como a “solução” para as disfuncionalidades do “Congo problemático”.
- 4 É importante notar que há quatro versões do álbum. A primeira, de 1930, foi enviada semanalmente nos veículos de comunicação e remodelada para uma versão em álbum pela *Éditions du Petit Vingtième* em 1931. Já as versões coloridas de 1946 e 1975 contam com edições na história, diminuindo-a (Tambascia, 2004).
- 5 No original: *“Thus, frames and narratives do not cause action. Instead, they make action possible (...). These actions in turn reproduce and reinforce both the dominant practices and the meanings, embodied in frames and narratives, upon which they are predicated. Over time, the narratives and the practices they authorize come to be taken as natural, granted, and the only conceivable ones”* (Autesserre, 2012, p. 6).
- 6 O escritor assina seus trabalhos com o nome Hergé, uma correspondência à pronúncia das suas iniciais em francês na ordem inversa.
- 7 Apesar de a história manter vários elementos racistas, cumpre apontar como um exemplo de mudança o momento da “aventura” de Tintim em que ele substitui um padre europeu em uma aula para crianças congoleesas. Vale ressaltar que, em cenas anteriores, ele foi salvo por esse personagem, logo, sua aceitação para lecionar uma aula (o que atrapalharia seus objetivos individuais na trama) pode ser entendida como um pagamento entre “amigos” pela ajuda oferecida. Nos primeiros álbuns, a lição se baseava na apresentação da “Pátria Belga” para os alunos, o que aponta forte imaginário colonial de Hergé. Já nos álbuns “revisados”, essa aula é alterada para um conteúdo de matemática. Ver Hergé (1931; 1960[1946]).
- 8 O furo jornalístico é uma expressão frequentemente utilizada no campo do jornalismo que se refere a uma notícia obtida com exclusividade antes dos demais veículos midiáticos (Traquina, 2005). Entendo que esse é o objetivo da viagem de Tintim, porque ele se recusa a trabalhar com outros correspondentes internacionais ao chegar ao “Congo” (Hergé, 1931; 1960[1946]).
- 9 Para uma discussão sobre Stanley e suas “aventuras” na consolidação do poderio belga no Congo, ver Hochschild, 1999.
- 10 Entendo, com base em Mills (1997), esse tipo de mito fundador da Europa a partir da noção de contrato racial que, diferente da abstração e idealização do contrato social, é real e concreto. Para além de desigualdades econômicas, o autor demonstra

como essa narrativa institui a desigualdade racial, uma vez que é um pacto entre brancos para governar os não-brancos que perdura no ordenamento global vigente. Assim, o contrato racial normatiza e racializa espaços como “civis” ou “selvagens”, estabelecendo uma dicotomia entre “pessoas” e “subpessoas” a partir da raça/etnia por meio de violência física e condicionamento ideológico enquanto alega ignorância/cegueira das hierarquias produzidas. Dessa forma, adoto a grafia “social e racial” não compreendendo esses contratos como sinônimos, mas para ressaltar como na narrativa oficial(izada) do contrato social há um intrínseco elemento racial.

- 11 No original: “*Approaches to ending conflict tend to be presented as ways of doing good, but what they are doing more specifically is trying to provide continuity for an international system and an order that has proven to not be self-sustaining without the exploitation of coercive practices and that therefore lacks sustainability and continuity by itself*” (Richmond, 2001, p. 336).
- 12 Cabe destacar “*Peaceland*” (2014) e “*The Frontlines of Peace*” (2021) como outras obras de Autesserre. A opção por trabalhar somente com o livro “*The Trouble with the Congo*” neste ensaio se dá pelo argumento de a autora adotar, mesmo que não como o objeto central do argumento, um foco no debate narrativo sobre o “Congo”.
- 13 A “virada local” nas Operações de Paz pode ser entendida como um conjunto de críticas ao modelo liberal de *peacebuilding* (*top-down*) emergente no pós-Guerra Fria (1945-1989) que chama atenção para a participação mais ativa da população local. Isso significa trazer uma voz dos locais (*bottom-up*) para a discussão de construção e consolidação da paz. Jabri (2013, p. 5) oferece uma tipologia desse tipo de crítica, dividindo-a em três grupos. O primeiro decide adotar somente as perspectivas locais no projeto de *peacebuilding*, entendidas como mais autênticas, já o segundo foca em um modelo “híbrido” que considera um meio-termo entre as agências do “internacional” e do “local”, isto é, um modelo que negocia as visões *bottom-up* e *top-down*. O terceiro, por fim, tem um enfoque em práticas de “resiliência” que constrói capacidades e produz agência no terreno e no local.
- 14 Com base em Vrsti (2017, p. 275 apud Oliveira, 2020), compreendo que esse tipo de abordagem vem ganhando popularidade nas RI com o objetivo de melhor “traduzir” a realidade do campo e da experiência pessoal do pesquisador em trabalhos acadêmicos. Cumpre ressaltar neste ensaio, todavia, o perigo de essencializar o objeto de estudo em algumas abordagens etnográficas, porque podem cair nas práticas de busca da “verdade” presentes nas vertentes convencionais das RI.
- 15 Holthaus (2020) propõe uma produtiva discussão sobre o “prestígio” recebido por (meta)teóricos que adotam um enfoque na prática ao terem, de fato, alguma vivência no campo que estudam. Esse tipo de acadêmico pode ser intitulado “*scholar-practitioners*”, ressaltando que sua presença e influência desafiam questões dicotômicas entre a teoria e a prática. De acordo com Holthaus (2020, p. 6, tradução livre), “todos eles são diplomados em ciências sociais, publicam em periódicos que discutem política internacional e possuem considerável conhecimento interno devi-

do à experiência diplomática, aconselhamento político ou trabalho para a sociedade civil ou organizações intergovernamentais. Eles também possuem poder epistêmico, visto que frequentemente influenciam questões de pesquisa. Os *scholar-practitioners* estão, portanto, em uma posição única. Eles dificilmente enfrentam problemas de acesso ao campo e são abordados pelos editores de maneiras excepcionalmente amigáveis”.

- 16 Como um exemplo abrangente e recente, ver UN-DPO (2020).
- 17 Uma leitura contrapontual, desenvolvida por Said principalmente no livro *Cultura e imperialismo*, leva em consideração a interligação de histórias e perspectivas. Interpreta-se textos (pós-)coloniais, considerando as perspectivas tanto do colonizador quanto do colonizado na construção dessas narrativas. Isso leva à interpretação de diferentes perspectivas simultaneamente, a fim de compreender como o texto interage consigo mesmo, bem como com contextos históricos ou biográficos. Para Said (2011), trata-se de ler como uma história X é narrada junto e contra uma narrativa dominante sobre aquele assunto. No caso da leitura contrapontual em um movimento genealógico, o que busco chamar a atenção é a manutenção de alguns pressupostos da narrativa *mainstream* (Tintim) na narrativa das margens (Autesserre) que permite, em algum grau, a reiteração (e não uma perfeita oposição) à narrativa dominante.
- 18 Para Todorov (2006), as narrativas de encaixe possuem uma dupla função: oferecer uma nova variação sobre o mesmo tema e explicar os símbolos que continuam a aparecer na história. Nesse sentido, entende-se que os Estudos sobre Operações de Paz cumprem uma continuidade da narrativa colonial sobre o “Congo” problemático ao mesmo tempo em que oferecem novas roupagens e termos para essa história.
- 19 Ver Paffenholz (2014; 2015) para um debate sobre o *gap* entre teoria e prática da virada local.

Referências bibliográficas

- ACKERLY, B; STERN, M; TRUE, J. (Eds.). *Feminist Methodologies for International Relations*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- AFRICAN MUSEUM. *Boula Matari*, 2020. Disponível em: <https://independance.africanmuseum.be/en/exhibition/independance/independance-boula-matari>. Acesso em: 07 out. 2021.
- ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- AUTESSERRE, S. *The Trouble with the Congo*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

- _____. Dangerous Tales: Dominant Narratives on the Congo and their Unintended Consequences. *African Affairs*, v. 111, n. 443, p. 202-222, 2012.
- CHAKRABARTY, D. *Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference*. Princeton: Princeton University Press, 2000.
- CHATTERJEE, P. *The Nation and its Fragments: Colonial and Postcolonial Histories*. Princeton: Princeton University Press, 1993.
- CONRAD, J. *Coração das trevas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008 [1899].
- DUNN, K. *Imagining the Congo. The International Relations of Identity*. New York: Palgrave Macmillan, 2003.
- ENLOE, C. Flick of the Skirt: A Feminist Challenge to IR's Coherent Narrative. *International Political Sociology*, v. 10, n. 4, p. 320-331, 2016.
- FERNÁNDEZ, M. As Relações Internacionais e seus epistemicídios. *Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD*, v. 8, n. 15, p. 458-485, 2019.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 13. ed. São Paulo: Edições Graal, 1998.
- _____. Mesa-redonda em 20 de maio de 1978. In: _____. *Ditos & Escritos IV. Estratégia, Poder-Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 335-351.
- GALLAGHER, J. Theorising Image: A Relational Approach. In: _____. (Ed.). *Images of Africa. Creation, Negotiation and Subversion*. Manchester: Manchester University Press, 2015. p. 1-20.
- GROVOGUI, S. Regimes of Sovereignty: International Morality and the African Condition. *European Journal of International Relations*, v. 8, n. 3, p. 315-338, 2002.
- HERGÉ. *Les aventures de Tintin: Tintin au Congo*. Bélgica: Éditions du Petit Vingtième, 1931.
- _____. *Les aventures de Tintin: Tintin au Congo*. França: Casterman, 1960[1946].
- HOCHSCHILD, A. *O fantasma do rei Leopoldo. Uma história de cobiça, terror e heroísmo na África colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- HOLTHAUS, L. Who Practices Practice Theory (and How)? (Meta-)theorists, Scholar-practitioners, (Bourdieuian) Researchers, and Social Prestige in Academia. *Millennium*, v. 48, n. 3, p. 323-333, 2020.
- INAYATULLAH, N. *If Only you Could See What I Have Seen With Your Eyes: Staging an Encounter Between Social Science and Literature*. Ensaio não publicado, 2001. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.602.1126&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em: 30 jul. 2021.
- JABRI, V. Peacebuilding, the Local and the International: A Colonial or a Postcolonial Rationality? *Peacebuilding*, v. 1, n. 1, p. 3-16, 2013.
- JAHN, B. IR and the State of Nature: The Cultural Origins of a Ruling Ideology. *Review of International Studies*, v. 25, n. 3, p. 411-434, 1999.
- KENKEL, K. Five Generations of Peace Operations: From the “Thin Blue Line” to “Painstaking a Country Blue”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 56, p. 122-143, 2013.

- KING, G; KEOHANE, R.; VERBA, S. *Designing Social Inquiry: Scientific Inference in Qualitative Research*. New Jersey: Princeton University Press, 1994.
- KODDENBROCK, K. Recipes for Intervention: Western Policy Papers Imagine the Congo. *International Peacekeeping*, v. 19, n. 5, p. 549-564, 2012.
- MILLS, C. *The Racial Contract*. Ithaca/London: Cornell University Press, 1997.
- MORENO, M. *Uma leitura pós-colonial sobre as “novas” Operações de Paz da ONU: o caso da Somália*. Tese de Doutorado – Instituto de Relações Internacionais. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- MOULIN, C. Narrative. In: MHURCHÚ, A; SHINDO, R. *Critical Imaginations in International Relations*. London: Routledge, 2016. p. 136-152.
- MUDIMBE, V. *The Invention of Africa. Gnosis, Philosophy, and the Order of Knowledge*. Bloomington/Indianapolis: Indiana University Press, 1988.
- NZONGOLA-NTALAJA, G. *The Congo from Leopold to Kabila: A People's History*. 3 ed. London/New York: Zed Books, 2007.
- OLIVEIRA, J. Narrativas sobre política e a política das narrativas: reflexões sobre o uso de abordagens narrativas no estudo e no ensino de Relações Internacionais. *Revista Carta Internacional*, v. 15, n. 3, p. 55-78, 2020.
- PAFFENHOLZ, T. International Peacebuilding Goes Local: Analyzing Lederach's Conflict Transformation Theory and its Ambivalent Encounter with 20 Years of Practice. *Peacebuilding*, v. 2, n. 1, p. 11-27, 2014.
- _____. Unpacking the Local Turn in Peacebuilding: A Critical Assessment Towards an Agenda for Future Research. *Third World Quarterly*, v. 36, n. 5, p. 857-874, 2015.
- RICHMOND, O. A Genealogy of Peacemaking: The Creation and Re-Creation of Order. *Alternatives: Global, Local, Political*, v. 26, p. 317-348, 2001.
- SAID, E. *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia de Bolso, 1990.
- _____. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2011.
- SHERRATT, Y. *Continental Philosophy of Social Science. Hermeneutics, Genealogy and Critical Theory from Ancient Greece to the Twenty-First Century*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- TAMBASCIA, C. *Representando o Congo: Uma análise antropológica dos quadrinhos de Tintim*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2004.
- TODOROV, T. *As estruturas narrativas*. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- TRAQUINA, N. *Teorias do jornalismo. A tribo jornalística: uma comunidade interpretativa transnacional*, vol. 1. Florianópolis: Insular, 2005.
- UNITED NATIONS DEPARTMENT OF PEACE OPERATIONS (UN-DPO). *The Protection of Civilians in United Nations Peacekeeping Handbook*, 2020. Disponível em: https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/dpo_poc_handbook_final_as_printed.pdf. Acesso em: 09 jul. 2020.
- WIBBEN, A. *Feminist Security Studies: A Narrative Approach*. London/New York: Routledge, 2011.

Sobre os autores e organizadores

Isabel Rocha de Siqueira é professora adjunta e diretora adjunta no Instituto de Relações Internacionais (IRI/PUC-Rio), além de pesquisadora do BRICS Policy Center. É PhD em relações internacionais pelo Department of War Studies, Kings College London, com bolsa de doutorado pleno por mérito da Capes. É mestre (MSc) em relações internacionais pelo IRI/PUC-Rio e bacharel em jornalismo pela PUC-Rio. Foi agraciada com o título de Jovem Cientista do Nosso Estado (JCNE), da Faperj, em 2019. É coordenadora do Laboratório de Metodologia (LabMet-www.labmetodologia.com) na pós-graduação do IRI/PUC-Rio, coordenadora de iniciação científica na graduação do IRI (PET/TEPP- www.pet-iri.com – e PIBIC), fundadora e coordenadora da rede Abordagens Críticas ao Desenvolvimento (ACD-rede – www.acd-rede.com) e membro da Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio. É editora-chefe da Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS) e integra o corpo editorial da revista PARISS e da revista International Politics Reviews. Publicações recentes incluem livro autoral pela Open Book Publishers, relatórios comissionados para o G7+ e o UNOSSC e artigos em *Globalizations* e *Policy & Society*.

Vítor de Souza Costa é doutorando em relações internacionais no Instituto de Relações Internacionais (IRI/PUC-Rio), bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). É mestre em relações internacionais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), bacharel em humanidades também pela UFBA. Foi pesquisador-associado na Universidade Andina Simón Bolívar – Sede Equador. É assistente de pesquisa do Laboratório de Metodologia (LabMet) do IRI/PUC-Rio desde 2021. É pesquisador dos grupos GLOPOLI – Globalização da Política – e Interpretações do Brasil e marcadores de discriminação em perspectiva global, ambos vinculados ao Programa de Pós-Graduação em RI da UFBA e registrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq. Trabalha diretamente com os seguintes temas: desenvolvimento extrativista, economia política internacional, teoria política e intersecções entre raça e classe.

Barbara Pires é pesquisadora, professora e consultora em projetos que envolvam gênero, população LGBTI+ e políticas públicas. Doutora em antropologia social pelo Museu Nacional (UFRJ). Atualmente é pesquisadora de pós-doutorado no Instituto de Medicina Social (UERJ). Desenvolve pesquisas sobre hormônios, marcadores sociais da diferença e esporte. Além da atuação acadêmica, também trabalhou no terceiro setor em ONGs como ISER, Instituto Promundo e Aliança Nacional LGBTI+.

Gabriel Tupinambá é psicanalista, coordenador do Instituto de Outros Estudos e pesquisador do coletivo Subset of Theoretical Practice. Tem mestrado e doutorado em filosofia pela European Graduate School e pesquisas de pós-doutorado em história social da cultura, na PUC-Rio, e em filosofia, na UFRJ. Autor do livro *The Desire of Psychoanalysis* (NUP, 2021), e coautor dos livros *Hegel, Lacan, Zizek* (Atropos Press, 2013) com Yuan Yao, e *Arquitetura de arestas: as esquerdas em tempos de periferização do mundo* (Autonomia Literária, 2022).

Lucas Freire é cientista social pela UERJ, mestre e doutor em antropologia pelo Museu Nacional (UFRJ). Atualmente é professor substituto no Departamento de Antropologia da UFSC e pesquisador do PNPd-CAPES no PPHPBC/CPDOC/FGV. É também coordenador do Laboratório de Antropologia Contemporânea (LAC/CPDOC). Pesquisa saúde, direitos, Estado, políticas públicas, litígios e burocracias.

Letícia Cesarino é professora e pesquisadora no Departamento de Antropologia e no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e atualmente desenvolve pesquisas em parceria com o Laboratório de Humanidades Digitais (LABHD) da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Moema Guedes é professora associada II do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), cargo que ocupa desde 2011. A partir de 2014 integra como professora permanente o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da mesma universidade, tendo orientado diversas dissertações e teses. Possui graduação em ciências sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, mestrado em estudos populacionais e pesquisa social pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas, doutorado em demografia pela Universidade Estadual de Campinas e pós-doutorado em sociologia pela

Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Já coordenou grupos de trabalho/simpósios temáticos nas seguintes associações científicas: ANPOCS, ABEP, ABET e Fazendo Gênero. Tem experiência na área de sociologia e estudos populacionais, atuando principalmente nos seguintes temas: relações de gênero, trabalho, família e metodologia de pesquisa.

Silvia Walz é graduanda do curso de antropologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e foi bolsista PIBIC no projeto “Digitalização da vida e epistemologias emergentes”.

Tatiana Balistieri é graduanda do curso de ciências sociais pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e foi bolsista PIBIC no projeto “Digitalização da vida e epistemologias emergentes”.

Tatiane Amaral é mestranda em relações internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (IRI/PUC-Rio) e graduada em relações internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). É pesquisadora bolsista CNPq em temáticas de: gênero e feminismo, segurança, sul global e teoria prática. Tem interesse na definição da feminilidade e masculinidade tradicionais a partir do significado e simbologias militares; estudos militares e de defesa e segurança internacional; e relações civis-militares. Atualmente é pesquisadora pelo Observatório Feminista de Relações Internacionais e participa do Núcleo de Estudos Glória Anzaldúa.

Victoria Motta de Lamare França é mestranda em relações internacionais pelo Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (IRI/PUC-Rio). Bacharela em relações internacionais com domínio adicional em mediação de conflitos e práticas restaurativas pela mesma universidade. É diretora de Ensino e Pesquisa do projeto de extensão Debates Pós-Coloniais e Decoloniais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Suas áreas de interesse de pesquisa são: contestação de normas, sociologia política internacional, pós-estruturalismo, pós-colonialismo, intervenções humanitárias e militares, Operações de Paz da ONU e República Democrática do Congo.

